

DIVULGAR REVISTA "PAZ E BEM"
(EDUARDO)

CONTATO C/ SECRETÁRIAS DE
CULTURA - SANTO ANDRÉ E RIBEIRÃO
PIRES

(RICARDO / JOÃO / ZILDA / MARCO)

DIVULGAR - BOLETIM SINDICAL
SINDISEP . (IPOJUCAN)

APEOESP - DIVULGAR PARA OS
PROFESSORES

SP - SANTANA

GUARULHOS - IPOJUCAN

Vara Teo De: Felipe F-I

Projeto de Divulgação, através do futebol.

Introdução: O projeto objetiva conseguir a adesão dos clubes de futebol Portuguesa de Desporto e Vasco da Gama, para que ambos divulguem a causa Timorese, antes de seus jogos oficiais.

Execução: Para o Campeonato Brasileiro de 1997.

— Entrar em contacto com os presidentes dos clubes mencionados, para apresentar o Movimento Camar por Timor, e o projeto de divulgação da causa.

— O Manifesto da divulgação da causa se dará antes de um jogo (a ser definido) do Campeonato Nacional, de preferência contra um clube de massa (Flamengo, Atlético Mineiro, Bahia, Corinthians, Grêmio etc), para se obter uma maior repercussão mais elevada.

FII

- O Manifesto: O time entra em campo com uma faixa e com a Bandeira do Timor juntamente com as personalidades que apoiam a causa (Lucelia Santos, Fernando Galvira, Flamar Franco etc)

Após a entrada todos param para foto, e se possível ler um manifesto de apoio ao Timor

- Entrar em contacto com o sindicato dos jornalistas para que esse se empenhe junto aos seus associados, tendo em vista uma ampla cobertura do evento; paralelamente contactar as produtoras dos programas de TV (Cartão Verde (TV Cultura) e Gazeta esportiva (TV Gazeta) para que ambos divulguem o fato, além de outros veículos de comunicação.

Felipe Bruno Rodrigues
R. Cap. Ushio de Sperry 627
Uls Olímpis São Paulo - S.P.
Tel 866 8148

Para: Teco / De: Felipe

Divulgação no Metrô (15 dias)

Introdução: Fazer uma exposição em uma das estações do Metrô, após o 1º evento do futebol.

Execução: Apresentação do Projeto para o Presidente do Metrô, para sua aprovação.

A Exposição seria com os Quadros do Clamor por Timor.

A Divulgação da Exposição seria em todas as estações do Metrô com faixas e cartazes, e também no Espaço Publicitário que estiver ocioso dentro das Vagões.

- Novamente apoio do Sindicato dos jornalistas para a divulgação da Exposição.

Colocar um livro de assinaturas ou leituras. No Timor. Observe-se a necessidade a presença constante de uma pessoa para tomar conta da Exposição.

Felipe Ansoo Rodrigues
R. Prof. Valria de Siqueira, 627
Vila Olimpica São Paulo - S.P.
Tel (011) 3668148

PROJETO POLÍTICO-CULTURAL PRÓ TIMOR-LESTE

- Título do livro: TIMOR-LESTE - ESTE PAÍS QUER SER LIVRE;
- Capa: foto de José Ramos Horta;
- Formato: 14 x 21;
- nº de páginas: 160 / 176;
- ilustrado;
- Letra tipo|9;
- Preço de capa: R\$ 10,00 / R\$ 12,00;
- Primeira edição: 3000 livros;
- Prazo de publicação: 60 dias;(após recebimento de originais, com direito de publicação brasileira, devidamente autorizado);
- Pesquisa e organização de material: professores, S. L. Sant'Anna e Edmundo Garcia;
- Contribuição de 10% (dez por cento)em livros |i.é: trezentos livros| para a organi
zação de solidariedade CLAMOR POR TIMOR
- Produção e realização: EDITORA MARTIN CLARET;


S. L. Sant' Anna -coordenação

PROJETO POLÍTICO-CULTURAL PRÓ TIMOR-LESTE

- Esclarecimentos | feitos por nós aos leitores;
- Apresentação ao público brasileiro | D. Paulo Evaristo;
- Timor-Leste | Massacre no Paraíso (texto integral); /tradução;
- Anexo I | "O futuro da língua portuguesa em Timor-Leste"
- Anexo II | Sobre a importância do prêmio NOBEL DA PAZ |
 - . Texto de Xerri;
 - . Testemunhos de personalidades / breves;
 - . Entrevista com Ramos Horta; (*Globo News*);
 - . Mensagem de D. Belo;
 - . Plano de Paz elaborado por Horta;
 - . Abaixo assinado com nomes representativos;
- Anexo III | Algumas produções literárias dos leste-timorenses.

Aos

Ilmos

Amigos do Clamor Por Timor - Grupo Solidário São Domingos

Assunto: Proposta de Projeto de Atividade em favor de Timor

Aproveitarmos o dia 07 de dezembro, quando estará sendo completado exatos 22 anos de invasão de Timor Leste pela Indonésia, para deflagarmos ações que tragam a opinião pública do Estado (quem sabe nacional e internacional) para a discussão do fato repugnante que é a dominação.

A data de 07 de dezembro tem que ser nosso alvo principal, nossa data ideal, para atitudes que despertem o interesse ainda maior pela retomada da Independência de Timor Leste.

As ações e atitudes que me refiro poderiam serem realizadas no dia 07 de dezembro, durante todo dia, na porta do escritório da ONU no Brasil e nas sedes das embaixadas dos Estados Unidos e da Indonésia no Brasil.

Poderíamos dar um "abraço" nos prédios aos quais me referi, bem como promover manifestações, externas, próximo dos prédios. Apresentaríamos cartazes com fotos, frases e textos sobre a Invasão, Pedindo a libertação dos presos políticos e a Devolução do país ao povo timorense. Rosas brancas poderiam ser distribuídas à população que assistirá ou passará perto das manifestações que serão realizadas em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro... e a nível internacional em Portugal, USA, Austrália, etc.

Intuito

A intenção é, como diz um amigo jornalista, criar um fato novo, e desta forma atrair a atenção da mídia (imprensa em geral).

Após criado o fato novo e chamado a atenção da imprensa, sem dúvida que estaremos chamando a atenção da opinião pública e das autoridades.

Desta forma ganharemos espaços importantes nos veículos de comunicação e chegaremos mais rapidamente ao público que precisamos para debater o problema de Timor, denunciar situações absurdas como a omissão da ONU no caso.

Nossa intenção é clara: pressionar a ONU e fazer a opinião pública entender que nada vale uma decisão burocrática da ONU engavetada (guardada, no aguardo do passar dos tempos).

Se conseguirmos denunciar a ineficiência da ONU e de vários países, estaremos forçando a Organização e outras autoridades internacionais a tomarem atitudes mais concretas, já que estão expostas à mídia e à opinião pública.

As ações são propostas por mim servem apenas para "dar uma luz" para o surgimento de novas idéias, que podem ser realizadas a nível local, regional, nacional ou internacional. Suponhamos, por exemplo, que temos um timorense (pessoa conhecida ou desconhecida) que crie um fato internacional em Nova Iorque, Paris, Itália... A repercussão do fato é internacional.

Portanto, dependerá de nossas aspirações, ou seja, se queremos um fato com divulgação local, nacional ou internacional?

Se queremos um fato com divulgação local providenciamos um "abraço" no escritório da ONU no Brasil. O Palácio da Alvorada, em Brasília, é uma sugestão também.

Se queremos um fato internacional providenciamos um "abraço" na sede da ONU, nos Estados Unidos.

Podemos até criar um fato, pacífico, em algum outro lugar do mundo. Como descer de avião, para-quedas ou asa-delta em algum monumento histórico da humanidade. Imagino alguém pulando da Torre Eiffel, com para-quedas é claro. No Para-quedas escrito, é obvio, "LIBERDADE AOS PRESOS POLÍTICOS DE TIMOR LESTE" E "LIBERDADE PARA O POVO DE TIMOR LESTE".

Para executar as ações, das quais participarão timorenses e pessoas que aderiram a causa, serão necessárias camisetas, faixas, adesivos, panfletos e outras peças publicitárias.

Uma outra sugestão

Válida para o Brasil: usar o desfile da Independência Brasileira, realizados em capitais como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, para pedir, através de manifestações dentro dos desfiles, A Libertação dos Presos Políticos e Retomada Independência para Timor Leste. Que tal desfilarmos junto aos brasileiros? (levaríamos em nosso desfile todos os adeptos à nossa causa).

Os sindicatos normalmente possuem ou tem acesso às gráficas e poderiam colaborar com a confecção, gratuitamente, de parte do material a ser utilizado nestas ações.

Minha participação: estaria engajada em todas as atividades definidas pelo Grupo Clamor por Timor deflagradas no Estado de São Paulo.

Atenciosamente



Alberto Antonio Luís de Oliveira Pires

Ex-administrador do Posto de Venilale, em Timor Leste

Projeto: Timor Leste
Título: Vídeo documental: Timor Leste - 22 anos
de invasão.

Objetivos: Apresentar informações básicas e importantes
a respeito do conflito existente entre a po-
pulação de Timor Leste e a Indonésia

O vídeo pretende ser didático e, por-
tanto, com linguagem bastante acessível.

Fase do projeto: Coleta de material técnico e
específico para a confecção do
vídeo.

Após a organização das fontes
de consulta será feito um
texto final coeso.

Colaboradores: Edmundo Garcia
Realizadores: Elias
Márcio Godoy
Sílvia Santana

TIMOR LESTE NA USP

ESTE PROJETO VISA A REALIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO SOBRE TIMOR LESTE NAS DEPENDÊNCIAS DO DEPTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DA USP, A SER REALIZADA CONFORME O QUE SE SEGUE:

- CERCA DE DUAS SEMANAS ANTES DO INÍCIO DOS TRABALHOS DO SEMINÁRIO, SERÁ LEVADA UMA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE TIMOR NO ESPAÇO AQUÁRIO. ESTA É A LOCALIZAÇÃO MAIS APROPRIADA POIS ABRIGA O CENTRO DA CONVIVÊNCIA DOS ALUNOS DESTA DEPARTAMENTO, SENDO LOCALIZADOS NAS IMEDIÇÕES DO ESPAÇO OS CENTROS ACADÊMICOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, LANCHONETES E XEROX.
- A EXPOSIÇÃO CULMINARÁ COM OS EVENTOS DO SEMINÁRIO EM SI: PALESTRA(S), MESA(S)-REDONDA(S), DEBATE(S) E APRESENTAÇÃO DE VÍDEO. ESTA ETAPA UTILIZARÁ UM DOS AUDITÓRIOS DO DEPARTAMENTO, E PODERÁ DURAR DOIS OU TRÊS DIAS.
- HAVERÁ, NO DECORRER DA REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO, OCASIÃO PARA ADESÕES AOS ABAIXO-ASSINADOS, DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS E INFORMATIVOS, ALÉM DE VENDA DE CAMISETAS.
- HÁ PROFESSORES DE GEOGRAFIA QUE ESTÃO INTERESSADOS EM PARTICIPAR DE UM EVENTO TAL COMO O DESCRITO ACIMA VISANDO A ORGANIZAÇÃO DE ALGO SEMELHANTE NAS ESCOLAS ONDE LECIONAM. (ESCOLAS DE 1º & 2º GRAU)

SÉRGIO 857 2981 (COM.)
946 8088 (RES.)

CARLOS
(511) 242 0943 (RES.) → tele-fax
R. CASTRO ALVES, 31 apt. 16 D - Aclimação
01532-001 SÃO PAULO SP

CLAMOR POR TIMOR

Com o objetivo de criar passos em favor de Timor Leste, apresento aqui minhas sugestões :

1. Organizar uma reunião aberta aos alunos e funcionários da UNICAMP, no IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), realizada por mim e por professores, para que a causa de Timor seja do conhecimento de todos;
2. Como segundo passo, tenho em vista a troca de informações com a Universidade do Porto, a partir do IFCH, com o objetivo de mostrar uma atitude consciente e solidária à questão de Timor. Com o apoio de professores, uma ação de protesto, como palestras e publicação de panfletos, se daria mais concreta e efetiva.

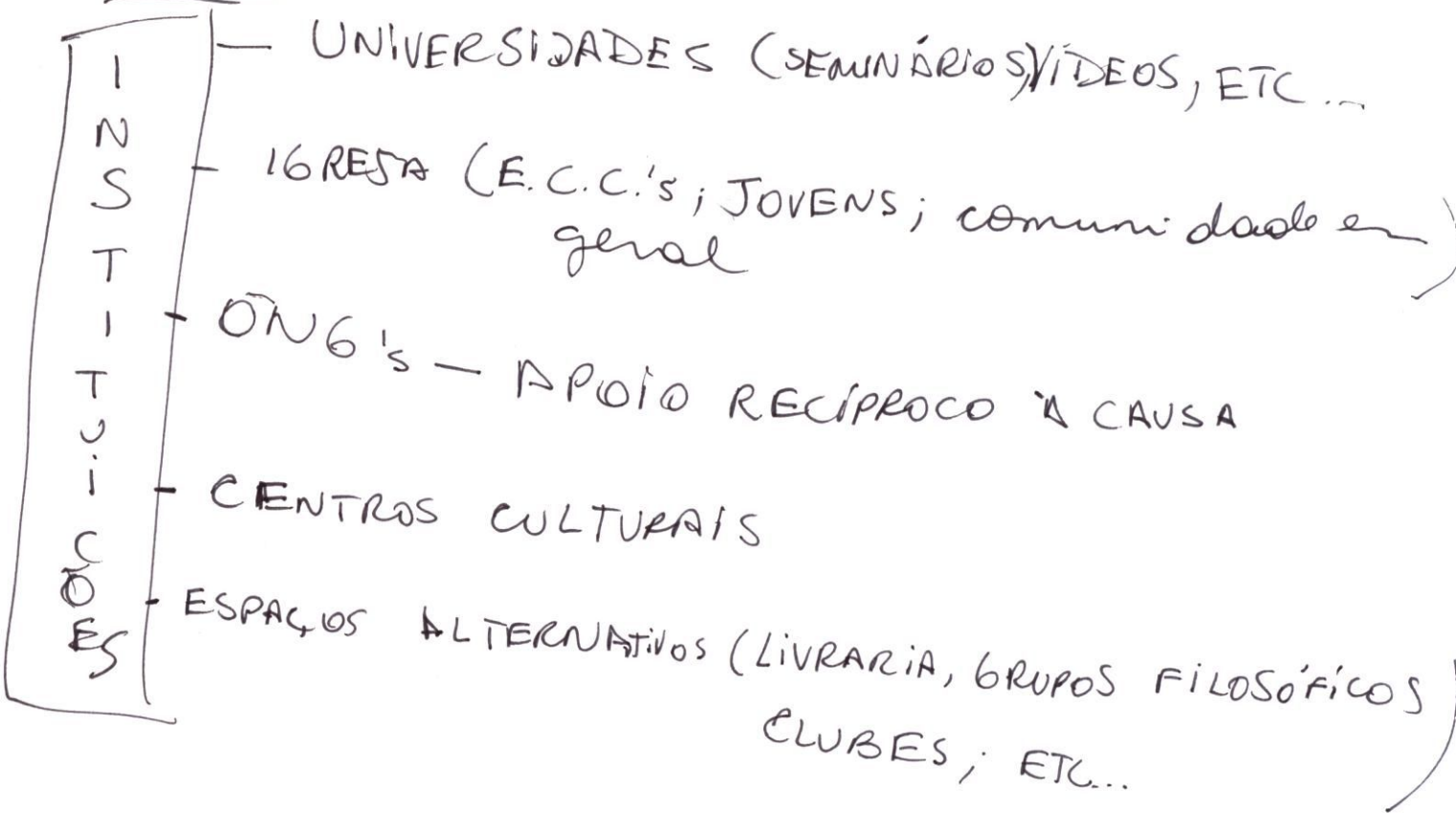
JULIANO RODRIGUES DE LIMA
Juliano Rodrigues de Lima

Rua Antonio Cezarino, 292
apto 32
Bosque - Campinas
CEP: 13015-290
TEL: (011) 5750256

*DIUULGAÇÃO

SÉRGIO AVELAR RIZO
USP - GEOGRAFIA

MEIOS:



MÍDIA

- ENVIAR MATERIAL ATUAL A:

* JORNAIS (SEÇÃO DE CARTAS...)

* REVISTAS & FINS II

* RÁDIOS - *Rádio Bandeirantes Am. Programa Antonio de Barros

* Rádio 89 FM - "Zé Luiz"

* TV.: MTV; JÔ SOARES..

* MPB → HERBERT VIANNA (PARALANAS DO SUCESSO)
ETC - - -

* ESCRITORES - - -

É imprescindível o convite a jornalistas, líderes
e artistas p/ participarem.

Projeto de atividades Pro Fúria

1. Carta p/ Xanana Gusmão : a) solidariedade, oração
e de este espírito b) contar a história do grupo e
o que estamos tentando fazer. Fúria

2. Nota p/ "autoridades" através carta pública p/ Kenene =
D Pedro Casaldaliga pes. D Paulo - Adrian Trip -
Vicentinho - (Vânia e Berta que) - Jai Sela e Tula.
Artistas do globo - Jamaica e Portugal (C/ Ricardo)

3. Explorar idéias de entrevista c/ dispositivo Xanana -

A FAZER entrevista c/ mulher


Fazendo - Artistas.

1996. set

João Wady Cury

Jornalista

Indicado por Alex - fº do
Alexandre Pereira da Liviana
Portugal

 573-0008

jwcury@macbbs.com.br



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador NELSON GUIMARÃES PROENÇA
PSDB

EDSON DOMINGUES

Assessor - Meio Ambiente

Palácio Anchieta
Viaduto Jacaref nº 100
4º and., - salas: 419/420

Telefones: 3115-1659 (direto)
PABX: 3115-1355 R. 2238/2426
2652/2653

Esteve c/ Fátima na Prefeitura
compondo camiseta no horário
Portugal - 25/3/97



Câmara Municipal de São Paulo

ROSANA MIRANDA
CHEFE DE GABINETE

virtu Futura Futuras (T.L.)

Vladuto Jacaref nº 100
3º andar - sala 308
Tel: 3115-1355 r. 1409,
1451, 1459, 1519, 1621

VEREADORA ANA MARTINS
Líder do PC do B

r: 2459

Após a invasão das tropas indonésias no território de Timor Leste, a mulher timorese de coração doce e de olhos meigos e transparentes, transformou-se numa verdadeira defensora e amparo da resistência, nos períodos mais difíceis da luta.

Na resistência, a mulher timorese desempenhou o papel muito importante em vários aspectos, conforme as exigências de guerra.

Fazia parte da organização dos serviços de saúde, para cuidar da população doente e dos guerrilheiros.

Nos laboratórios artesanais ajudava na composição dos comprimidos com as cascas de várias árvores medicinais, depois de transformadas em pó.

Na educação dava o apoio total na alfabetização a todos os que quizessem aprender.

Na politização ela conseguia trazer outras mulheres que até então, devido as tradições ainda vivenciadas de que não tinham direitos iguais aos do homem, se integram-se nas organizações, participando nas reuniões, comícios, o-

brigavam - uas a falar, a libertar-se de cozinha e de muitas outras tarefas que as oprimiam.

Na zona de apoio, eram as mulheres quem substituíam os estafetas que se encontravam doentes ou ausentes.

Quando havia assaltos ou infiltração do inimigo, ela ajudava a mobilização da população para a zona de retaguarda.

Havia mulheres mais corajosas que iam levar rações de combate para os guerrilheiros que combatiam na linha de fogo. e ficavam lá para cuidar dos ~~que~~ dos que se encontravam doentes.

As mulheres integravam-se nas equipas para trabalhar com os homens nas hortas comunitárias que se destinavam para alimentar as forças guerrilheiras e os que não tinham tempo para produzir.

Durante o cerco e assédio efectuado pelos militares indonésios em 1978 - 1979, contra a FRETILIN e a FALINTIL, um grupo de mulheres muito jovens organizaram-se e formaram uma secção de BRIGADA DE CHOQUE feminino e ofereceram-se para participar na luta armada, devido a difícil situação dos guerrilheiros, as

capturados, outros mortos e ainda outros feridos. Foi uma grande revelação de coragem criada durante os anos na resistência.

Muitas mulheres foram capturadas e presas, sujeitas a várias torturas.

No campo de concentração elas eram obrigadas a participar nos trabalhos organizados pelos militares indonésios.

Enquanto dormiam eles abusavam - usas. Apalpavam - us e esfiavam os corpos das suas amicas entre as pernas delas.

Quando as convidavam para dançar, puxavam - us pelos seios. Mesmo que as chamassem, tinham que mostrar que estavam contentes.

As mulheres dos guerrilheiros, eram chamadas à noite, por este tipo de interrogatório que consistiam em ameaças de morte, se não aceitassem entreter os militares, os policiais, etc.

Mulheres capturadas no trabalho sentiam de brinquedos a soldadesca crimiouosa, eram despidas, raspavam - lhes os cabelos e faziam - us passar por entre filas de população obrigada a permanecer e quem não olhasse para a infeliz

e não quizesse rir ou não a insultasse
era imediatamente espancado, preso e
morto, causado sen do frenim.

A mulher timoneuse é obrigada a lis-
tar-se no programa de Planejamento
familiar, que inclui a esterilização
forçada e injeções de droga DEPO-PRO-
VERA 150, cuja marca e modelo é con-
siderado "medicamento de morte" e já
proibido em 30 países do Terceiro Mun-
do.

Como toda a mulher timoneuse que
foi prisioneira, também quando dentro
de uma várias reconhecidas tristes e
vengouhosas da prisão, mas que se
fortaleceram para o resto da vida.

Para ter a vida a pelo as vossas
consciências para ~~compartilhar~~ ^{que} di-
vulgar ~~o~~ ^o sacrifício feito pelas mulhe-
res timoneuses na luta pela liberta-
ção de sua Pátria e do Povo de Timor
Leste.

— 1 — FG.

Agradeço a Comissão organiza-
dora o convite para estar aqui pre-
sente em representação das mulhe-
res de Timor Leste.

NO RIO TIVEMOS GRANDE APOIO
GRAÇAS A PEDIDO DE JOÃO CÂMARA DA EMBAIXADA PORTUGAL/BRASÍLIA.
E TAMBÉM DE AMIGO DO ALEXANDRE PEREIRA.

PROGRAMA/RELATÓRIO VISITA MARIA DE FÁTIMA GOMES GUTERRES A
SÃO PAULO 20-27/03/97

20, quinta-feira - Chegada - Hospedagem: Lília Azevedo.
Rua Haddock Lobo 1310, apto.42
01414-002 São Paulo SP. Tel:011-3064.5948.Tele/fax:853.6830

- Jantar em casa de Lília, com Teca - Elisa Helena de
Carvalho - e frei João Xerri, O.P., para apresentação /
aprovação do programa.

21, sexta

CEDO - 10:00 - Visita com frei João ao Movimento dos Sem
Terra - MST: Dulcinéia e Neuri Rossetto.
Objetivo: conhecer o movimento e agradecer o apoio dado a
Timor Leste, sobretudo na manifestação no dia 7/12/96, em
frente à embaixada da Indonésia, em Brasília.
Rua Ministro Godoi 1484 - Perdizes - 05015-900 São Paulo SP
Tel.MST:011-864.8977.

TARDE/NOITE - 17:00 ida com frei João para o CESEP - Centro
Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular.
Coordenadora dos cursos: Pepita Buendía Gómez. Jantar com o
pessoal do curso: conversou sobre Timor Leste com umas 40
pessoas de vários países da América Latina.
Rua Barão de Loreto 184 - Vila São José
04265-030 São Paulo SP Tel:215.3491
- Escritório Central do CESEP: Rua Sebastião Soares de Faria
57, 6o andar. 01317-010 São Paulo SP
Tel:011-284.6299; Fax:011-284.6220

22, sábado

CEDO - 9:30 - visita com frei João ao Curso de Missiologia
Rua Itá 381 - Vila Santos
02636-030 São Paulo SP. Tel:204.7447
Coordenadores: Irmã Isaura Rigotti e irmão Manuel Villalobos
ALMOÇO e descanso em casa de Marlene Fiorini, do "Clamor por
Timor". Endereço da Marlene:
Rua Iperoig 714, apto. 32 - Perdizes
05016-000 São Paulo SP Tel;011-872.1675
TARDE - 15:30 - conversa com pessoas amigas de Timor Leste
Paróquia de São Domingos - Rua Caiubi 164 - Perdizes
Coordenador: frei João.
NOITE - 19:00:lanche com grupo "Clamor por Timor", em casa
de Olga Carvalho: Rua Itabaquara 166 - Pacaembú
01234-020 São Paulo SP Tel:011-65.4651

23, domingo

CEDO - 9:00 Missa de Ramos - Igreja de Santa Isabel
Al. Rainha Santa 322 Vila Carrão (zona leste de São Paulo)
Foi convidada pelo bispo D.Décio Pereira. Estavam lá as 6
paróquias do distrito episcopal: umas 1000 pessoas. Fátima
falou brevemente e fez uma oração pelo povo timorense; deu a
D.Décio uma estola timorense.

TARDE - 16:00 - passeio pela cidade com Olga e Teca.
NOITE - lanche em casa de Lília.

24, segunda

CEDO - 10:00: com Lília, ida ao Jornal "O São Paulo", na
Cúria da Arquidiocese: Av.Higienópolis 890
01238-000 São Paulo SP - Tel:826.0133
Entrevista com Bernadete Toneto, editora.
Conversa com o presidente da Comissão de Justiça e Paz da
Arquidiocese: dr. Antonio Funari Filho: comprometeu-se a
colocar em todos os papéis timbrados da Comissão uma frase
em favor da autodeterminação de Timor Leste.

TARDE - visita com frei João ao Vicariato da Comunicação, na
Cúria. Conversa com Monsenhor Arnaldo Beltrami e padre
Fernando Althemeyer, que nos ofereceram o uso dos cartazes
de rua - outdoors - da Cúria para campanha por Timor Leste,
de 1-15 de dezembro 96.

OBSERVAÇÃO: frei João viajou nesta noite.
Final da tarde: passeio com Teca; jantar em casa da Teca.
Rua Dr. Homem de Melo 629, apto. 2103
05007-001 São Paulo SP. Tel:011-262.6511. O marido da Teca é
José Juliano de Carvalho, professor de economia na USP.

25, terça

CEDO - Visita à USP (Universidade de São Paulo) com Teca e
Lília. Gravação de entrevista no departamento de história
com a Prof.Janice Theodoro. Endereço casa da prof. Janice:
Rua Joaquim Antunes 135, apto.901
05415-010 São Paulo SP Tel/fax:011-881.8907.

Almoço na USP com Olga, Teca, José Juliano, Lília.

TARDE - 14:00 Câmara Municipal - com Teca e Lília.

Viaduto Jacareí 100

01380-900 São Paulo SP.

Vereador Adriano Diogo, do Partido dos Trabalhadores - PT.

End: gabinete 407. Tel:3115.2473/604.2982.

Esposa de Adriano: Arlete. Advogada Sônia Mazzi.

Conversa com grupo pequeno, gravada.

15:00 - sessão no plenário da Câmara. Adriano apresentou
Fátima; esta fez breve apresentação da situação de Timor
Leste. Falaram em seguida brevemente, em solidariedade, os
vereadores: Ana Martins, do PC do B. Ana Maria Quadros, do
PSDB, (partido do Presidente FHC). Aldaísa Sposati, do PT.
João Brasil Vita do PPB (partido do ex-prefeito Paulo
Maluf): este fez pedido para que a Câmara apresente moção ao
Presidente do país, para que o Brasil passe a apoiar
efetivamente a autodeterminação do povo timorense.

Entrevista curta com o jornalista responsável pelo depto. de
imprensa da Câmara. Importante manter contato com Adriano.

16:00 - visita à Livraria Portugal - Sr. Alexandre Pereira

Rua Genebra 165 - Bela Vista

01316-010 São Paulo SP. Tel:606.0877/604.1748; fax:232.2071

NOITE: jantar com Lília em casa de Marta Azevedo, do Grupo Solidário São Domingos: Rua Sabará 318, apto.86
01239-010 São Paulo SP. Tel:259.0450

26, quarta

CEDO - 8:00 - fotos com Nair Benedito, em casa de Lília, para matéria sobre o encontro do Rio. Tel res:571.2089; agência de fotos:887.0847.

9:30 - entrevista com jornalista João Cury, em casa de Lília, com fotos. Este é "free-lancer", amigo de Alex, filho de Alexandre Pereira; a matéria deve sair na revista Marie Claire. João Wady Cury Tel:573.0008.

10:30 - Entrevista com Clara Charf, do PT, em casa de Lília. Clara: Rua Cardoso de Almeida 59, apto.21

05013-000 São Paulo SP. Tel:011-872.5611. Clara é membro da Secretaria de Relações Internacionais do PT.

Almoço em casa de Lília.

TARDE: 14:00 - entrevista pelo telefone com a rádio CBN, entrevistadora Maria Lydia. Contato feito por Alex.

15:00 - ida à televisão Gazeta, programa de entrevistas dirigido a mulheres. Entrevistadora: Ione Borges; contato: Carmen Farão; diretor do programa: Marcelo Madeira. Contato feito por Carolina, sobrinha de Teca, que trabalha na TV Gazeta. Av.Paulista, 100. Tel:3170.5733/5734/5792.

NOITE: 18:00 - ida à casa de Teca, onde Fátima preparou jantar timorense para a família desta. O objetivo era inclusive ensinar à Teca e Marlene as receitas timorenses, para que se possa mais tarde fazer um jantar em benefício dos trabalhos de solidariedade do "Clamor por Timor".

27, quinta

CEDO: 8:30 - entrevista com Patricia Villalba, do Jornal "O Estado de São Paulo", com fotos. Deve sair na sexta-feira, no Caderno Internacional. Contato feito por Alex.

Tel. da Patricia:011-856.2945; 856.2345.

10:30 - passeio com Teca e Marlene ao Memorial da América Latina.

Almoço com Lília.

TARDE - descanso, compras, conversas... com Lília. Visita a Laura Greenhalgh para se despedir e agradecer. Endereço

Laura: Residência Alameda Ribeirão Preto 440 - Residencial 4
06500-000 Santana do Parnaíba SP. Tel/fax:011-421.1693

Escritório: Fundação MacArthur

Rua Ministro Rocha Azevedo 1077, cj.42

01410-003 São Paulo SP Tel:011-3068.8194

NOITE - Fátima participa da cerimônia do "lava-pés" na paróquia de São Domingos, a convite do vigário, frei José Luís Monteiro, português.

28, sexta

CEDO - arrumar malas e acertar detalhes do nosso trabalho de solidariedade com Lília.

TARDE - ida ao aeroporto com Teca ou Olga e Lília.

18:00 - embarque para Lisboa.

Curtas

DAQUI

CNBB responde a Sérgio Motta: "A Igreja não se beneficia da Vale do Rio Doce".

Na semana passada o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, acusou dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana, e a CNBB, de serem contrários à privatização da Companhia

Vale do Rio Doce por motivos financeiros. "Precisa manter a Vale por quê? Para eles receberem sua graninha?", ironizou. No dia 3 veio a resposta oficial da CNBB, em nota assinada por dom Raymundo Damasceno Assis: "A afirmação do ministro, sobre benefícios recebidos por dom Luciano, é im procedente e descabida, pois não são destinados à sua pessoa e sim a programas sócio-culturais de municípios e áreas onde opera".

Igreja defende participação da sociedade

Na nota oficial, a CNBB reafirma os valores de uma autêntica democracia. Destaca o respeito à dignidade e aceitação da crítica construtiva e de manifestação de opiniões divergentes. Defende também "maior participação da sociedade civil, em especial em assuntos que afetam substancialmente o bem-comum e podem colocar em risco os interesses do país".

Dom Demétrio também responde

Extra-oficialmente, dom Luís Demétrio Valentini, responsável pela Pastoral Social da CNBB, afirmou sobre Sérgio Motta: "Como a monarquia ainda não está oficialmente reimplantada, a gente não sabe se o ministro só está treinando ou já assumiu o papel de bobo da corte".

Beneditas fundam mosteiro em Rondônia

A população de Guajará-Mirim, em Rondônia, recebeu com festa as nove monjas beneditinas que transferiram-se para a cidade para fundar

Bernardete Toneto

No pulso esquerdo Maria de Fátima Gomes Guterres tem uma antiga tatuagem, com as iniciais do nome do marido. As marcas trazem-lhe lembranças de três anos felizes. Contudo, outras cicatrizes, muito mais profundas, não estão no corpo, torturado, mas na alma. Ela não esquece a violência de que foi vítima desde a invasão de seu país, o Timor Leste, pela Indonésia, em 7 de dezembro de 1975. Exilada em Portugal desde 1987, saiu pela primeira vez do país no início de março deste ano, para participar do encontro internacional de mulheres, realizado no Rio de Janeiro. Em São Paulo sentiu-se "em casa": tomou muitas xicaras de café, emocionou-se ao ver uma jaqueira em uma calçada, voltou a sentir o gosto da banana, da manga e do abacate. Chorou de saudades de seu país, tão parecido e tão distante do Brasil.

Fátima, como é mais conhecida, tem 42 anos. Pequena, de pele morena, é tímida mas fala com segurança. E emoção, muita emoção. Ao contar sua história, a voz baixa e pausada é entrecortada de pequenos silêncios. Faz isso para poder



Douglas Mansur

Maria de Fátima: marcas no pulso e no coração.

para os guerrilheiros e para a população pobre das aldeias. Nas épocas de crise, trituravam palmeiras e misturavam o pó com mel. Era a única refeição possível.

AMOR E SOMBRAS

Aos 21 anos conheceu e casou-se com Arturo, uma das lideranças da Falintil. Nas regiões pobres, foi vítima de paludismo e nas fugas,

ter o comando de operações do qual era secretária.

Durante dois meses Fátima ficou detida na prisão de Alas. Lá encontrou uma amiga, Maria José. Todas as noites passavam por interrogatórios vexatórios que duravam até a madrugada. Eram violentadas sete, oito vezes na mesma noite, todos os dias, por diferentes comandantes. As duas foram levadas de helicóptero para uma cidade vizinha. Tinham a certeza de que seriam assassinadas. Fátima lembra, com horror, de ter visto a amiga ser jogada de uma altura de cinco metros. Uma hora depois o helicóptero passou pelo mesmo lugar. A um metro do chão viu a amiga, nua, agonizante, sendo estuprada por soldados.

SAUDADES DA TERRA

A timorense foi obrigada a servir de guia dos soldados nas invasões das aldeias. Só conseguiu se livrar das tropas quando furou um bloqueio e denunciou o fato a um general, em visita à tropa. Foi enviada a Mantuto, onde ficou presa em um quartel no qual a violência sexual era lei. Na capital, Dili, conseguiu entrar em contato com o pai e, depois de semanas de interrogatórios, foi convidada a servir de informante dos indonésios. Alegou que era mulher e

"Combinamos que as duas últimas balas eram para nós dois. Chegou o momento. Ele me olhou e não teve coragem de me matar. Nós nos despedimos. Assim que acabamos de nos beijar, as balas continuavam a cruzar por cima da gente, ele foi atingido, caiu e me puxou. Pensei que era para rastejar por causa das balas mas quando olhei para o lado, lá estava o cérebro. Sabia que ele estava morto, mas eu chamei, chamei umas três vezes, ele ainda me respondeu. Eu o abracei, puxei a arma para mim e fingi que estava desmaiada. E senti os passos. Levantei-me e ia disparar quando recebi coronhadas e café... não podia enterrar meu marido, só o cobri com um lençol e eles me levaram..."

(sobre a morte do marido)

"As perguntas eram sempre as mesmas. A nossa cadeira era as camas deles. Não era nada de política, tudo sobre sexo. Depois das perguntas, éramos violadas. Mandavam para o quarto, passados cinco minutos vinham chamar para outro comandante..."

(sobre os interrogatórios em Alas)

"Eles matavam, todas as vezes eles matavam. Quando se tratava de um guerrilheiro torturavam, despiam e começavam a cortar o corpo em pedaços. Colocavam o corpo em pé, para servir de treino. Gastavam as balas sem pensar. Já morto, espetavam o coração com um punhal, tiravam e lambiam o punhal." (nas aldeias)

"Chegamos a uma aldeia, tinha 20 pessoas, entre elas uma velhinha, de uns 80 anos, e um bebê, uma

Sergio Motta, acusou dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana, e a CNBB, de serem contrários à privatização da Companhia Vale do Rio Doce por motivos financeiros. "Precisa manter a Vale por quê? Para eles receberem sua graninha?", ironizou. No dia 3 veio a resposta oficial da CNBB, em nota assinada por dom Raymundo Damasceno Assis: "A afirmação do ministro, sobre benefícios recebidos por dom Luciano, é improcedente e descabida, pois não são destinados à sua pessoa e sim a programas sócio-culturais de municípios e áreas onde opera".

Igreja defende participação da sociedade

Na nota oficial, a CNBB reafirma os valores de uma autêntica democracia. Destaca o respeito à dignidade e aceitação da crítica construtiva e de manifestação de opiniões divergentes. Defende também "maior participação da sociedade civil, em especial em assuntos que afetam substancialmente o bem-comum e podem colocar em risco os interesses do país".

Dom Demétrio também responde

Extra-oficialmente, dom Luís Demétrio Valentini, responsável pela Pastoral Social da CNBB, afirmou sobre Sérgio Motta: "Como a monarquia ainda não está oficialmente reimplantada, a gente não sabe se o ministro só está treinando ou já assumiu o papel de bobó da corte".

Beneditinas fundam mosteiro em Rondônia

A população de Guajará-Mirim, em Rondônia, recebeu com festa as nove monjas beneditinas que transferiram-se para a cidade para fundar o Mosteiro da Virgem do Seringueiro. As religiosas pertenciam ao Mosteiro da Virgem, em Petrópolis (RJ). Há outros dois no Brasil: em Santa Rosa (RS) e São Mateus (ES). Segundo o bispo da diocese, dom Geraldo Verdier, "a Igreja espera que a presença das monjas contemplativas, com seu carisma de oração, trabalho e acolhimento, seja para todos os fiéis uma fonte de renovado ardor missionário".

DE LÁ

Papa visita Sarajevo essa semana

"O programa em preparação à visita do Santo Padre a Sarajevo não prevê grandes manifestações. Não queremos oferecer uma visão falsa da situação, mas apresentar a realidade; o Pontífice não vem ver a beleza da cidade, mas renovar nossa fé, para tentar sarar as feridas, para apoiar a reconstrução".

Bernardete Toneto

No pulso esquerdo Maria de Fátima Gomes Guterres tem uma antiga tatuagem, com as iniciais do nome do marido. As marcas trazem-lhe lembranças de três anos felizes. Contudo, outras cicatrizes, muito mais profundas, não estão no corpo, torturado, mas na alma. Ela não esquece a violência de que foi vítima desde a invasão de seu país, o Timor Leste, pela Indonésia, em 7 de dezembro de 1975. Exilada em Portugal desde 1987, saiu pela primeira vez do país no início de março deste ano, para participar do encontro internacional de mulheres, realizado no Rio de Janeiro. Em São Paulo sentiu-se "em casa": tomou muitas xícaras de café, emocionou-se ao ver uma jaqueira em uma calçada, voltou a sentir o gosto da banana, da manga e do abacate. Chorou de saudades de seu país, tão parecido e tão distante do Brasil.

Fátima, como é mais conhecida, tem 42 anos. Pequena, de pele morena, é tímida mas fala com segurança. E emoção, muita emoção. Ao contar sua história, a voz baixa e pausada é entrecortada de pequenos silêncios. Faz isso para poder suportar as lembranças, que afloram a cada palavra. Quando termina, invariavelmente sente fortes dores de cabeça, nada comparável entretanto às dores físicas que suportou desde que foi presa, no Timor, em 3 de fevereiro de 1979.

Nascida na ilha de Atauro, filha de um enfermeiro do Estado português que teve oito filhos (dois deles mortos na guerra), Fátima ingressou, aos 20 anos, na Falintil (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste), a organização popular que resistiu à invasão indonésia. Junto com parte da família, foi obrigada a fugir para as montanhas e, depois, para as planícies. Trabalhava no campo, produzindo alimentos



Douglas Mansur

Maria de Fátima: marcas no pulso e no coração.

para os guerrilheiros e para a população pobre das aldeias. Nas épocas de crise, trituravam palmeiras e misturavam o pó com mel. Era a única refeição possível.

AMOR E SOMBRAS

Aos 21 anos conheceu e casou-se com Arturo, uma das lideranças da Falintil. Nas regiões pobres, foi vítima de paludismo e nas fugas, sem poder andar, era carregada em uma cadeira. "Os indonésios pensavam que iam tomar o Timor em 24 horas. Mas passaram-se meses, anos, e não conseguiram. Nos assaltos que faziam às aldeias, emboscavam, queimavam as casas, jogavam bombas napal que queimavam plantas, animais e pessoas", conta.

No dia 3 de fevereiro de 1979, o pelotão a que ela e o marido, doente, pertenciam, foi tocado pelo Batalhão 745. Não conseguiram fugir. Arturo foi morto em seus braços e Fátima obrigada a acompanhar os soldados. Levada a um acampamento militar, teve coragem para enterrar documentos que levava consigo e que poderiam comprometer

o comando de operações do qual era secretária.

Durante dois meses Fátima ficou detida na prisão de Alas. Lá encontrou uma amiga, Maria José. Todas as noites passavam por interrogatórios vexatórios que duravam até a madrugada. Eram violentadas sete, oito vezes na mesma noite, todos os dias, por diferentes comandantes. As duas foram levadas de helicóptero para uma cidade vizinha. Tinham a certeza de que seriam assassinadas. Fátima lembra, com horror, de ter visto a amiga ser jogada de uma altura de cinco metros. Uma hora depois o helicóptero passou pelo mesmo lugar. A um metro do chão viu a amiga, nua, agonizante, sendo estuprada por soldados.

SAUDADES DA TERRA

A timorense foi obrigada a servir de guia dos soldados nas invasões das aldeias. Só conseguiu se livrar das tropas quando furou um bloqueio e denunciou o fato a um general, em visita à tropa. Foi enviada a Mantuto, onde ficou presa em um quartel no qual a violência sexual era lei. Na capital, Dili, conseguiu entrar em contato com o pai e, depois de semanas de interrogatórios, foi convidada a servir de informante dos indonésios. Alegou que era mulher e, portanto, não tinha capacidade para isso. Conseguiu liberdade provisória.

A família, via Cruz Vermelha, obteve asilo em 1987, depois de oito anos de tentativas junto ao governo de Portugal. Atualmente Maria de Fátima estuda Letras e trabalha com o professor Barbedo de Magalhães, da Universidade do Porto. Mora em Queluz. Ajuda grupos de solidariedade ao Timor em Portugal e é uma das organizadoras das jornadas de Timor na Universidade do Porto. No ano passado comemorou a outorga do Nobel da Paz ao bispo Ximenes Belo e o professor Ramos Horta, mas acha que a paz ainda vai demorar. Um sonho? "Voltar ao Timor, com seus cheiros, seus gostos, meu povo."

"Combinamos que as duas últimas balas eram para nós dois. Chegou o momento. Ele me olhou e não teve coragem de me matar. Nós nos despedimos. Assim que acabamos de nos beijar, as balas continuavam a cruzar por cima da gente, ele foi atingido, caiu e me puxou. Pensei que era para rastejar por causa das balas mas quando olhei para o lado, lá estava o cérebro. Sabia que ele estava morto, mas eu chamei, chamei umas três vezes, ele ainda me respondeu. Eu o abracei, puxei a arma para mim e fingi que estava desmaiada. E senti os passos. Levantei-me e ia disparar quando recebi coronhadas e caí... não podia enterrar meu marido, só o cobri com um lençol e eles me levaram..." (sobre a morte do marido)

"As perguntas eram sempre as mesmas. A nossa cadeira era as camas deles. Não era nada de política, tudo sobre sexo. Depois das perguntas, éramos violadas. Mandavam para o quarto, passados cinco minutos vinham chamar para outro comandante..." (sobre os interrogatórios em Alas)

"Eles matavam, todas as vezes eles matavam. Quando se tratava de um guerrilheiro torturavam, despiam e começavam a cortar o corpo em pedaços. Colocavam o corpo em pé, para servir de treino. Gastavam as balas sem pensar. Já morto, espetavam o coração com um punhal, tiravam e lambiam o punhal." (nas aldeias)

"Chegamos a uma aldeia, tinha 20 pessoas, entre eles uma velhinha, de uns 80 anos, e um bebê, uma pequenita com menos de um ano. Mataram aquela população toda e poupamos a vida dessas duas pessoas. O bebê começou a chorar, talvez de fome. Foram até a aldeia e colocaram a boca da criança para mamar no seio da mãe já morta e não saía leite, só saía sangue. O bebê começou a mamar, fiquei com muita pena, corri para pegar a criança e eles me disseram para não me meter nessa história, que era assunto deles. Nunca mais soube daquelas duas pessoas." (quando era guia dos soldados indonésios)

"Todos os dias éramos violadas, de dia e à noite, conforme o número de soldados. Todas as noites a gente rezava o terço, com desespero de que nossas orações se transformassem em insulto a Deus". (na prisão de Manatuto)

Mulher sofre em áreas de conflito

■ Violência sexual é usada como tática em diversas guerras

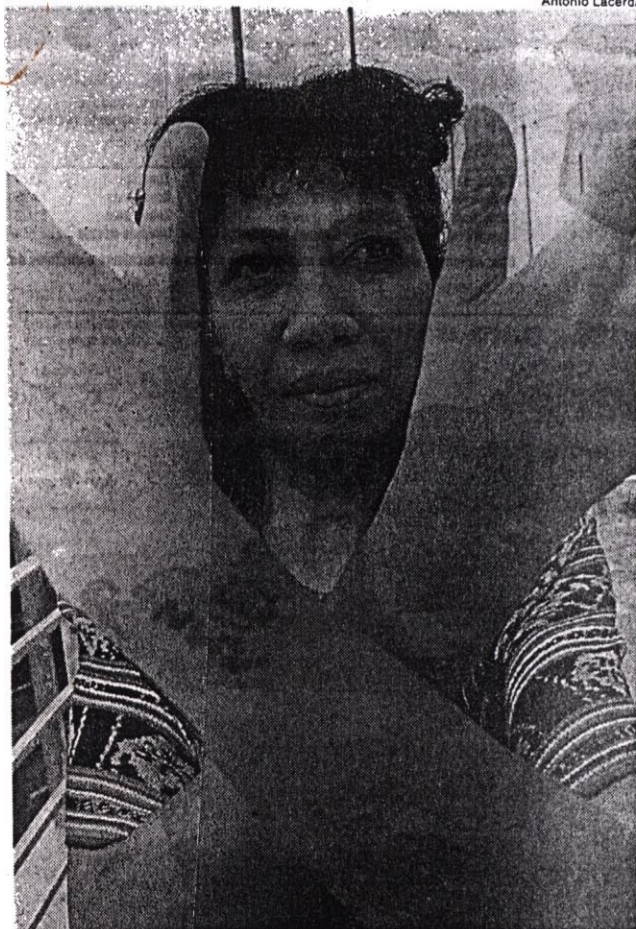
SÉRGIO BENEVIDES

A timorense Maria de Fátima Guterres, de 42 anos, participou da resistência em seu país, contra a invasão indonésia em 1975. Viu seu marido ser morto, foi presa e estuprada. Antes de ser solta, teve que servir de guia para os indonésios nas montanhas de Timor Leste. Há dez anos, Maria de Fátima foi para Portugal. Hoje, ela trabalha no Núcleo de Estudos Timorenses da Universidade do Porto e veio ao Brasil para participar do 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, iniciado domingo no Hotel Glória, no Rio.

A história de Maria de Fátima não é um caso isolado. Entre as participantes do encontro, há outras semelhantes. No entanto, não existem estatísticas seguras sobre a violência a que mulheres são submetidas em áreas de conflitos e o problema é praticamente ignorado por governos e organizações internacionais, segundo a diretora do Projeto Direitos da Mulher do Human Rights Watch, Dorothy Thomas. A ativista de direitos humanos americana veio ao Brasil para denunciar a falta de assistência às mulheres que vivem em áreas de conflito.

"É preciso que a comunidade internacional preste mais atenção neste problema. Em Ruanda, por exemplo, as mulheres representam 70% da população e não há nenhum programa especial para dar assistência médica, psicológica e econômica às sobreviventes do genocídio", afirmou Dorothy, referindo-se ao massacre de 1994, quando membros da etnia hutu mataram mais de um milhão de tutsis.

Violência sexual — As mulheres em zona de guerra são, com frequência, vítimas de estupro e mutilações. "Em Timor, todas as mulheres capturadas são obrigatoriamente estupradas", contou Maria de Fátima, que leva, tatuadas no antebraço, as iniciais do nome do primeiro marido, Artur do Nascimento, assassinado por indonésios. "Quando ele morreu, peguei a arma para disparar contra a tropa, mas levei coronhadas e



Antônio Lacerda

Maria de Fátima, exilada em Portugal, traz as iniciais do marido no braço

desmaiei. Acordei já nrisão". Embora fosse secretária do Comando de Operações da resistência, Maria de Fátima foi solta porque os indonésios não acreditavam que uma mulher pudesse ocupar um alto posto entre timorenses e que tivesse informações importantes.

"A violência sexual é uma forma de humilhar e destruir a mulher, que muitas vezes carrega as marcas das agressões físicas para o resto da vida. As conse-

quências psicológicas também são muito graves. Como não têm assistência, muitas das vítimas são discriminadas em seus grupos", disse Dorothy. A ativista lembrou também que as mulheres que sofrem abusos correm grandes riscos de contrair doenças sexuais e Aids.

Meliha Brankovic, que faz parte da organização não-governamental Medica Zenica, da Bósnia, afirmou que os estupros durante a guerra entre sérvios,

muçulmanos e croatas, de 1991 a 1995, eram sistemáticos: "Nossos inimigos planejavam esses ataques." Ainda que um pouco relutante, Meliha acabou apontando os que julga serem os culpados pela violência em seu país. "Os sérvios cometeram esses crimes. Os sérvios liderados por [Slobodan] Milosevic e [Radovan] Karadzic", disse, referindo-se ao presidente iugoslavo e ao ex-dirigente sérvio da Bósnia.

Justiça — Para Dorothy, os culpados por crimes conta a mulher devem ser processados. No entanto, como agir quando os acusados não exercitam inteiro? "A ONU está estudando a formação de uma corte internacional permanente para analisar casos de violência cometidos durante guerras, quando os governos não forem capazes de tomar alguma atitude", disse a ativista.

Tem as mulheres que vivem entre os 15 milhões de refugiados em todo o mundo — estatística divulgada ontem pela Anistia Internacional — escapando das agressões. A organização acusa governos de dificultar deliberadamente a entrada de refugiados em diversos países e afirma que, entre os que tentam fugir de zonas de conflitos, "especialmente as mulheres estão em perigo. A violação é utilizada para torturá-las e amedrotá-las, principalmente em conflitos como os do Afeganistão, de Ruanda e da Iugoslávia".

No entanto, não é apenas a violência planejada que preocupa Dorothy. O crescimento da prostituição em determinadas zonas de conflito também é um grande problema. Maria Tereza Olvera, uma das fundadoras do Grupo de Mulheres de San Cristóbal de Las Casas, em Chiapa, no México, denunciou o aumento da prostituição infantil nas áreas cercadas pelas forças do governo que lutam contra os guerrilheiros zapatistas. "Para se satisfazer, os homens do Exército mexicano induzem meninas de 12 a 14 anos a se tornarem prostitutas", contou. "As mulheres que se submetem a esse tipo de prática não têm perspectivas. Fazem porque é difícil conseguir meios para a sobrevivência, na região, mas ganham muito pouco. Até que lava roupas para o Exército ganha mais", afirmou.

PAUTA DO ENCONTRO COM FÁTIMA GUTERREZ - 22/03/97

1. Apresentação dos presentes
2. Apresentação da Fátima (Frei João)
3. Cochicho com os vizinhos para elaboração de perguntas por escrito.
4. Resposta às perguntas formuladas em blocos de 3.
5. Café.
6. Apresentação do *Clamor por Timor*.
 - a) pessoas presentes e ausentes.
 - b) objetivo do grupo.
 - c) o que fazemos (boletim, vídeo, adesivos, camisetas, alguns eventos).
 - d) proposta de organização dos presentes (grupos por regiões ou cidades)
 - e) falta de financiamento.
 - f) Proposta de um novo encontro no dia 24/05/95 neste mesmo local e hora.

↳ PRESENTE

- 25/ ABMC
- L. MARIA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

Jo Senhor

Vendedor Adriano Diogo

TIMOR LESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

FORUM DOS MUTIRÕES DE SÃO PAULO

Reunião realizada no Auditório Vereador Antonio Sampaio da
Câmara Municipal de São Paulo em 25 de março de 1997.

Solicitante: Sr. Vereador Adriano Diogo

(Memo. nº. 082/97)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al	1	L. Carlos	Reunião Ordinária Ord. Canárias	25.03.97		

O SR. ADRIANO DIOGO - Vamos dar início a esta reunião

Estão presentes os representantes da Vereadora Lídia Correa, do Vereador Jorge Taba, do Vereador Celso Cardoso e este que vos fala, Vereador Adriano Diogo.

Vamos passar a palavra para a Sra. Fátima Gutierrez, representante de Timor Leste e da Frente Revolucionária de Libertação do Timor. A Sra. Fátima fala português e os senhores fiquem à vontade para conversar com ela.

A SRA FÁTIMA GUTIERREZ - Boa tarde. Em primeiro lugar, quero agradecer o convite que o Sr. Vereador me fez de estar também presente.

Chamo-me Fátima Gutierrez, sou timorense, e sou timorense resistente há 21 anos. Portanto, Timor Leste, ex-colônia portuguesa, situado no sudoeste asiático, foi invadido ilegalmente ocupado pela Indonésia, há 21 anos.

Ao longo desses anos, o povo tem vindo a viver uma contínua violação dos direitos humanos, que nós até já consideramos um genocídio, não só um genocídio físico, mas também genocídio cultural.

Os soldados indonésios continuam a prender, a matar e a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A1	2	L. Carlos Correia Vinças		25.03.97	Fátima Gutierrez	

torturar a população de Timor Leste. Eu própria também fui presa e submetida a vários tipos de humilhações.

(ininteligível)

O nosso líder ~~(Gusmão)~~ também está preso na capital da Indonésia, desde 20/11/1992.

Portanto, estou aqui para pedir ao povo brasileiro a solidariedade, porque somos irmãos da língua portuguesa e também da fé. Por isso, peço, faço um apelo para que também sejam solidários para com nossa luta, até a nossa libertação nacional.

O SR. ADRIANO DIOGO - Por favor, fique à vontade, pode falar mais um pouco. Se os companheiros quiserem, podem fazer perguntas.

A SRA. FÁTIMA GUTIERREZ - Após a invasão da Indonésia, o povo teve que recuar para as montanhas, e eu também fiz parte. Tivemos vários assaltos, vários cercos e fomos bombardeados pelos aviões de caça, pelas bombas napalm e morreram muitas pessoas, alguns de fome, outros de doença. E, no dia 03/02/1979, eu e meu marido também caímos no cerco. Meu marido foi morto e eu fui presa pelas tropas indonésias, ~~que~~ ~~em~~ Fiquei presa numa prisão situada no interior da pátria, durante al gum tempo. E nessa prisão, estava também uma senhora timorense que era



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
AI	3	L. Carlos	Com. Mulheres	25.03.97	Fátima	

secretária das Mulheres Timorenses, era membro do Comitê Central do ~~do~~ Partido (ininteligível). Um dia fomos levados pelo helicóptero e ao chegarmos no município, eles baixaram o helicóptero e, a cerca de cinco metros de altura, abriram a porta e empurraram aquela senhora lá para baixo. Demos uma volta e voltamos para o mesmo sítio onde empurraram a senhora; baixaram o vôo e vi a senhora já nua, quase morta, ser violada pelos militares indonésios.

Daí, segui com o helicóptero para outro comando. Fiquei lá, à espera do batalhão que matou meu marido. Depois de uma semana, fui obrigada a ser guia para conduzir o batalhão que matou meu marido, à ~~procurar~~ procura de população, das forças guerrilheiras e dos membros do Comitê Central da Fretilin (?).

~~Todas~~ Todas as vezes que, nessas operações, encontravam populações, matavam-na toda, destruíam tudo que a população tinha e, quando se tratava de um guerrilheiro, depois de ser torturado, cortavam em pedações e, além disso serviam como algo. E, depois de morto, ainda esfaqueavam.

Depois de algum tempo, fui conduzida para uma vila, para uma outra prisão e, depois, segui para a capital, que é Dile; também fui inquirida muitas vezes e, daí, libertaram-me dos inquéritos, mas ~~ainda estava a ser controlada pelas forças indonésias.~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al	4	L. Carlos	Com. Finanças	25.03.97	Fátima	

Arranjei um emprego, até minha ~~2~~ vinda para Portugal. Hoje,
encontro-me refugiada em Portugal.

i t



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-2	1	Idelci	Ord. 10h.	25.3.97		

O SR. ADRIANO DIOGO - Alguém gostaria de fazer alguma pergunta? (Pausa) Alguém gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa)

Por favor, fale no microfone.

A SRA. _____ - Em nome da Vereadora Lídia Correa queremos manifestar a nossa solidariedade ao povo de Timor Leste e desejar que os acontecimentos sejam mais favoráveis para o povo e a nação. De nossa parte, além de desejar isso, colocamos o Gabinete à disposição para qualquer necessidade, juntamente com os demais gabinetes, principalmente o do Vereador Adriano Diogo, que já vem dando todo apoio. Gostaria de fazer uma pergunta. Em nosso País, apesar de termos conseguido sair da ditadura, ter votado para eleger esse governo antidemocrático, vivemos uma ditadura dos cartéis e dos grandes monopólios da dominação econômica. Estamos ameaçados de privatizar uma das maiores empresas do mundo, que é a Vale do Rio Doce, o que também é uma forma de dominação. Gostaria de saber como é que o povo de Timor Leste está caminhando nesse sentido. Na América Latina, particularmente a Guatemala e como tem acontecido com outros países, caminha-se para negociações. Como é que está a luta de vocês lá, no sentido de alcançar, o mais breve possível, a libertação econômica, política e cultural?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-2	2	Idelci	Câmara	25.03.97		

A SRA; FATIMA GUTERRES - No momento estamos continuando a resistir, até conseguirmos o nosso objetivo, ~~Embora~~ tenhamos poucas armas, continuamos a resistir.

o SR. ADRIANO DIOGO - Quero anunciar a presença do Vereador Osvaldo Enéas, do Prona, que vem também trazer a sua solidariedade.

Tem a palavra o representante do Vereador Jorge Taba, que gostaria de fazer algumas perguntas.

O SR. _____ - Nasci no Japão mas vim para cá antes da 2ª guerra. Sempre ouvi falar que havia uma ilha, no Oceano Pacífico, que fica no ocidente de Nova Guiné e parte oriente de Java, Sumatra; uma ilha pequena; metade, hoje, chama-se Timor Leste. Recentemente ouvi, na televisão, que estava-se buscando apoio para esse país, não somente para esse povo, mas para toda a comunidade que fala português, incluindo outros países também. Sei que do Japão nada conseguiram, assim como das Filipinas, Estados Unidos etc. Isso talvez seja devido à política que o Japão mantém com a Indonésia, o que talvez esteja certo, devido as suas conveniências. Souve que a região de Timor Leste sofreu ataques, na 2ª guerra mundial, ao contrário do que eu pensava.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-2	3	Idelci	Col. Fin.	25.03.97		

que o Japão nunca entrou em território português, mas entrou. Apresento minhas desculpas, porque os acontecimentos foram bárbaros. Era uma guerra terrível! Sou novo aqui. Ainda não me foi delegado poder para dizer certas coisas. Mas gostaria de apresentar minha solidariedade. Se for possível, talvez num período mais longo se possa fazer alguma coisa. Era só o que queria dizer.

O SR. ADRIANO DIOGO - Tem a palavra a Sra. Madalena Matos, assessora do Vereador Celso Cardoso.

A SRA. MADALENA MATOS - Sra. Fátima, estou prestando muita atenção às suas conversas, suas explicações sobre tortura e prisões. Em nome do Vereador Celso Cardoso, que é da Igreja Universal, em relação à qual as pessoas têm muito preconceito, mas nós somos de paz, estamos aqui prestando solidariedade a vocês e aos outros irmãos que estão na mesma situação. Gostaria que falasse um pouco do seu esposo, apesar de que talvez seja um pouco difícil, eu creio. Mas, se puder, fale sobre o assassinato e como está a sua situação hoje. Sei que vai ser penoso, mas gostaria que falasse sobre isso.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	1	beth	COM. C. P. R.	25.3.97		

XXXX

O SR OSVALDO ENÉIAS (PRONA) - Cheguei agora e não ~~XXXXXX~~ ouvi o início da explanação da pessoa. Fiquei sensibilizado pela emoção que está sentindo agora só em falar o que passou, os meus sentimentos pelo falecimento do seu esposo. O que temos de bom no Brasil é a união com o Japão, com os países e mais colaboram conosco. Fico sensibilizado em estar aqui com vocês. Peço permissão ao Presidente para poder me retirar. Tenho ~~M~~ outra reunião. Muito prazer em conhecê-los.

O SR ADRIANO DIOGO - Acaba de chegar a assessora da Vereadora Ana Martins, do PC do B. A Vereadora está em sessão. Sei que a Sra. está tomada de emoção mas, se quiser descrever a morte de seu marido, fique à vontade.

A SRA FÁTIMA GUTERRES - Até 1985 a população do Timor constava de cerca de 800 mil habitantes. Coma ~~XXXXXX~~ invasão da Indonésia mataram 1/3 da população.

A SRA ROSANA - Sou chefe da liderança do Partido Comunista do Brasil, na Câmara e desci para fazer ~~XXXXXX~~ uma saudação em nome da Vereadora Ana Martins, única Vereadora do partido na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	2	beth	com. Finanças	25.3.97		

Casa. Venho me solidarizar pois o nosso partido, em primeiro lugar, defende a liberdade do povo. Sem liberdade, sem possibilidade de democracia para a luta social não é possível transformação de ~~uma~~ vida de um povo. Saudamos sua presença na Câmara e nos solidarizamos com a luta e o esforço em defesa de seu país.

O SR ADRIAINO DIOGO - Mais alguém quer fazer uso da palavra?

A SRA - Acho que todos sabíamos que o Governo Brasileiro tem sido muito ambíguo em relação à situação de Timor Leste, muito omissos. O Presidente Fernando Henrique Cardoso já deu ~~as~~ informações, inclusive em Lisboa, recentemente, dizendo que apóia a luta do povo timorense pela sua autodeterminação. No ~~então~~ en tanto nos foros internacionais esse apoio não tem se concretizado. Tem ficado só em palavras. Uma das lutas que o povo brasileiro deveria assumir é no sentido de pressionar o governo, o Presidente Fernando Henrique, o Itamarati para que tenhamos atitudes concretas de apoio à autodeterminação do povo timorense para que tenha a possibilidade de, cumprindo as determinações determinadas tanto pela Assembléia das Nações Unidas quanto pelo Conselho de Segurança, possa decidir li-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	3	beth	<i>com parte</i>	25.3.97		

vrememente, sem pressões o seu destino.

O SR ADRIANO DIOGO - Vamos tentar a Sra. Fátima Guterres para o plenário para tentar fazer uma apresentação, embora não seja um dia muito aconselhável. Devo passar uma informação para vocês. A Indonésia tem uma ditadura tão ferrenha e há tanto tempo - começou em 64 como a nossa - depois de um massacre terrível que eles fizeram na própria Indonésia. Hoje a ditadura da Indonésia é financiada por multinacionais. Qual é a multinacional que mais apóia a ditadura da Indonésia? A Nike. Nos seringais da Indonésia é produzida uma quantidade de borracha que desbancou toda a Amazônia. De lá é que temos o trabalho infantil para serem feitas as bolas da Nike que são exportadas para o mundo todo. A Nike, com o processo de privatização da Vale do Rio Doce está vindo juntamente com a empresa australiana que também concorre com a Japonesa para que, associada à exploração do ~~mi~~ ~~nério~~ nério, o chamado Grupo dos Malásios, virá explorar a madeira e, principalmente, os seringais. Então, a Nike acabou de assinar um contrato milionário para financiamento da seleção brasileira de futebol. Ela financia os maiores atletas do mundo. Até o Ronaldinho, recentemente ~~X~~ foi contratado pela Nike, o Romário, etc. Então, um líder sin-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	4	beth	25.3.97	25.3.97	com. din.	

dical foi preso a pedido da Nike. Como é o nome dele?

- Aparte fora do microfone.

~~_____~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	1	ciValéria	com. (11)	25.3.97		

Então, é uma situação, ao mesmo tempo que essa multinacional de mostra aos olhos do mundo como uma coisa espetacular em termos de investimentos do esporte, essa maravilha, por trás tem a história da Indonésia e em particular do Timor Leste. E agora os australianos acharam jazidas de petróleo em toda a costa timorense de enorme possessão e o mármore azul, raríssimo em todo mundo está sendo extraído do Timor Leste. Então, não é à toa que uma pequena ilha, uma pequena extensão de território seja alvo de um país tão rico, de uma ditadura tão feroz como é a da ~~Timor~~ Indonésia.

Alguém quer fazer uso da palavra?

A SRA. _____ - Eu só queria fazer um

paralelo com a situação que estamos vivendo hoje no Brasil com o Governo Federal querendo privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores companhias de minério do país, que dá lucro de um ^b bilhão de reais por ano e que possui jazidas ainda desconhecidas na Amazônia, com um potencial de exploração de mais de cem anos e o Governo acha que é possível privatizar para aumentar ainda mais o lucro das grandes empresas mo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	2	valéria	com. C.M.	25.3.97		

nopolistas, capitalistas, e submeter o país cada vez mais ao capital internacional. (apartes fora do microfone).

O SR. ADRIANO DIOGO - Podemos então dar uma parada, vamos dar uma subida e aguardarmos as 15h, horário da sessão.

Agradeço a todos. (Palmas).



Câmara Municipal de São Paulo

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPR) - Srs. Vereadores, vamos suspender a sessão por alguns instantes para receber a Sra. Fátima Guterres, ilustre convidada do nobre Vereador Adriano Diogo.

- Acompanhada do nobre Vereador Adriano Diogo, adentra o plenário a Sra. Fátima Guterres.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPR) - Tem a palavra o nobre Vereador Adriano Diogo, para saudar a ilustre visitante.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, é com muita emoção que trago a este plenário a Sra. Fátima Guterres, moradora de Timor Leste, ex-colônia portuguesa na Ásia.

Há mais de vinte anos, quando da libertação das colônias portuguesas, Timor Leste foi invadida pela Indonésia. Desde então, esse pequeno território, com grandes jazidas minerais, muito rico em petróleo e mármore, tem sido duramente castigado pelo regime da Indonésia.

Esta senhora que hoje nos visita tem uma história muito triste; seu marido foi assassinado na resistência timorense. Esta senhora pertence ao grupo de pessoas que, juntamente com o Cardeal Belo e o Prof. Ramos Horta, ganharam, recentemente, o último Prêmio Nobel da Paz.

Gostaria de passar a palavra à Sra. Fátima Guterres, a fim de que, perante esta Câmara Municipal, saudasse todo o povo de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPR) - Tem a palavra a nossa ilustre convidada.

A SRA. FÁTIMA GUTERRES - Boa tarde a todos. Vou dizer apenas algumas palavrinhas.

Timor Leste, ex-colônia portuguesa no sudoeste asiático, foi invadida ilegalmente e anexada pela Indonésia há cerca de 21 anos.

Ao longo desses anos, o povo de Timor Leste esteve sujeito a todo tipo de violação de direitos humanos, violações essas que já atingem dimensões de genocídios; e genocídio não só físico como também cultural.

Portanto, mais de 1/3 da população foi morta. Os soldados indonésios continuam a matar, prender e torturar. Fui presa e sujeita a vários tipos de violações e humilhações. O grande líder do povo timorense, Solano Gusmão, encontra-se preso em Jacarta, capital da Indonésia, desde o dia 20 de novembro de 1992. Apesar de tudo, o povo de Timor Leste continua a resistir.



Câmara Municipal de São Paulo

Estou aqui para pedir aos brasileiros a solidariedade pela causa. Consideramos o Brasil nosso irmão mais velho, somos da mesma língua e da mesma fé. Faço um apelo para que o povo pressione o seu governo e possa envolver-se e debruçar-se sobre essa luta. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPR) - Convido a nobre Vereadora Ana Martins para fazer uso da palavra.

A SRA. ANA MARTINS (PC do B) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, gostaria de manifestar nossa solidariedade, na pessoa de Fátima Guterres, ao povo de Timor Leste. Sabemos que o sofrimento de um povo pobre se torna pior quando a liberdade é controlada, quando suas lideranças não têm a possibilidade de chegar ao povo para que construa os seus caminhos de desenvolvimento, progresso e direitos sociais.

Solidarizo-me e o faço em nome do PC do B, assim como em nome de todos os segmentos de nossa sociedade que ainda sofrem discriminação e que ainda não têm seus direitos garantidos. A luta pelos direitos humanos em Timor Leste merece nossa solidariedade. Que possamos nos empenhar a fim de que cada povo tenha a sua autodeterminação e que cada nação seja soberana, que cada povo construa o seu desenvolvimento com dignidade, justiça e direitos sociais. Fiquem com meu abraço e o de milhares de mulheres, trabalhadores, intelectuais, juristas e todos os que entendem que todos os povos têm os seus direitos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPR) - Tem a palavra o nobre Vereador Brasil Vita, Presidente Emérito da Casa, para fazer uma saudação.

O SR. BRASIL VITA (PPR) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sra. Fátima que nos dá a honra de sua presença, quando Goa e Diu caíram nas mãos das tropas da Índia foi como se nós, brasileiros - que falamos a língua portuguesa - pericêssemos um pouco. Toda vez em que a língua falada por nós é retransmitida em outras plagas do universo sentimos um pouquinho mais de nossa cidadania se avultar no concerto das nações. Esta senhora vem da longínqua Timor Leste - uma ilha perdida na imensa Polinésia - vem aqui falar na língua de nossos antepassados, de nossa tradição, a que manejamos, escrevemos e que, neste instante, falamos.

É preciso que o Governo brasileiro, tão consciente como se proclama na defesa legítima dos direitos humanos, se transporte um pouco para outras latitudes e fique ao lado de Timor Leste para sentir a presença daquele Prêmio Nobel que encantou o mundo com sua palavra de ordem.

As tropas da Indonésia, sob o comando de Jacarta,



Câmara Municipal de São Paulo

com o genocídio apontado por nossa visitante, farão com que também a língua portuguesa de lá desapareça para permanecer apenas a língua malaia.

Temos de lutar por essa nossa cidadania. E por quê? Porque a língua é também um componente da cidadania dos povos e temos a obrigação primordial de defendê-la, na medida em que nossos irmãos de fala de língua portuguesa querem se socorrer de nossa presença no concerto mundial. É preciso que respondamos à clarinada de convocação e façamos com que o nosso governo, que tem relações comerciais importantes com Jacarta, faça pressão no sentido do respeito àqueles de fala de língua portuguesa.

Bem se houve V.Exa. aqui presente quando veio, à maneira de Vieira, não pedir, pedindo, mas exigir, argumentando, que façamos com que o Governo brasileiro se dirija inclusive às Nações Unidas, em que temos representação, para que o governo de Jacarta respeite um povo sacrificado como o povo de Timor.

Sr. Presidente, conclamo V.Exa., que tão bem rege os destinos desta Casa; que faça uma moção em que toda a Câmara Municipal se dirija ao Sr. Presidente da República para que defenda ainda uma vez mais um instante de nacionalidade, porque a tradição portuguesa, a melhor tradição portuguesa, fez com que este país conservasse o seu tamanho continental, diferentemente da América Espanhola que se fragmentou em dezenas de países. É preciso que defendamos as nossas tradições legítimas à lusa moda, para que Timor retorne ao seu "status quo ante" e que o povo livre, liberto, caminhando pelas campinas, possa cantar os fados, possa cantar a cantiga portuguesa, possa falar a nossa língua, ao contrário do que querem os que hoje amordaçam, matam, torturam.

É preciso, Sr. Presidente, que nossa Casa ainda uma vez se manifeste de maneira total, pelo seu governo, para que a gente lusa do Timor, nossa gente irmã, tenha, pelo menos, o legítimo direito de cantar, proclamar, rezar - e oração é a elevação da alma a Deus - na nossa "língua mater", a língua portuguesa. (Palmas)

O. SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPR) - Tem a palavra, para falar em nome do PSDB, a nobre Vereadora Ana Maria Quadros.

A. SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sra. Fátima Guterres, depois de lindas palavras do Vereador Brasil Vita, queremos, em nome do PSDB, Partido da Social-Democracia Brasileira, que tem em seu programa a luta pelos direitos e pelo respeito à cidadania, dizer a todos os companheiros de Timor Leste que contem com nosso apoio. Não podemos ficar de braços cruzados quando um país é invadido e desrespeitado.

Parabéns a você por esta luta e por representar a



Câmara Municipal de São Paulo

mulher, que tem outra luta, mais sofrida, pelo respeito a seus direitos.

Apoiamos a proposta do Vereador Brasil Vita de que a Câmara faça uma moção ao Sr. Presidente da República exigindo respeito aos companheiros de Timor Leste.

Parabéns por sua luta, e conte com o Partido da Social-Democracia Brasileira. (Palmas)

D. SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PRR) - Tem a palavra a nobre Vereadora Aldaíza Sposati, do Partido dos Trabalhadores.

A. SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Cara Fátima Guterres, que a acolhida da Câmara Municipal de São Paulo represente um mínimo de guarida na sua luta. Sabemos que você está no Brasil, a convite, para partilhar de encontro de mulheres no Rio de Janeiro. É extremamente importante a sua presença não só para estar aqui afirmando a violência ao povo timorense - e falo aqui como cidadã não só brasileira mas também portuguesa que sou, acompanhando também, através de vários pesquisadores, a situação que acontece em sua terra -, porque não só você representa aqueles que tomam na luta pela dignidade como também representa o papel firme da mulher, que em momento algum pede trégua, exatamente nessa missão da busca da liberdade.

Sem dúvida alguma, nós, mulheres, chegamos a este final de século ainda conclamando a igualdade. Você conclama uma luta dupla, a igualdade e liberdade dos povos, a possibilidade do respeito à dignidade humana. Você também partilha como mulher, fortemente, dessa denúncia, que esses encontros internacionais permitem. Obrigada por você estar aqui e obrigada por anunciar a todos nós aquilo que vem ocorrendo na sua nação, que é parte também da nossa história. Muito obrigada. (Palmas)

D. SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PRR) - Tem a palavra o nobre Vereador Jooji Hato, que falará pelo PMDB.

D. SR. JOOJI HATO (PMDB) - Sr. Presidente e Srs. Vereadores, Sra. Fátima Guterres; em nome da bancada do PMDB, queremos deixar registrada a nossa solidariedade ao seu trabalho. Lamentamos que fatos degradantes tenham ocorrido em seu país. Em 1976 o seu país foi invadido, um terço da população dizimada, o que nos deixou muito tristes. Também aqui neste país, tivemos um movimento para libertar a população do jugo de um regime militar, o qual o povo brasileiro não mais aceitava. Nenhum homem tem o direito de subjugar outro homem, como também nenhum país tem o direito de subjugar outro país.

Portanto, em nome até dos meus ascendentes, pois sou filho de japoneses, queremos pedir desculpas pelas invasões naquelas ilhas, principalmente no Timor Leste.



Câmara Municipal de São Paulo

Mas quero também, no dia de hoje, reafirmar que o maior partido deste país, que é o PMDB, que lutou pelas eleições diretas, pelo restabelecimento das normas democráticas no País, este partido que tem ajudado e tem como esperança a redemocratização plena do Brasil, o PMDB está realmente do lado do seu povo, para que lá também se restabeleça a democracia e a justiça.

Deixo aqui o nosso total e irrestrito apoio ao seu país, que você continue nessa luta, luta digna, luta que enaltece sua pessoa e seu povo, e que você tenha a maior felicidade e boa sorte e consiga fazer com que seu povo volte a ser livre, democrático e justo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPR) - Sra. Fátima, a senhora e o povo do Timor Leste contam com a solidariedade e o apoio da Câmara Municipal de São Paulo.

O pedido feito pelo Vereador Brasil Vita, de uma moção endereçada ao Presidente da República, será encaminhado. Será passada aos Srs. Vereadores; recolheremos todas as assinaturas e enviaremos a documentação ao Presidente da República.

A Câmara Municipal de São Paulo sente-se emocionada em receber a senhora nesta Casa, por iniciativa do nobre Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - (Pela ordem) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Nelo Rodolfo.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPR) - Tem a palavra o nobre Vereador Osvaldo Enéas.

Lilia Azevedo

De: CDP-RDTL FRETILIN <cpdrdtlfretilin@yahoo.com>
 Para: <liliazevedo@uol.com.br>
 Cc: <laohamutuk@eastimor.minihub.org>
 Enviada em: Sábado, 28 de Abril de 2001 08:35
 Assunto: ..."OUR COMMUNIQUE"...THE MAUBERE PEOPLE DEMANDS TO THE UNITED NATIONS ORGANIZATION (ONU).

DEMOCRATIC REPUBLIC OF EAST TIMOR

- DRET-

The Maubere People demands to the United Nations Organization (ONU).

We, the sufferer people presented here, on behalf of all Maubere People, want to manifest to the United Nations Organization and its Secretary-General, Mr. Kofi Annan the following demands;

-----1. We demand the United Nations and International Community to recognize immediately the Democratic Republic of East Timor (DRET), its Constitution, National Flag, National Anthem and Armed Forces named FALINTIL! Because the Maubere People with their best sons and daughters accepted many suffering and deaths only to defend these ones in the long war.

-----2. The UNTAET comes to East Timor for supporting the Maubere People to restore the DRET soffocated by indonesian invaders and their lackeys! But it didn't come here to help again the criminal parties, to found many other parties without legitimacy in order to maneuver the Maubere People and to oblige the ones to vote for the mentioned parties!

-----3. We demand the UNTAET to dissolve immediately the CNTR/CN, because the ones don't have the legitimacy and popular confidence! Because the individuals present here, many of them are with criminal record, with the hands full of the innocent bloods and still carried with brain and cultural mentality of the indonesian invaders!

-----4. We want only one collective Democratic Government to be formed by UNTAET and our real leadership composed by our DRET State chiefs like Mr. Francisco Xavier do Amaral and others members with clean hands and popular confidence to lead together the Transition Process! But each with it's mission:

a. The UNTAET only to supervise and to support because the United Nations aren't any governing potency to govern directly one nation on the World!

b. The own leadership of the Maubere People has the right to lead directly East Timor during and after Transition Process!

c. The mentioned Collective-Democratic Government must be realize under United Nations Flag and National Flag of the Democratic Republic of East Timor!

----5. The United Nations Organization has committed more one error on the World when the UNTAET in our Country:

a. Stands like partner of the CNRT that doesn't represent the real aspiration of the Maubere People and gives the back to the CPD-RDTL that defends the truth!

b. The one gives protection to the criminal parties that anteriorly stand up side by side with indonesian invaders and dissolves unfairly the armed arm of the Maubere People named Falintil!

c. The one's forces captured unfairly 3 activists of the DRET in a democratic forum realized in the gymnasium of Dili on March 7th, 2001 and destroyed this democratic meeting, precisely at the time in which the masses wanted to express their aspirations!

----6. We demand the UNTAET to carry the main responsables of the criminal parties that anteriorly with indonesian invaders committed the horrendous crimes against Humanity and now the ones are in the CNRT/CN, in order to confess their errors and to beg pardon to the Maubere People in the public! After this they can return to the policy, but with one condition they have to swear and compromise before the God and People that they should never repeating the same errors for the future!

----7. We ask the United Nations Organization and its Secretary-General, Mr. Kofi Annan to respect our Right defended in the long and hard ward to answer the mentioned demands right now!

Thanks for your attention!

Timor Loro-Sa'e - Dili - 25 - 04 - 2001.-

Signature;

More than half hundred thousand members of the popular masses are floodind in East Timor

02/05/2001

FRETILIN

03/04

Senhores politicos da CNRT, ja nao valem a pena a perder tempo, porque o Povo Maubere esta farto das vossas tretas e mentiras. Vos bem gozais com o custo de sangue e mil sacrificios do Povo Maubere, ate que vos tendes feito grandes escandalos de corrupcoes, promiscuidades, leviandades, nepotistas, feudalistas, parasitas, demagogistas, lalomanos, megalomanos, prepotentes, facistas, ditadores, cinicos, tiranos e uma serie de tantas miserias que vos tendes tragido ao pobre Povo Maubere no decurso deste fantachado processo de transicao defendido pelo Sergio Vieira de Mello da UNTAET sem ter em conta os factos historicos da RDTL/FRETILIN.

Um inoperante politico da CNRT face as criticas severas das massas populares sob a lideranca do CPD-RDTL/FRETILIN, acabou por saltar fora da carroca, porque realmente nada serve os interesses das massas populares, mas apenas esta agindo simplesmente por interesse duma classe politica de parasitas que vivem a custa do Povo Maubere outrora no tempo colonial portugues e depois juntando mais os 25 anos da ocupacao do neo-colonial indonesio e agora apressadamente saem em cena como se fossem figuras carnavalescas das ruas de Brasil e do bairro alto de Lisboa. Coitado, tristes figuras dos desvairados filhos timorenses que nao possuem um caracter politico com identidade nacional consistente, mas sim sao politiqueiros de meia-tigela com capa de camaleoes que ora pulam daqui ora pulam de'acola...Eis realmente o nojento principio dos fanfarroes politicos da CNRT.

Mais uma triste figura que aparece em cena como "o grande lider" das minisaias nas ruas carnavalescas de Brasil e dos monstros incomparaveis de Holy Wood e tantas mais das praias imorais do imperio Europeu com formas mais veladas de exploracao e opressao do homen pelo homen de que o apatriado e lacaio. O servilismo dos capitalistas e imperialistas deste novo milenio prevalece na velha mentalidade do apatriado fantochado lider das cambalhotas, o bereleki Ramos Horta.

O palhacado e triste figura do resto dos colonialistas andou a tagarelar nas ruas de Dili tao histericamente com acusacoes infundadas, falsas, contraproducentes e com inventonas de tamanhos e calibres e totalmente absurdas e ridiculas contra nos, os genuinos filhos do Povo Maubere, quando na realidade e ele que esta passando a mendigar aos seus patroes de Jakarta ate ajoelhou vergonhosamente aos pes do Wahid e tantos outros sanguinarios dos falcoes de Jakarta, mostras bem patentes e bem visiveis aos olhos de todos os povos amantes da paz do mundo inteiro com caracter indesmentivel em toda mass media nacional tanto como internacional, mas que ironicamente o bereleki com a lata de vir encobrir grosseiramente as suas tristes e palhacadas figuras de liderzeco sem moral nenhuma que tenta tambem vender o destino do Povo Maubere depois a chorudo de escudos, dolares e agora passa mendigar rupihas em troca do destino do nosso Povo Maubere... O polatrao e vendilao da Patria Maubere, conhecido por mais vil traidor da Patria Maubere agora venha com merdas e carrapucas de acusar a torto e a direito os melhores filhos do Povo Maubere, os nacionalistas e patriotas da CPD-RDTL/FRETILIN..Mas veja la com muito cuidado, porque as tuas falsas e cosmeticas acusacoes poderao vir recair sobre ti mesmo como um castigo imperdoavel do Povo Maubere por ti traido...O destino do Povo Maubere esta nas tuas maos como jogatina das andancas com asqueroso pedido de migalhas

aos masters colonialistas portugueses e indonesios para mais tarder ficar com um bom amontoado cofre usufruido a custo do sangue e sacrificios do mil vezes querido e martirizado Povo Maubere.

Palhaco Ramos Horta, charlatao politico vai mas vender o sua carne podre aos teus comparsas e bons padrinhos, os colonialistas portugueses e indonesios para te dar mais uma meia tijela de sopa de cachoro... mas que nao venhas com tretas tuas para enganar-nos. O Povo Maubere esta farto das tuas mentiras, aldravices, pompozadas, corruptas, robalheira e usurpadores dos sofrimentos do Povo Maubere mil vezes martirizado... Nao tardara!...**Segue o mesmo caminho do Xanana** e vao mas cavar os "kumbilis de tuanalaran"...e preciso aprender com o Povo e escusa-se de andar apenas com castelos no ar e sonhando em grandes fantasias de vir um dos piores parasitas da causa do Povo Maubere...

O bereleki Ramos Horta com ar de alguem que parece ser rei de Timor andou nas ruas de Dili a vomitar merdas nas mass media local e pomposamente tagarela aos quatro ventos que ele tem poder para utilizar o metodo de coersao e de violencia para destruir a CPD-RDTL/FRETILIN uma vez para sempre. Com estas tretas de ameaças nao passam mais da sua cobardia politica em ter tomates rigidos para enfrentar a politica da CPD-RDTL/FRETILIN.

Merece a sua destruicao total e o CNRT e seus lacaios, mas nunca a CPD-RDTL/FRETILIN, porque o nosso Movimento e o inequivoco sinonimo do Povo Maubere, como tal a sua existencia e imprescindivel para o bem estar da vida politica, social e economica do Povo de quem somos os filhos patriotas e nacionalistas. Viva o grande palhaco e o fanfarrao politico o novo lider da CNRT e dos macacos das matas de Manehat.

Povo Maubere tenke mata moris ba ema aat sira iha ita nia let, tanba sira hakarak goza deit ita nia susar no terus mai be sira la'os hakarak atu servi ita. Hahalok aat sira ne hatu mai ita dadauk iha rai Europa, Asia, Afrika no Amerika hodi ulun sira nebe bosok ten tantanan deit, nune'e mos buat hirak nebe agora dadauk mosuh iha ita nia railaran hodi ulun nauk no bosok ten sira CNRT...Hamutuk hatun sira ita bele foti ita rai no mos hala'o ita nia Povo Maubere nia moris ba diak tuir ita nia kbit atu defende ita nia Povo nia interesse.

Sede Central da CPD-RDTL/FRETILIN em Balide aos 31 de Marco de 2001.-

06/04

REPUBLICA DEMOCRATICA DE TIMOR LESTE - RDTL
CONSELHO POPULAR DE DEFESA DA REPUBLICA DEMOCRATICA DE TIMOR
LESTE
CPD-RDTL/FRETILIN

Dears,

Secretary General, Mr. Kofi Annan, Chief of the General Assembly and the Chief of the Security Council of the United Nations Organization.

On behalf of the more than 650.000 people of the East Timor, want ask the UN Secretary, Mr. Kofi Annan, Chief of the General Assembly and the Chief of the Security Council of the United Nations and also not forget full to all of the People in the World.

Saying that, to the respect for East Timorese rights of the Independence Day which had proclaimed on 28th November 1975.

Based on the United Nations Charter's principles on article 73, according to its fundamental to UN and to respect resolution no. 1514 (XV) 14th December 1960, which its concerned about the rights of peoples, to establish a nation for themselves, other nations must respect its politics aspiration, economic, social and educational advancement. These people can not going to an integration, federation or autonomy, they must be in free developing their political based on territory circumstances.

Must be respected based on the resolution no. 1541 (XV) 15th December 1960 and resolution no. 2625 (XXV) October 1970. By these resolutions, Maubere People (East Timor) asking the restoration of 28 November 1975.

People of East Timor will not receive election result from the political parties right now.

When Security Council of the United Nations set out article 1272, if this article tell us to follow the election, first of all the United Nations General Secretary or Security Council must explained for whole East Timor's People about the resolution which set out on 22nd December 1975 in article 384 which said removed all Indonesia forces from East Timor, but who where tied up Indonesia to against the two things:

- Against resolution no. 384,
- Against East Timor's People at about 650.000 whose died during that period and
- Against United Nations Charter?

If the United Nations Secretary does not know who are? They are Indonesian political parties of UDT, APODETI, KOTA and TRABALHISTA. Even though at the moment the Chief of Security Council enforce - himself to set out second resolution again by no. 389 on 22nd April 1976, which repeated to remove all Indonesian Forces. But the four political parties instead hanging up Indonesia by made integration to Indonesia on 17th July 1976. That why we don't want to receive again those parties that had lost their position on 30 August 1999, and the lately appering again to set up Parties to make election, by this reason we do not receive the election result.

Another point, before the Portuguese Government sent representatives to attend United Nations Regulation on article 37/30 on 23th November 1982, Portugal set out an article 294 which stated to agree/acnowledge the proclamation of Democratic Republic of East Timor on 28th November 1975.

We, the East Timor's People, want to astablish first:

- Definitive Government, because we have Democracy's System of East Timor Republic,
- We have National Symbol that is National Flag,
- Have National Hymn which define National Flag,
- Have National Constitution;
 - a. Have National Parlaments Council and
 - b. Have Popular Democracy Council
- Have chosen President of Republic (RDTL)
- Have Departments/Ministerial Council
- Have Defense Forces with named FALINTIL

We, the Maubere People (East Timor) ask to recognize our Nation with its Government, Defense Forces and its Symbols and than set Political Parties.

We refuse new political parties presence when UN not acknowledges East Timor Nation. But if we are forced to do election, United Nations must be responsibility for the all consequences! We refused it because we don't like to suffer as well as Rwanda, Somalia, Angola and others nations that UN not overcomes their problems.

We agree, when acknowledge East Timor Nation and its Government then determined political parties regulations first, then set up parties followed by election.

United Nations presence in East Timor just preparing administration system and not set up political parties, as a new colonialist's master to make decision by himself, without consultation to East Timor's People with relevance apriority.

We, the Maubere People since the agreement on 5 May asked to give our Nation, "Republic Democratic of Timor Leste" (RDTL) and until this moment we still asking and waiting it, that UN should fulfill with god faith and honest manner its obligations before the fate of East Timor People rgarding the entire resolutions of the UN for the fully right of East Timor to be stand People and Nation in this corner of the Globe.

We are requesting about Charter on 1st July 2000 and its apply,

We are requesting about Charter on 13th October 2000 and its apply,

This letter is attached with the copies of those letters that are already sent to Mr. Kofi Annan as the General Secretary of the United Nations will also give to Ms Carina Perelly when she have been present at CPD-RDTL/FRETILIN's Office in Balide-Dili.

People from all East Timor districts wanted to know in clear way about reply letters from Mr. Kofi Annan, regarding to those letters that had sent to United Nations. Because those letters have the copies with us and also sent to Mr. Sergio Vieira de Mello, to Bishop, to media news, which says for those who does not follow the election, will be killed?

Because they have presented their ideas, opinions to the leaders who sitting in the Transition Process, but do not care about it. This attitude is considered no democracy in point.

And we have some fact reasons like:

- The nation unacknowledged yet with its special name, symbols but it has National Council,
- Without president but has the cabinets.

From this office, we always receive people's letters and sent them to United Nations, but without answer. Many times we talked to and share with people in the districts, sub-districts and took real pictures that sawing on the board as Ms Perelly saw them.

Signed by,

Executive Organ of the CPD-RDTL/FRETILIN in East Timor, Dili.

Dili, East Timor, March 21st, 2001.-

Cc. : To all International Organizatons, Government and Non-Government from all over the World.

To all International mass media in all over the World.

10/04

..."COMUNICADO"...

Como é óbvio que em qualquer alteração ou mudança paulatina tanto como brusca em determinado evento político no solo Patrio Maubere, sem dúvida nenhuma de que, os dentre melhores filhos do Povo Maubere, os nacionalistas e patriotas timores devem e têm todo o direito a palavra referente a este ocorrido evento quer no que refere directamente a pessoa que esteja envolvida tanto como o proprio processo em curso. Para este facto, a CPD-RDTL/FRETILIN, e unico movimento politico com legitimidade da vanguarda politica da resistencia do martirizado Povo Maubere e na intrasigente defesa dos interesses supremos do seu Povo age com toda a razão dentro da veracidade dos factos historicos da longa historia da heroica resistencia do Povo Maubere, apela a comunidade internacional e em particular a ONU e seu Secretario-Geral para que ordene a **extincao imediata da fantochada organizacao CNRT** e aplicar devidamente as resolucoes do Conselho de Seguranca e da Assembleia das Nacoes Unidas no que relacionem as genuinas aspiracoes e legitimos direitos do Povo Maubere a autodeterminacao e independencia.

Aspiracoes e direitos estes que foram vergonhosamente abandonados pelas autoridades colonialistas portugueses de entao e posteriormente estes mesmos direitos e aspiracoes foram vilmente agredidos e violados grosseiramente pelo neo-colonialistas indonesios. **So em 30 de Agosto de 1999 a viva chama da heroica e generalizada resistencia do Povo Maubere culminou com a sua gloriosa reconquista dos sagrados e inalienaveis direitos em vias de perdicao quase os seus 25 anos da ocupacao indonesia.**

Para que Timor Leste nao vira mergulhar numa outra onda de violencia com banho de sangue incontestavel e que as suas consequencias poderao vir ate desacreditar o papel mediator das Nacoes Unidas, nos, a CDP-RDTL/FRETILIN o incontestavel lideranca da resistencia Maubere mais uma vez, apelamos a ONU e com seu bom senso para que acabe de uma vez para sempre a dita e fantochada suprema organizacao politica a CNRT e passa sem reservas dar palavra ao Povo martirizado Maubere para que escolhe seus legitimos lideres dentro das resolucoes ja definidas no contexto da magna carta das Nacoes Unidas em conformidade com a Declaracao Universal dos Direitos fundamentais dos Povos deste Planeta Terrestre, o direito de autodeterminacao e independencia e tambem no usufruir do total direito da livre escolha do seu governo segundo suas aspiracoes politicas, economicas e sociais culturais que merecem todo o respeito e apoio por parte doutros povos ja independentes e nunca recorrerao as mais vis manobras politicas para continuar com o "modus vivendum" dos masters colonialsitas e seus lacaios ainda bem visiveis aos nossos olhos ate neste novo milenio...

A grande e incontestavel Historia do Povo Maubere resplandecera a comunidade internacional e aos lideres fantochados timorenses como foram pronunciadas honrosamente pela **Sua Santidade Joao Paulo II** na sua inesquecivel e historica perigrinacao ao Solo Patrio de Timor Leste no ano de 1989 durante a Santa Eucaristia em Taci tolu em que proferiu as seguintes palavras no encorajar da resistencia Maubere como..."vos sois o sal da Terra e a Luz do Mundo"...Estas honrosas palavras do Santo Padre jamais serao apagadas na memoria da heroica resistencia do Povo Maubere ate

no almejar da seus objectivos ja bem definidos no contexto do programa vasto do Movimento Fretilin com forjar da resistencia armada durante os longos e duros anos da ocupacao e agressao do invasor indonesio.
Viva o heroico Povo Maubere!

Viva as gloriosas Falintil!

Viva as Juventude Maubere!

Viva o intrepido matadalan do martirizado Povo Maubere, a CPD-RDTL/FRETILIN!

A luta continua e a vitoria e certa!

Sede Central da CPD-RDTL/FRETILIN em Balide aos 10 de Abril de 2001.-

Assindo pelo Orgao Diliberativo da CPDR-RDTL/FRETILIN

26/04

DEMOCRATIC REPUBLIC OF EAST TIMOR - DRET-

The Maubere People demands to the United Nations Organization (ONU).

We, the sufferer people presented here, on behalf of all Maubere People, want to manifest to the United Nations Organization and its Secretary-General, Mr. Kofi Annan the following demands;

- 1. We demand the United Nations and International Community to recognize immediately the Democratic Republic of East Timor (DRET), its Constitution, National Flag, National Anthem and Armed Forces named FALINTIL! Because the Maubere People with their best sons and daughters accepted many suffering and deaths only to defend these ones in the long war.
- 2. The UNTAET comes to East Timor for supporting the Maubere People to restore the DRET soffocated by indonesian invaders and their lackeys! But it didn't come here to help again the criminal parties, to found many other parties without legitimacy in order to maneuver the Maubere People and to oblige the ones to vote for the mentioned parties!
- 3. We demand the UNTAET to dissolve immediately the CNTR/CN, because the ones don't have the legitimacy and popular confidence! Because the individuals present here, many of them are with criminal record, with the hands full of the innocent bloods and still carried with brain and cultural mentality of the indonesian invaders!
- 4. We want only one collective Democratic Government to be formed by UNTAET and our real leadership composed by our DRET State chiefs like Mr. Francisco Xavier do Amaral and others members with clean hands and popular confidence to lead together the Transition Process! But each with it's mission:
 - a. The UNTAET only to supervise and to support because the United Nations aren't any governing potency to govern directly one nation on the World!
 - b. The own leadership of the Maubere People has the right to lead directly East Timor during and after Transition Process!
 - c. The mentioned Collective-Democratic Government must be realize under United Nations Flag and National Flag of the Democratic Republic of East Timor!
- 5. The United Nations Organization has committed more one error on the World when the UNTAET in our Country:

- a. Stands like partner of the CNRT that doesn't represent the real aspiration of the Maubere People and gives the back to the CPD-RDTL that defends the truth!
 - b. The one gives protection to the criminal parties that anteriorly stand up side by side with Indonesian invaders and dissolves unfairly the armed arm of the Maubere People named Falintil!
 - c. The one's forces captured unfairly 3 activists of the DRET in a democratic forum realized in the gymnasium of Dili on March 7th, 2001 and destroyed this democratic meeting, precisely at the time in which the masses wanted to express their aspirations!
- 6. We demand the UNTAET to carry the main responsables of the criminal parties that anteriorly with Indonesian invaders committed the horrendous crimes against Humanity and now the ones are in the CNRT/CN, in order to confess their errors and to beg pardon to the Maubere People in the public! After this they can return to the policy, but with one condition they have to swear and compromise before the God and People that they should never repeating the same errors for the future!
- 7. We ask the United Nations Organization and its Secretary-General, Mr. Kofi Annan to respect our Right defended in the long and hard ward to answer the mentioned demands right now!

Thanks for your attention!

Timor Loro-Sa'e - Dili - 25 - 04 - 2001.-

Signature;

More than half hundred thousand members of the popular masses are floodind in East Timor Capital Dili at the moment for this petition.

TIMOR AID

19/04

- Australia fears Timor seeking control of Timor Sea oil 19/04/01 (AP) The Australian government was under pressure Wednesday to take a hard line against what some lawmakers describe as efforts by East Timor to take full control of lucrative oil fields under the sea separating the two countries.

- West Timor safe for returning aid workers: Indonesian military 19/04/01 (AFP) Officials in Indonesian- ruled West Timor say the region is safe for foreign aid workers to return and help repatriate some 150,000 East Timorese refugees holed up in squalid camps.

- E Timor suffers under weight of world plans 19/04/01 (WorldNews. com) Despite the UN's optimistic view, when you scratch the surface of reconstruction in the emerging nation of East Timor, the picture that emerges is a profoundly worrying one.

20/04

- UN lays blame for Timor wave of terror 20/04/01 (Sydney Morning Herald) Indonesian officers began planning to destroy E Timor two months before the independence vote. 250,000 E Timorese were deported to Indonesian W Timor. More than 70 per cent of buildings were damaged or destroyed

- ADB says E.Timor GDP to grow 15 pct in 2001 20/04/01 (Reuters) East Timor's economy has rebounded strongly after violence destroyed the tiny half-island territory nearly two years ago, with 15 percent growth forecast for 2001 and 2002, the Asian Development Bank said on Thursday.

- Xanana Gusmao says resignation result of differing "principles" 20/04/01 (Satunet Indonesia) Xanana Gusmao has admitted that his resignation from the Timor Lorosae National Council stemmed more from the problem of principles rather than internal squabbling. This, he said, was called democracy.

23/04

- Gusmao says independence will take time 23/04/01 (Reuters) East Timorese independence leader Xanana Gusmao said it would be at least next year before the devastated territory would be ready to take over its

own affairs and even then would still need U.N. help.

- Ex-Indonesian commander embraces Timor hero, admits army excesses 23/04/01 (AFP) A former army commander Friday admitted excesses in the Indonesian military in its handling of separatist movements, and publicly embraced East Timor's independence leader Xanana Gusmao.

24/04

- Ramos Horta follows Gusmao in quitting de facto parliament ahead of elections 24/04/01 (Sydney Morning Herald) East Timor's de facto parliament was hit yesterday with the resignation of a second high-profile political leader in less than a month.

- Ramos Horta steps down from E Timor's interim parliament 24/04/01(AP) Nobel peace laureate Jose Ramos Horta Monday stepped down from East Timor's interim parliament to return to his former position as cabinet member for foreign affairs.

26/04

- Gusmao's wife stabbed in East Timor robbery 24/04/01 (Reuters) Four thieves attacked and stabbed the Australian-born wife of East Timor independence hero Xanana Gusmao on Tuesday in the latest in a string of violent robberies in the impoverished territory, an official said.

- East Timor National Council endorses draft on truth commission 26/04/01 (UN News) The National Council of East Timor today endorsed a draft regulation on the establishment of a Reception, Truth and Reconciliation Commission.

27/04

- NGOs criticize Gusmao's stance on international tribunal 27/04/01 (Lusa) The East Timorese NGO Forum said Thursday it was "very worried" about the public stance taken by independence leader Xanana Gusmao minimizing the importance of an eventual international tribunal to try Indonesian atrocities in the territory.

- Indonesian officials clarify terms of human rights tribunal 27/04/01 (Radio Australia) Under international pressure, Indonesian officials have clarified the terms of a newly announced human rights tribunal to investigate

atrocities in East Timor. Indonesia says tribunal will hear pre-ballot crimes in East Timor 27/04/01 (AFP) All crimes committed in East Timor in 1999 and investigated by Indonesia's Human Rights Commission (Komnas Ham) will be tried here soon, a spokesman for the Indonesian Attorney General said Thursday.

- Panel to seek input on truth commission 27/04/01 (UN News) The National Council of East Timor today set up to gather input from civil society to establish a "truth commission" on human rights violations committed during the territory's 25- year struggle for independence.

- Timor: East Asian or South Pacific? 27/04/01 (FEER) East Timor will soon join the Asia-Pacific community as the world's newest nation. As its 800,000 people prepare to take control over their own destiny for the first time, the key question is what development policy challenges lie ahead.

30/04

- Indonesians name guilty 30/04/01 (The Age) A secret report prepared for the Indonesian Government makes it clear that its military directed the militia violence against East Timor's independence vote and that top generals approved some of the worst atrocities.

- Human rights violations in East Timor: AGO covers up Wiranto's involvement 20/04/01 (Tempo) The Attorney General's Office (AGO) has tried to cover up Wiranto's involvement in violating human rights in East Timor after the 1999 referendum.

- Volcano waits to blow apart 30/04/01 (The Age) The report on human rights violations in East Timor during the last months of Jakarta's rule has been sitting like a pent-up volcano in the office safe of Attorney-General Marzuki Darusman for the past 15 months.

- More E. Timorese return to Indonesia over fears of violence 30/04/01 (Jakarta Post) Anxiety of a possible outbreak of violence in this August's general election and the scarcity of staple food have forced East Timorese to continuously leave their homeland and illegally enter neighboring East Nusa Tenggara province, officials said.

- Rival East Timor sides to meet in May to discuss amnesty 30/04/01 (Media Indonesia) Former commanders of the Timorese Integration Fighters Force (PPI) and representatives of the East Timorese pro-independence side plan to meet at the beginning of May to discuss the issue of reconciliation.

- Crimes Against Humanity in East Timor, January to October 1999: Their Nature and Causes 27/04/01 (ETAN) UNTAET officials do not plan to release the report, which was submitted to them in mid- February.

01/05

- Militia boss jail term a 'wrist slap' 01/05/01 (The Age) East Timor's notorious militia leader Eurico Guterres will be freed within weeks after an Indonesian court yesterday sentenced him to six months' jail for inciting violence

- Timor's crime fighters in crisis 01/05/01 (The Age) The United Nations' Serious Crimes Unit, the taskforce gathering evidence to prosecute perpetrators of the violence that swept East Timor in 1999, is on the point of collapse.

- 77 more police cadets graduate in East Timor: UN 01/05/01 (UN News) UNTAET today announced that 77 more police cadets have graduated from the Timor Lorosa'e police academy in Dili.

- Vote registration advancing well. 01/05/01 (Lusa) More than 160,000 East Timorese have registered during the first six weeks of a UN-led registration drive for the territory's August 30 constituent assembly elections, a decisive step towards independence, UN officials announced Monday in Dili.

02/05

- Not all E. Timor rights cases to be sent to court 02/05/01 (Jakarta Post) In compliance with a presidential decree on the establishment of an East Timorese human rights tribunal, some suspected rights abusers will not be brought before the tribunal.

- In advance of election, UN launches training for women candidates 02/05/01 (UN News) In preparation for upcoming elections to East Timor's

Constituent Assembly, UNTAET began today a programme designed to bring more women into the political process.

03/05

- Pressure mounts for new accord on seabed carve-up 03/05/01 (Sydney Morning Herald) Negotiators for Australia and East Timor yesterday began a secrecy- shrouded meeting in Brisbane in the search for agreement on the seabed boundary in the Timor Sea.

- Warning on future of Timor Sea gas pipeline 03/05/01 (Radio Australia) A Billion dollar gas pipeline from the Timor Sea to Darwin will be jeopardised if the principles of a new treaty aren't resolved by early June.

- Calls for all atrocities to be tried 03/05/01 (Sydney Morning Herald) United Nations and East Timorese human rights officials say the narrow terms of reference and restricted jurisdiction of the Indonesian court established to prosecute crimes against humanity will increase pressure for an international tribunal on East Timor war crimes.

- East Timor cases axed by Jakarta 03/05/01 (The Age) Indonesia has dropped prosecutions against six people who have been under investigation for more than 12 months over crimes against humanity in East Timor, including the notorious militia leader Eurico Guterres.

- Fisheries Support Project Launched this Week 03/05/01 (Lusa) A project aiming to increase the catch of fish in East Timorese waters was launched this week with the support from Timor Aid.

04/05

- Rights group demands change to decree on Timor prosecutions 04/05/01 (AFP) A human rights commissioner in Indonesia called for the revision Wednesday of a presidential decree that rules out trials of crimes committed in East Timor before the 1999 independence ballot.

- Ballot violence: six to go free 04/05/01 (Sydney Morning Herald) Jakarta has dropped prosecutions against six people who have been under investigation over crimes against humanity in East Timor, including the notorious militia leader Eurico Guterres.

- Third round of Timor Gap oil talks 'more positive' - Alkatiri 04/05/01 (Lusa)
Negotiations between East Timor and Australia to revise the oil- exploration
Timor Gap Treaty have gained a "more positive" tone in the third round of
talks.

- Ex- head of Timorese integration fighters confirms Veteran Brigade
04/05/01 (Pos Kupang) Former Commander of the Timorese Integration
Fighters, Cancio Lopes de Carvalho, confirmed that the presence of the
Veteran Brigade on the border between East Nusa Tenggara and East
Timor.

TIMOR AID

09/05

- Australia accused of complicity in Timor killings 09/05/01 (AAP) An Australian Army intelligence officer who served in East Timor has accused the federal government of covering up evidence of Indonesian army atrocities in 1999.

- Gusmao resignation hits morale of East Timor refugees 09/05/01 (Media Indonesia) Xanana Gusmao's resignation as Head of the Timor Lorosae National Consultative Council and his ejection of nominations to become president, have all had a negative impact on East Timorese refugees still living in camps in West Timor.

- Baucau bishop plans peace-making visit to West Timor 09/05/01 (Lusa) The Catholic Bishop of Baucau, Basilio do Nascimento, plans to pay a second peace-making visit to West Timor at the end of May.

- Officials pleased with strong response to party registrations 09/05/01 (Lusa) East Timor's Independent Electoral Commission expressed satisfaction Tuesday with the solid start of party registrations for August constituent assembly elections, saying three parties had registered on the first day, Monday.

- Annan cautions about early pullout from East Timor 09/05/01 (Reuters) Secretary-General Kofi Annan cautioned the Security Council not to withdraw U.N. civilian and military personnel from East Timor prematurely, saying the territory would need help well after independence.

- UN peacekeepers to stay in East Timor after August elections 09/05/01 (Radio Australia) United Nations peacekeepers will remain in East Timor after pre-independence elections in August partly because of widespread fears of political violence among the territory's residents.

- Indonesian military, Australian peacekeepers clash on Timorese border 10/05/01 (Republika) Atambua - Tensions were reported between Australian peacekeeping forces (UN-PKF) and an Indonesian military task force on Saturday (5 May) when they came into conflict on the border between West Timor and East Timor.

- Australian troops in East Timor gear up for cross border incursions 10/05/01 (Radio Australia) Australia's troops in East Timor are expecting more cross border incursions from militias, as the dry season begins and the country prepares for pre-independence elections.

- East Timor refugees must decide fate in June 10/05/01 (Jakarta Post) A total of 112,243 East Timor refugees living in camps across East Nusa Tenggara will have to decide after June 6 whether or not they wish to remain in Indonesia or return to their homeland.

- East Timor seen gaining 85 percent of Timor Gap oil 10/05/01 (AFP) East Timor is likely to receive around 85 percent of the rich oil and gas reserves in the Timor Sea following a breakthrough in talks with Australia on a new treaty, government sources said Wednesday.

- Portuguese MPs Criticize 'Costly' Administration 10/05/01 (Lusa) A report by members of the Portuguese parliament criticizes the UN Transition Administration in East Timor (UNTAET) as being "costly and not very efficient".

11/05

- UN tells Timorese: use US dollars or face big fines 11/05/01 (Sydney Morning Herald) United Nations economic planners have launched a campaign to ensure the US dollar is the sole legal tender in East Timor. To back it up, heavy fines will be imposed to deter the unlicensed importation of all other foreign currencies, including the Australian dollar.

- Downer in East Timor treaty talks 11/05/01 (AAP) Australian Foreign Affairs Minister Alexander Downer remains hopeful of negotiating a new oil and gas treaty with East Timor and plans to meet Timorese Economy Minister Mari Alkatiri today.

- New Zealand ^{le verdicts} moots war crimes tribunal for Timor 11/05/01 (Radio New Zealand) New Zealand Foreign Minister Phil Goff has suggested that New Zealand may press for an international tribunal on crimes against humanity in East Timor, Radio New Zealand reported on Thursday.

East Timor

The Final Vote

Message from Xanana Gusmao
President, National Council of Timorese Resistance

For twenty-three years, the people of East Timor have awaited this agreement which acknowledges their right to self-determination. The agreement signed on May 5th in New York attests to the fact that the immeasurable sacrifices of the East Timorese people throughout this long period of oppression have not been in vain.

Realistically speaking, the value of the agreement as a historic document lies in the fact that it will permit the people of East Timor to exercise their legitimate right to decide on their future. For this very reason, the worth of the agreement in practical terms can only be verified through its implementation, in other words, when the United Nations ensures that the conditions for successful implementation exist.

I wish to draw attention to the fact that our people have long awaited this agreement, never ceasing to believe in the importance of its signing.

There is no doubt that there will be difficulties on the ground and that numerous obstacles will continue to be placed in the path of the preparation of a fair, democratic and transparent consultation. All, however, will depend on the Indonesian government's compliance with the terms of the agreement relating to its responsibility for creating a climate of peace and tranquillity for the population.

While the agreement is no cause for euphoria, nor is it a guarantee of a resolution via democratic and peaceful processes, we must not view it with excessive pessimism, nor lose sight of the urgent need for a frank and serious dialogue capable of giving rise to new spirits and hopes.

I take this opportunity to express to UN Secretary-General, Kofi Annan, our profound appreciation for the ongoing commitment he has demonstrated to the question of East Timor, which has made possible this first step in the direction of a new future for the East Timorese people. Our thanks also go to Ambassador Jamsheed Marker and his staff for their tireless dedication.

We express our sincere gratitude to the Portuguese government for its attentive and skilful handling of the question. To the Indonesian government, goes our appreciation for the commitment it has undertaken to guarantee the implementation of a democratic, transparent and fair consultation.

Salemba 6 May 1999
Kay Rala Xanana Gusmao
President of the CNRT

"What kind of peace accord is this that does not include the freedom of the leader of the resistance? It's like reaching agreement to end apartheid in South Africa without freeing Nelson Mandela. Xanana Gusmao's release is vital to ensure that the process has any credibility. It is up to the UN, Indonesia, Portugal, everybody to decide together on measures to guarantee Xanana Gusmao's physical safety. If Indonesia cannot provide this safety guarantee, it should ask the UN to provide all the security necessary for the transition process in Timor."

Jose Ramos Horta, Vice President CNRT and co-recipient 1996 Nobel Peace Prize



United Nations East Timor

Summary

Since 1983 the Governments of Indonesia and Portugal have undertaken, through the good offices of the Secretary-General, to find a just, compre-

hensive and internationally acceptable solution to the East Timor question. The culmination of the good offices process was the 5 May signing of an overall Agreement between the two Governments, which entrusts the Secretary-General



"This is a historic moment. I am delighted to tell you that we have just signed the three agreements on East Timor, as you saw, between the Republic of Indonesia and the Republic of Portugal. There is a basic agreement and two supplementary ones: one covering the security arrangements for the peaceful implementation of the popular consultation and the other the modalities for this consultation."

UN Secretary-General Kofi Annan 6 April, 1999

phases of the popular consultation and, at the time of the consultation, to supervise the escort of ballot papers and boxes to and from polling sites.

Security Council

The UN Security Council passed a Resolution (its first on East Timor since 1976) supporting the UN process and deciding to remain seized of the matter. It requests the UN Secretary-General to inform the Council prior to the start of voter registration on whether, on the basis of the objective evaluation of the United Nations Mission, the necessary security situation exists for the peaceful implementation of the consultation process.

(Resolution S/RES/1236 of 7 May, 1999)

The Commission on Peace and Stability

The Agreement on security states: "The Commission on Peace and Stability established in Dili on 21 April 1999 should become operational without delay. The Commission, in cooperation with the United Nations, will elaborate a code of conduct, by which all parties should abide, for the period prior to and following the consultation, ensure the laying down of arms and take the necessary steps to achieve disarmament."

"A secure environment
intimidation
fair ballot

How will "Popular Consultation"

Date for consultation: The ballot on Sunday, 8 August 1999, both side East Timor.

Question to be put before the voters

The question that the Secretary-General will put to the voters is:

"Do you accept the proposed special autonomy for East Timor within the United Republic of Indonesia?" ACCEPT
"Do you reject the proposed special autonomy for East Timor, leading to East Timor's separation from Indonesia?" REJECT

Schedule of the consultation process

Operational planning/Deployment:

10 May-15 June

Public information programme/Voter education:

10 May-5 August

Preparation and Registration:

13 June-17 July

Exhibition of lists and challenges/ Decisions on challenges and complaints:

18 July-23 July

Political Campaign:

20 July-5 August*

Cooling off period:

6 August-7 August

Polling Day: 8 August

* Subject to revision by the UN

Security

The Indonesian authorities are required to ensure a secure environment for a free and fair popular consultation process and will be responsible for the security of United Nations personnel. A number of United Nations security guards will be deployed to ensure the security and safety of United Nations personnel and property. A number of international civilian police will be available in East Timor to advise the Indonesian Police during the operational

Contact

To find out more about action you can take to support peace and freedom in East Timor, contact a group or organisation in your state. All groups need volunteers and financial support:

Queensland

Brisbane East Timor Action Coalition
PO Box 2016 Graceville East, Brisbane
Queensland 4075

Email BETAC@thehub.com.au

NSW

East Timor Relief Association
National Office, PO Box 1102
Parramatta NSW 2124
Tel 02 9891 5861 fax 02 9891 2875
Email: etra@pactok.net

Web: <http://www.pactok.net.au/docs/et/>
currently moving to
<http://www.etra.zip.com.au>

Action in Solidarity with Indonesia and East Timor, National Office
PO Box 458 Broadway, NSW 2007
Tel 02 9690 1032, fax: 02 9690 1381
Email: asiet@peg.apc.org
Web: <http://www.peg.apc.org/~asiet/>

Australia-East Timor Association
PO Box 751 Darlinghurst NSW 2010
Tel 02 9331 5986 Tel/fax 02 9960 5550
Email: etiscsyd@ozemail.com.au

Mary McKillop Institute of East Timorese Studies
20 Mamre Road, St Mary's NSW 2760

PO Box 299, St Mary's NSW 1790
Tel 02 9623 2847 fax 02 9623 1583
Email: mmiets@nareg.com.au

Christians in Solidarity with East Timor
National Office
PO Box 472 North Sydney NSW 2059
Tel/fax 02 9957 3746
Email kathoc@werple.net.au

East Timor Justice Lobby
50 Upper Clifford Avenue
Fairlight NSW 2094
Tel. 02 9948 7043 Fax 02 9948 7043
Email: etjlvv@netspace.net.au

Australian People for Health,
Education and Development Abroad
Box 3 Trades Hall, 4 Goulburn Street,

Sydney NSW 2000
Tel 02 9264 9343 fax 02 9261 1118
Email apheda@labor.net.au

Lismore Friends of East Timor
PO Box 331 Nimbin NSW 2480
Tel/fax 0266 891 658
Email randler12@scu.edu.au
Web: <http://www.unionscu.com/timor-graphics.html>

ACT

East Timor Foundation Inc.
GPO Box 2583 Canberra, ACT 2601
Tel 02 6285 2437 fax 02 6282 7160
Email: michael.wagner@canberra.edu.au

or Ballot 8 August, 1999

with organising a consultation to determine whether the East Timorese accept or reject a proposed constitutional framework for special autonomy within Indonesia. It further requests him to immediately establish a mission to conduct the consultation.



Two supplementary agreements - Annex II and III - specify, among other things, the modalities of the consultation, security

arrangements and 8 August as the date for balloting. The Secretary-General also reports that he has specified the elements that would need to be in place to begin the consultation, including control of armed civilians, arrest of those who incite violence and redeployment of the Indonesian military.

The Agreement is binding under international law on the Indonesian state, not just the Habibie Government.

Copies of full UN Agreement, Annexes and Resolution at www.etra.zip.com.au

Environment devoid of violence or other forms of... as a prerequisite for the holding of a free and... East Timor" UN Agreement 5 May 1999

on" Work?

will take place inside and out-

the voters:

eneral will put

cial autonomy

ry State of the

PT or

cial autonomy

Timor's sepa-

T

The UN logo will appear on the ballot papers. The ballot papers will include symbols to facilitate voting by illiterate persons.

Entitlement to vote

The following persons, aged 17 years or above, shall be eligible to vote in the popular consultation:

- (a) persons born in East Timor,
- (b) persons born outside East Timor but with at least one parent having been born in East Timor, and
- (c) persons whose spouses fall under either of the two categories above.

t List

Victoria

Australia-East Timor Association
PO Box 93 Fitzroy Vic 3065
Tel 03 94162960, fax: 03 9416 2746
Email: aetamel@peg.apc.org

University Students for East Timor
Box 40, 3rd Floor Union House
Uni of Melbourne Parkville Vic 3052
Tel bh 03 9344 4808 ah 03 9372 6809
fax 03 9349 4945
Email: uset@uset.org.au
Web <http://www.uset.org.au>

Tasmania

Hobart East Timor Committee
c/o 2/65 Bay Road Newtown Tas 7008
Tel. 03 6228 2727
Email: pdpjones@peg.apc.org

Coastal East Timor Group (north)
c/o 143 Brickport Road, Burnie Tas
7320, Tel 03 6431 2069

South Australia

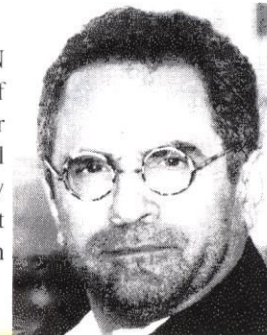
Campaign for an Independent East
Timor, Global Education Centre
Torrens House, 220 Victoria Square
Adelaide SA 5000
Tel bh 08 8205 3259 ah 08 8371 0480
fax 08 8223 6509
Email: andyalcock@bigpond.com

Western Australia

Friends of East Timor
PO Box 570 Victoria Park 6979 WA
Tel/fax 08 9361 4678 or 08 9328 1115
Email: foetwa@perth.dialix.oz.au

Jose Ramos Horta, Vice President of the CNRT and co-recipient of the 1996 Nobel Peace Prize

"The main positive aspect is that the UN will be in East Timor. It ends a situation of 23 years, during which the people of Timor have been alone, without an international presence. But obviously there are many questions ... There is no agreement about withdrawal or reduction of Indonesian troops, or their confinement to barracks."



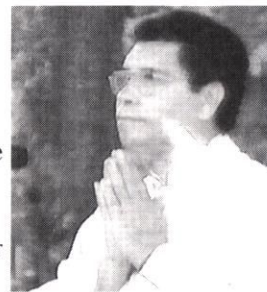
"How can a vote take place in conditions of no fear, no pressure, no terror with the Indonesian army there? The same army that is responsible for the genocide in East Timor. This is the army that is to be used by the U.N. to guarantee peace and security."

"If the vote takes place in conditions of no terror, no pressure, I can assure you that over 90% of the people will vote to reject autonomy and then we would move toward of process of transition to independence. "

"We must remain ever vigilant."

Bishop Belo, Dili, co-recipient of the 1996 Nobel Peace Prize

"You have a choice, vote according to your conscience ... "



"We will support the accord's decision concerning the future of East Timor ... We tell the people, don't give up, pray for East Timor, for the international organisations, for the Indonesian government and for the Indonesian army. That they may respect human rights here: to bring up the will to disarm the paramilitary groups."

"Since 1975, when the (Indonesian) army marched in, Indonesia never managed to win the hearts of the people. There was only violence, violence. Till this day."

Northern Territory

Australians for a Free East Timor
PO Box 2155 Darwin NT 0801
Tel/fax 08 89832113, 08 8948 20010,
0419 807 175
Email: rwesley@ozemail.com.au

East Timor International Support
Centre
PO Box 651 Nightcliff NT 0814
Tel 08 8948 4458 fax 08 8948 4498
Email: etio@ozemail.com.au
Web: <http://www.easttimor.com/>

Development Agencies in Australia

via ACFOA East Timor Working Group
Australian Council for Overseas Aid
124 Napier Street, Fitzroy Melbourne
Vic 3065

Tel 03 9417 7505 fax 03 9416 2746
Email: acfoahr@acfoa.asn.au
Web: <http://www.acfoa.asn.au>

Parliamentarians for East Timor (Australia)

Contact Senator Vicki Bourne/Laurie
Ferguson MP/Peter Andren MP
c/o GPO Box 36 Sydney NSW 2001
Tel 02 9247 3377 fax 02 9247 9681
Email: senator.bourne@aph.gov.au

"Please ... come often and see us ... August is very far away ..."

Contact your local solidarity group to join or support the volunteer network of "civilian peace monitors" for East Timor.

21 May, 1998: Suharto resigns after months of popular protest across Indonesia. His deputy BJ Habibie becomes caretaker President.

June-July 1998: Peaceful rallies in Dili, East Timor's capital, draw huge crowds of up to 50,000 calling for independence.

July 1998: Indonesian military stages a "troop withdrawal" of 400 troops at Dili Harbour in front of large international media contingent. Within weeks confirmed reports indicate huge troop and arms build-up. President Habibie announces his plan for "special status" for East Timor as a political solution.

July-Sep: Students organise "free speech dia-

"the Indonesian military ... is drowning our hopes in blood." Aniceto Guterres Lopes, Director of Yayasan Hak, Dili (Human Rights Foundation) 5 May

logues" across East Timor, attended by thousands, showing overwhelming support for independence.

Sep-Oct: Large-scale Indonesian military offensives across East Timor aimed at wiping out the FALINTIL East Timorese armed forces. Secret Indonesian military documents exposed to show that ABRI has 21,600 troops in East Timor (Indonesian Foreign Minister Alatas claims there are only 6000)

Oct 8: Suharto-appointed governor of East Timor Abilio Soares states that all public servants supporting independence should be sacked; thousands protest peacefully in Dili over a number of days, and community leaders sign a statement calling for resignation of Soares.

Nov 10-16: Reports of a massacre in Alas, 175km south of Dili. Area held under siege by Indonesian military: 42 confirmed dead, 40 injured and 200 hundred missing. Access to the area denied by military. In Dili 1000s protest.

Dec 5: Col. Suratman, ABRI Commander in East Timor,

"If the people of East Timor decide for a separation we will do everything to make it happen in peace. We will separate in peace, in honour, as friends and we will live as neighbours and we will assist them within our capabilities."

Indonesian President BJ Habibie

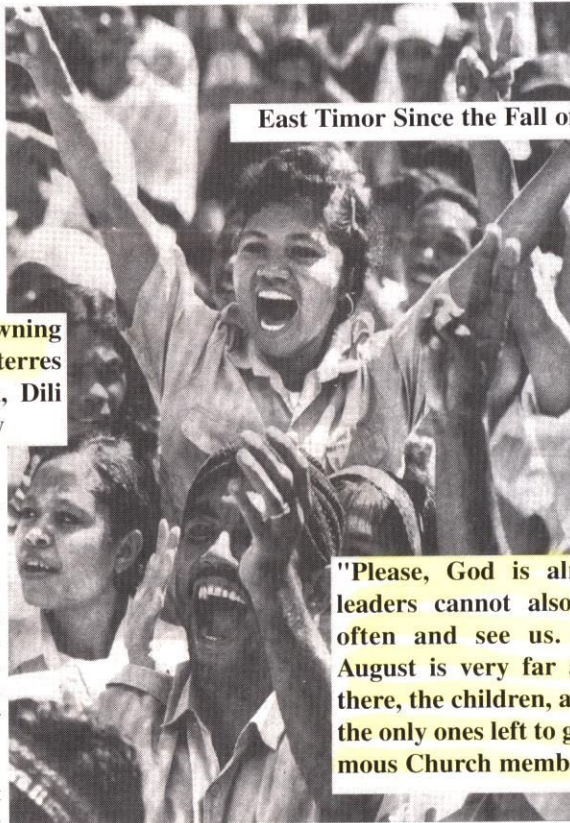
publicly states his intention to arm militias throughout East Timor, this process begins in earnest.

Jan 27: President BJ Habibie announces his new policy on East Timor: a vote on autonomy within Indonesia,

and independence by 1 January 2000 if the people reject it. Indonesian Government states it will release Xanana Gusmao as part of an overall solution.

Feb 10: Xanana Gusmao moved to house arrest. From here he conducts a virtual Presidential office, greeting envoys from world leaders on a regular basis.

Jan-March: ABRI and its proxy militias escalate campaign of intimidation, disappearances and killings across the countryside. In Suai, killings drive 5000 people to seek refuge in the church compound. ABRI oper-



East Timor Since the Fall of Suharto: the road to self determination ...

"Please, God is already asleep, your leaders cannot also fall asleep; come often and see us. We envisage that August is very far away, when we get there, the children, ants and mice will be the only ones left to go and vote." anonymous Church member, Dili 30 April

"We are at a critical historical juncture with freedom and justice within our grasp. However, after 23 years of a brutal colonial occupation, the Indonesian military remain defiant and are bent on denying the people of East Timor their hard won rights ... I am just asking that the Timorese be allowed to choose their own future without military goons pointing guns at their children; without machete-wielding hooligans terrorising a population and killing the unarmed; without their supposed protectors, the army and the police, supplying the weapons for this violence, and then joining in when no-one is watching." Jose Ramos Horta

Jan-April: A series of tripartite meetings between the UN, Portugal and Indonesia (not including East Timorese leaders) works toward the eventual 5 May Agreement.

April: A month of terror in East Timor, as ABRI and its proxy militias escalate their violent campaign unchecked. Massacres in Liquica (6 April in Church grounds and priest's house), Dili (17 April after an official govern-

ment and military attended rally by militias), Suai (19-21 April) leave at least 100 dead, with hundreds missing and thousands herded into concentration-type camps in rural areas of East Timor. Massacres are accompanied by a strategy of targeted "disappearances" and assassination, in an attempt to decapitate the independence and student movement. ABRI also escalates attacks on FALINTIL forces.

April 21: Head of the Indonesian armed forces General Wiranto makes a flying visit to Dili to oversee signing of the "Peace Accord," which commits to disarming of militias.

May: Military strategy in full swing as the month begins. As the 5 May UN Agreement is signed in New

York, Dili-based Human Rights organisation Yayasan Yak estimates 18,000 people in concentration-type camps without adequate food, shelter, sanitation and medical conditions in what is a humanitarian crisis. ABRI and the militias control roads across East Timor and prevent access to these camps by humanitarian and human rights organisations. More militia killings in Dili on 9-10 May, literally cheered on by Indonesian soldiers.

These are the conditions on the ground in East Timor as we go to print ...

Published by East Timor Relief Association (ETRA) as a partnership project with the Australian solidarity movement. ETRA is an East Timorese non government organisation working for peace, self determination, democracy and sustainable development in East Timor. Donations marked to "ETRA Humanitarian Programme" are tax deductible.

ETRA: PO Box 1102 Parramatta NSW 2124, tel 02 9891 5861 fax 02 9891 2876 email etra@pactok.net website <http://www.pactok.net.au/docs/et/> currently moving to <http://www.etra.zip.com.au>

The day-after ...

On the 9th of August the people of East Timor will be free forever from the Indonesian occupation. The status of East Timor is a Non Self-Governing Territory, we will be under the United Nations until the people and the leadership are ready to declare an independent nation-state. Once Indonesia is out of the picture, there will be a totally new conjuncture. We will build the new nation for all Timorese, regardless of gender, age, political affiliations, religion and social status. This will be the main goal for all Timorese. The involvement of the international community will be critical to achieving this goal.

Agio Pereira, Executive Director ETRA

MATERIAL
T. h
ENVIADO POR NANCY
INCLUSIVE
EVANGELHOS EM
TETUM.

Impressos



Frei João Xerri
Rua Atibaia 420
Perdizes 01235-010
SAO Paulo, SP



atencão carta Nancy
y end. dele

De: Nancy de Almeida Zeguerid
R. Pedro Raucei N.º 17 Bairro Ypui
28614 030 Nova Friburgo R. J.



Uniya

Autumn 1994

Registered by Australia Post
Publication No. VAR0775

Postage paid
in Australia

Main Office: 24 Roslyn St, PO Box 522, Kings Cross, NSW 2011. Tel: (02) 356 3888; Fax: (02) 356 3021
Canberra Office: 122 Empire Circuit, Yarralumla, ACT 2600. Tel: (06) 273 2522

An early reminder

May I offer a first reminder to renew your membership to Uniya for the year ending June 1995. Members receive this newsletter and regular Briefing Papers as part of their membership fee. These fees provide essential financial support for our work. At present the Uniya newsletter goes to many people. Could I encourage those who receive it, either to become members of Uniya or to take out an annual subscription of \$10 to offset our costs (see Membership form on page 11).

I give you notice of the Uniya Annual General Meeting to be held at St Canice's Hall, 26 Roslyn Street, Kings Cross on Friday May 20 from 6.00 to 7.30 pm. Please come along to hear of our activities over the past year.

Australian Jesuit, Fr Tony Ruhan recently joined the JRS team in East Africa. He will work in northern Uganda with refugees from the Sudan. Their situation is precarious with more refugees arriving regularly. A central component of the JRS ethos is that of "accompaniment" which puts us close to the struggle of the people we seek to serve. This was evident for some of our workers at Christmas time. JRS fieldworkers from Australia, Fr Celso Romanin SJ and Sr Margaret Culhane RSJ were ambushed at Koboka in the West Moyo district. They were driving with an African Jesuit when a lone gunman opened fire on them from close range. Celso described the incident:

"No doubt you heard of our ambush. Thank God it worked out the way it did, and we're all OK. We're so grateful to be alive, but still pretty shocked. You re-live the experience many times. Margaret felt a bullet brush past her neck, I got a burn on my chin, another on my right shoulder, a fragment of bullet in my left arm and another burn on my leg. Kessy was not touched, saved by a load of maize in the back of the car. The car is in a mess. It has a bullet lodged in the engine and is leaking all over the place. The wound in my arm is healing well, but the fragment of bullet is still there. The attack is not a pattern here, just an isolated incident, although they do happen from time to time."

As well as keeping these JRS fieldworkers in our thoughts and prayers, we also remember people closer to home. Last year Uniya's local projects worker, Frances Rush helped edit a book "People of the Cross" based on interviews with 20 people who live and work in the Kings Cross area. It was a good community development initiative. Sadly since the project began, several of the story tellers and photographers have died, including Jack Sherrit, Rex Wrennal, Huw Davies and Naome Sanguinetti.

Beginning in April, eight radio programs will be broadcast on ABC National about People of the Cross. Frances writes about a



JRS team in Cambodia

literacy project which she recently facilitated in the local area on page 12.

Frank Brennan SJ (page 5) received an Outstanding Achiever's award in the Australia Day commendations for his involvement with aboriginal people and his contribution to public discussions on Mabo.

Paul Smyth (page 2) visited cities in Queensland to meet with groups on the employment issue. Many have found the papers from the Uniya conferences on "The Employment White Paper: a new social charter? helpful. Roselyn Melville is assisting with an Uniya seminar on the Industry Commission Inquiry into charitable organisations to be held at Centrecare on 11th March, 1994 (page 8).

The firing of a starter's pistol near Prince Charles again drew public attention to the plight of Cambodian asylum seekers. Kerry Murphy recently visited Cambodia and describes the situation there on page 3. Over the past months I worked as a consultant to the Victorian Foundation for Survivors of Torture providing psychological services to the Cambodian boat people detained at Villawood (page 6).

The Asylum Seekers Centre in Surry Hills has a growing number of people seeking assistance and a good base of volunteers developing (page 4).

Last October the Human Rights and Equal Opportunities Commission released a report on the plight of the mentally ill. The main points are outlined on page 7. As 1994 is the International Year of the Family, David Cippo from the Catholic Social Welfare Commission describes some of the issues on page 9. Australian Jesuit, Fr John Sweeney has lived in Mexico for the past few years. He offers a reflection about the recent uprising in Chiapas on page 10.

We welcome Vasanthi Jayasinghe who joins the Uniya staff for six months as part of the ANCCORW Jobskills Program. Maria Lawton, a Mercy novice, will be placed part time at Uniya this year and involved with refugee policy. Adrian Lyons SJ also joins the Uniya staff this year helping with publications and communications for JRS International. □

—Peter Hosking SJ, Director.

Let the real debate begin

Paul Smyth discusses the merits and limits of the Commonwealth Government's Green Paper: Restoring Full Employment.

Given the tragedy of high unemployment the level of public debate generated by the Prime Ministerial Committee's discussion paper, *Restoring Full Employment*, has been a disappointment. We deserve more than the initial public response that scarcely went above the level of on-the-street media interviews asking passers by whether they were prepared to pay a jobs levy, yes or no?

More recently the economic good news on growth has deflated public concern about unemployment. Perhaps the jobs will appear. Perhaps there is no need for a change of economic policy. Perhaps 'she'll be right' and we can be the Lucky Country after all! What we urgently need is a new debate which gets down to the heart of the matter. Is growth going to automatically solve the unemployment problem and give us the kind of jobs we want in the kind of economy we want? These things do not happen by luck.

The government's Green Paper suggests that Australia enjoys some type of immunity from the international disease of jobless growth. Even if this were the case we should not pretend that there is some automatic connection between increased growth and higher employment. Comparative studies of OECD countries reported by Geoff Dow at our Canberra seminar show that the lowest performer in

terms of growth of real GDP (1.3%) over the period 1974-1992, Switzerland, had the best result in terms of unemployment (0.6%). On the other hand, Canada which was third best in terms of growth (2.9%) was second worst in terms of unemployment (8.7%).

This being the case it is just as important now, in a period of cyclical upswing, to ask how we can go beyond leaving successful, sustainable job outcomes to luck, chance or the vagaries of the market and put in place appropriate institutions and policies which will deliver full employment. The best contemporary opinion tells us success depends on effective management by government in cooperation with its social partners in the areas of investment and income distribution.

By and large the Green Paper makes sorry reading on these fundamentals. Its strategy for growth reads like a text from the eighties with its emphasis on wage restraint and millenarian faith in 'micro economic reforms'. What particularly debilitates the Green Paper is its negative concept of the role of government. Typically this role is to 'remove impediments' to the market.

Thus when we look for some new direction on investment policy after the entrepreneurial disasters of the eighties we find it is to be business as usual: the committee

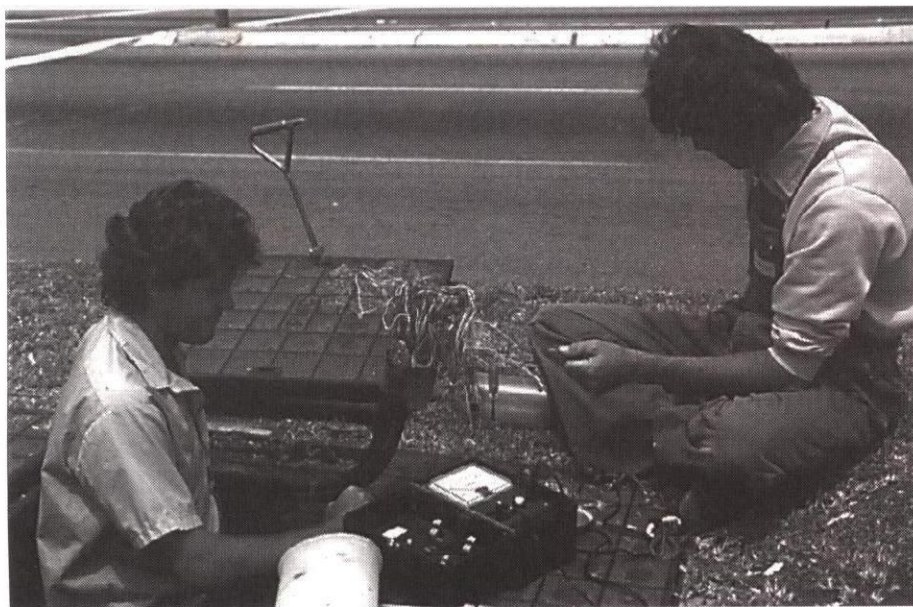
merely hopes that investment will be better allocated than it was in the 80s. In a similar ideological vein we find that the committee was 'not persuaded' about strategic plans for individual industries, because Australian companies already have the confidence 'to stand on their own two feet'. (On such a crucial issue the public surely deserved to know their reasons). Again, small and medium businesses are better left to develop without government 'plans or strategies'. Despite a capital stock growth rate which is at its lowest since the Great Depression, the committee is more at pains to discourage the idea of public investment than to tell us where the investment is needed and how it is to be achieved.

The discussion of income distribution is similarly disappointing. Will growth simply mean bigger cheques for some and no cheques at all for others? The inequality effects of high unemployment, underemployment and the more general polarisation of the work force into 'core' and 'periphery' has, as the Catholic Bishops' statement *Common Wealth for the Common Good* protested, had a sickening effect on Australian society. The committee is either silent or evasive on the relevant issues. Most notably its discussion of the international problem of widening income disparities leaves the impression that this is a 'common and deeply rooted' feature of labour markets that we should accept as inevitable. The impression is reinforced by the accompanying stern warning that 'the award system must remain strictly a safety net'.

Most commentators would not regard the Green Paper as an unmitigated failure. It has proposed some good ideas especially for making the welfare system more responsive to changing patterns in work and family life. Its task however was not to propose reforms for the welfare system but for the economy to produce full employment. Whether we are going to have a real debate on the future of work will be determined now not by what is in the Green Paper, but by what is in various other government reports now at hand on industry and regional development. Let the real debate begin! □

Paul Smyth is Uniya's research officer on social economic issues.

Young workers checking the line



Reflections on Cambodia

Kerry Murphy recently visited Cambodia. He reflects on the work of the JRS team and the precarious situation in Cambodia.

Sr Denise Coghlan RSM heads the JRS team in Cambodia. In November 1993, I visited the JRS team and saw some of the projects which are now in their fourth year of operation in Cambodia.

While in Cambodia, I stayed at the JRS office in Phnom Penh and visited the school for the handicapped and the experimental farm at Tropeng Veng, twenty kilometres from the capital. The main work is disability rehabilitation providing vocational training for the handicapped, the victims of the millions of mines that litter the countryside. There is a training centre and production workshop where wheelchair manufacture is undertaken with assistance from Motivation, a British NGO that works with the physically disabled.

Community development work is another important part of the programme. This involves an integrated rural development project which includes ponds, wells, rural health and income generation. Other programmes include training to provide housing, weaving and tailoring. Sr Ath, one of the few Khmer religious, has a team to help her with this work in 307 villages for about 65,000 people.

A major part of the work is reconciliation and reintegration. Village reintegration and a loan scheme for returnees from refugee camps is provided. There is advocacy on human rights and peace issues. Work within the local church assisting with pastoral needs is also undertaken by the JRS team.

Land mines remain a major problem in Cambodia. There are the obvious dangers with the presence of so many mines and the continual destruction they cause to the poor. Much of the land in Cambodia is unusable because of the presence of these insidious weapons. There are estimates that between four and eight million mines remain in the country. The UN has a small group of demining experts to train Cambodians in the dangerous but necessary process of demining. So far only about 30,000 mines have been cleared.

There are calls for the establishment of a War Crimes Tribunal to try people accused of crimes against humanity. There can be little doubt that many such crimes were com-

mitted, especially under Pol Pot, but the mechanism for such a Tribunal to be established is far from clear. Recently, a War Crimes Tribunal was established for crimes committed in the former Yugoslavia. A similar body could be considered for Cambodia.

Cambodia is now a Constitutional Monarchy with the return of Prince Sihanouk to the throne. There are many problems to be considered for the new government. Corruption at local levels is rife, especially with the police and those in power. There are regions which are militarised by armed groups such as the Khmer Rouge. The judiciary is new and untested and there are considerable law and order problems.

Lawlessness remains a major problem for all Cambodians. Armed robbers steal vehicles from aid agencies as well as motor bikes from Cambodians. The criminal justice system is not well established and corrupt officials can prevent a fair trial. International groups are helping to train the Cambodians in the necessary structures for the criminal justice system to work. For this, they need to have the support of many of the Cambodian people.

Outside the towns, the country areas tend to be militarised with local army commanders exercising control outside the legal system. Corruption and instability are widespread. The police exercise power arbitrarily and are open to bribes. Civil law disputes are resolved by local police who are paid by the people involved for resolving the dispute. This is apparently common with accidents on the roads

when a police officer will make an assessment of liability and compensation to be paid.

Since the May elections, there has been increased optimism. Local human rights groups are being established and there was a real popular debate on the new Constitution. The debate was televised and people gathered to listen to this process of preparing for a new Cambodia.

In May, 350 Cambodian monks, nuns and lay people walked from Siem Reap in the north to Phnom Penh, a distance of 350 km. This was a "walk for peace and reconciliation" which took 17 days. They passed through war ravaged Provinces and when they entered the Capital, their numbers grew to 10,000 as people participated in three days of celebration for peace on the eve of the UN backed elections.

There was much fear that the elections would be destroyed by attacks from the Khmer Rouge but this did not happen. A coalition government now has the task of rebuilding Cambodia and developing peace. The Khmer Rouge remain a threat to peace but as the walk for peace showed, Cambodians are willing to support the work for peace.

Cambodia now has the chance for peace and there is much hope that peace is possible. Given the horrors they have experienced in the last 20 years, hope for the future is a positive start. However, there is still much to be done before Cambodia will be a safe and peaceful country. □

Kerry Murphy is the Refugee Desk coordinator at Uniya.

Fr Mark Raper SJ and JRS team in Cambodia



Asylum Seekers centre - Update

Annette Field outlines the programs offered at the Asylum Seekers Centre and explains some recent changes in immigration policy.

In 1994 many of the programs conducted at the Asylum Seekers Centre have been expanded. Our English classes have proved to be very popular. We have been fortunate to secure postgraduate students from the Australian Catholic University TESOL Certificate Course. This has meant that many participants at the Centre have benefited from experienced teachers in addition to having an extra 16 hours' tuition. The English classes have also been more structured this year, with Certificates from our Centre being provided after each 50 hours of English instruction.

On the 24 January this year we held a legal information session about the changes in Immigration Policy resulting from the 1 November 1993 decisions. This meeting was well attended since many people are anxious about their applications.

Briefly, the main points of the Government decision are:

- to provide access to permanent residence to about 19,000 nationals of the People's Republic of China who arrived in Australia before 20 June 1989 and to members of their families who have joined them since;
- to provide access to permanent residence to all current holders of a Domestic Temporary Entry Permit (DPTEP);
- to provide a one-off onshore permanent residence category for better qualified asylum-seekers and holders of concessional temporary entry permits providing humanitarian extensions of stay for people from Sri Lanka and the former Yugoslavia.

However a number of other criteria also apply. Time limits apply to applications, as well as fees for some of the categories. Application forms for permanent residence for those affected by the decision will be available from the Department of Immigration and Ethnic Affairs offices from 1 March 1994. The application forms will also be available from our Centre. Because of the complexity of the Government's decisions, we plan to hold another information session in March. This will be to answer enquiries rather than expand on the issues outlined in this article. I will notify various refugee agencies of the date for this meeting. (Kerry Murphy outlines

these changes in Uniya Occasional Paper 60 - order form on p 11).

Our Health Care program still operates on a Tuesday morning, when two Health Care Co-ordinators are available for appointments. This year we also plan to hold monthly discussions on various health issues. Themes addressed will include nutrition, women's issues and stress management. Reading material will be available at our Centre.

Our Jobs Skills Program is presently implementing a creative writing course. This program has 10 participants. The aim of the classes is to provide input on Australian culture, working with participants in small groups to develop their confidence in literacy (reading, writing and comprehension). Subject to funding, we would like to expand this program to include monthly seminars on employment issues.

In January we conducted our first 'Activity Monday' outing. We organised two buses to Austinmer and Wollongong. This trip was enjoyed by many participants, who took advantage of the weather and engaged in swimming and picnic activities. One of the highlights of the January

trip was the music provided by a ukulele player during lunchtime in the park. These outings create a friendly atmosphere, break down social isolation, and encourage communication and exchange of stories at our Centre.

We are grateful to the many volunteers who assist at the Centre. Without them many of the programs we have initiated would not be continued. As we commence a new year we continue to provide a Centre of hospitality and support. □

Annette Field is Co-ordinator of the Asylum Seekers Centre.

Do you have a lockable filing cabinet to donate to the Asylum Seekers Centre? We also need a mobile whiteboard for English classes.

If you wish to make a tax deductible **donation** to our Centre, you may do so by forwarding a cheque to:

**The 'Australian Jesuit Mission Fund'
(Asylum Seekers Centre),
38 Nobbs Street
Surry Hills NSW 2010.**

Some of the participants on our Wollongong bus trip



The Native Title Act

Following months of discussion, the Federal Parliament recently passed legislation to implement the Mabo decision nationally. **Frank Brennan SJ** describes its progress through the Senate.

On Christmas Eve, the Governor General proclaimed the Native Title Act, which endured the longest passage ever of any legislation through the Senate. On New Year's Day, the National Native Title Tribunal came into being. Despite the moanings of the miners, Moodys later that month said the Mabo decision had no impact on the credit rating of any mining company in the country. The Senate Standing Committee on Constitutional and Legal Affairs heard that the all-ordinaries stock market index had risen 40% since the High Court's decision, and the mining index by 80%. The miners cried 'Wolf' again and said the adverse effects would not be felt until we were another three years down the track.

Those appearing before the Senate Committee had many suggestions for amendment of the legislation. By the time the legislation returned to the House of Representatives, it contained 14 pages of amendments. The basic framework of the Bill remained intact. The fundamental balance between Aboriginal interests and those of miners and pastoralists was also maintained. There were five major policy changes:

- (1) Though the legislation puts beyond doubt the validity of all titles granted to miners and pastoralists since 1975, any future dealings in land pursuant to the Native Title Act will have to be consistent with the Racial Discrimination Act.
- (2) Because of the complexity of the legislation and its novelty, the Parliament has provided for a Parliamentary Joint Committee on Native Title to monitor and review the operation of the legislation.
- (3) The Aboriginal and Torres Strait Islander Social Justice Commissioner, Mr. Michael Dodson, will provide an annual report to the Government on the operation of the legislation and its effect on the exercise and enjoyment of human rights of Aboriginal peoples and Torres Strait Islanders.
- (4) The holders of existing commercial, agricultural, pastoral and residential

leases are assured automatic renewal of their leases without the need to negotiate with persons claiming to be native title holders.

- (5) Aborigines who establish a native title claim need not have the title vested in a body corporate. They may choose to hold the title as a group of individuals, setting up a corporation just for the receipt of payments.

The Government had proposed further pro-industry amendments but they failed because the Coalition decided to oppose all amendments 'on principle'. In the absence of those amendments, fishermen may be required to negotiate with Aborigi-

The legislation allows Aborigines to claim land only if no other person has a right or interest in the land. And the Aborigines have to show that it is their traditional country and that they have continued to discharge their obligations to that country according to their local system of Aboriginal law. So no one's backyard is under threat. During the heated Senate debate a Western Australian Liberal Senator raised the fear about Aborigines saying, 'Right, I want your backyard in Perth.' Senator Bob Collins, a Government Minister, laughed. He said, 'My backyard is owned by an Aborigine already, my wife.' He rightly pointed out, 'No one else's backyard is in any danger.'

When the Senate voted to pass the legislation at midnight, the swelled public galleries and the majority of Senators rose and applauded. The Senators then turned to the people in the galleries and applauded them. It was a great moment for those Australians rejoicing, whether on the floor of the Parliament or in the galleries, whether they be Aboriginal or not. Before the Parliament rose for Christmas, Mr Keating rejoiced that the legislation would give Aborigines 'a stake in Australian life and Australian society which they have not until this time generally had.' The Mabo decision is undoubtedly right, the legislation is good, and the ground is set for greater justice and recognition with the hope of reconciliation. Mr Keating has achieved this with minimal risk to the national economy and with no risk whatever to anyone's backyard. □

Frank Brennan SJ, former Director of Uniya, is currently a visiting fellow at the Australian National University.

Uniya and Australian Catholic Relief recently produced a Briefing Paper on 'Mabo - What Does it Mean?'. It is available from ACR in packets of 50 for \$20 or packets of 10 for \$7. Phone Phil Glendenning (02 956 5799) for details.



Fr Frank Brennan SJ receiving a 1994 Outstanding Achievers Award from the Prime Minister on Australia Day, January 26th 1994.

nal native title holders for access to areas between the high and low water mark. Miners may face the prospect of tribunals reviewing decisions to grant mining interests even if there has been a material change in the circumstances between the mining company and the Aboriginal native title holders. State Government and developers were hopeful that any arrangements between Governments and developers entered into 'in good faith' before 1 January 1994 could proceed without the need for land use matters being referred to any native title holders. Mr Goss now has a few headaches with a planned casino development in Cairns.

Asylum seekers at Villawood

Over the past three years, Peter Hosking SJ has worked in various capacities with the Cambodians in detention at Villawood.

About 280 people seeking asylum from the war and oppression in Cambodia arrived in Australia between November 1989 and April 1991. Some were eventually determined to be refugees and released after years in detention. Just last month, claims about the politically motivated violence against ethnic Vietnamese in Cambodia were recognised and another group finally released.

Detention was so difficult for others that they accepted an offer by the Australian Government to return to Cambodia for 12 months so they could be sponsored back to Australia. In the end they believed this was their only hope. Approximately 70 others including many women and children continue to languish in detention centres at Port Hedland, WA and at Villawood, NSW. Many have pervasive fears about returning to Cambodia because of the Khmer Rouge, the four million mines, the lawlessness and banditry, as well as particular claims of their own. To be eligible for the SAC they must leave Australia before June 1994.

The detainees were confused last November when the Government gave over 20,000 PRC nationals permanent residence but required the Boat People to return to Cambodia for 12 months before they could be eligible for resettlement in Australia. They do not understand why they who fled by boat with little possibility of getting visas and after enduring four years in detention are treated so much more harshly than those who were able to leave China legally by plane and live in the community while they awaited a decision about their status.

They cannot understand why the vast majority of those applying for refugee status are released into the community while those who arrive without documents are mandatorily detained. They cannot comprehend why the Government went to such great lengths to prolong their detention. In May 1992 legislation was rushed through to prevent the possible release of some Cambodians by a Federal Court judge. Several High Court judges in reviewing that legislation, noted that some detainees had been held unlawfully for over two years. When compensation for illegal detention was sought, more legisla-

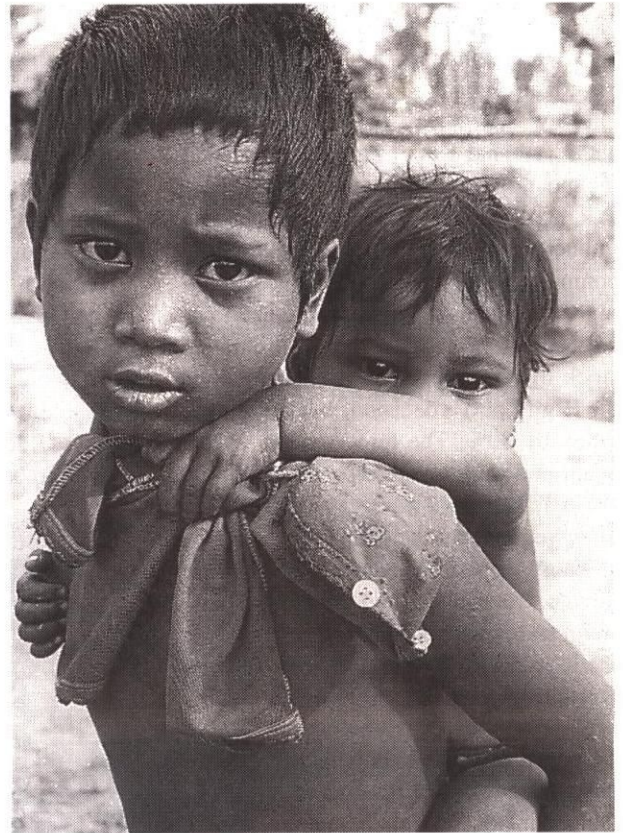
tion was rushed through, limiting it to \$1 per day.

The Boat People do not understand why they are ineligible for humanitarian entry. The previous Minister for Immigration indicated he could consider this if their applications for Refugee status were not successful. However after a drawn out process to determine claims, he decided not to do so. In June 1993 a Federal Court judge indicated to the new Minister that he indeed had the power to release a group of Cambodians on humanitarian grounds. The Minister decided not to make a decision.

Many detainees suffered traumatic experiences in Cambodia and came to Australia with high hopes but these have been repeatedly dashed. Some believe the government has not sufficiently recognised their past trauma nor treated them in a way which respects their basic human dignity. They doubt their claims were heard sympathetically. Another Federal Court judge after 38 days of evidence from those in the decision making process, decided in November 1993 that a Cambodian's apprehension of bias was reasonable and the person who rejected her case had erred in a number of aspects of law.

The detention process has compounded their problems. The double cyclone fences and barbed wire, the continual presence of Australian Protective Service personnel in uniform, and their isolation from socio-emotional support have exacerbated their mental distress. Many are severely depressed and anxious.

A significant proportion of those in detention are under 15 years of age. They receive a limited amount of schooling per week and are not allowed to leave the Centre to interact with other children. Recently some children went on a supervised picnic and their morale improved significantly because they were able to see cer-



What is the future for these Cambodian children?

tain animals and plants for the first time in years.

Many adults have problems concentrating, recurrent and intrusive memories of past trauma, sudden feelings of terror, unexplained irritability, lack of energy and disinterest in activities, sleeping difficulties, loss of appetite, frequent headaches and gastric upset. The potential for suicide has been very high for a number of Cambodians during the process of their detention. Detention has been a devastating experience and the long-term psychosocial consequences are likely to be severe.

The Cambodians are aware that in nearly 100 submissions to the Joint Standing Committee on Migration, the vast majority of informed opinion was opposed to the current detention system and offered alternatives based on legal, ethical and financial arguments. That Committee will report in early March, although public comments by its Chair do not indicate that a significant change of policy is likely. □

Peter Hosking SJ is the Director of Uniya and Coordinator of Jesuit Refugee Service in Australia.

Human Rights and Mental Illness

The National Inquiry into the Human Rights of People with Mental Illness involved four years' research, public hearings and submissions from over 1300 witnesses. Here several main themes are highlighted, together with the most significant findings.

People affected by mental illness are among the most vulnerable and disadvantaged in our community. They suffer widespread systemic discrimination and are consistently denied rights and services. The level of ignorance and discrimination still associated with mental illness is completely unacceptable.

Carers, usually family members and often female, also feel the effects of discrimination and stigmatisation. Carers spoke passionately about the struggle to obtain professional advice and appropriate treatment. They reported an almost total lack of understanding or support from government agencies, health care professionals and the community at large.

Non-Government Organisations also play a critical role. De-institutionalisation means that NGOs are attempting to provide expanded services with extremely limited resources. Low levels of funding suggest that the non-government sector is regarded as peripheral to psychiatric treatment and rehabilitation, while governments rely increasingly on its services.

Uniya

There is widespread reluctance to identify a child or young person as suffering from mental illness.

Children of those affected by mental illness are often seriously at risk. School-age children with a parent affected not only suffer serious disruption to their home and family life, but are also likely to undergo extremely stressful school and social environments, with little or no assistance.

The rights of those with mental illness to inpatient care in a safe, therapeutic environment are often abused. And investigations of grievances are frequently inadequate.

Lack of crisis teams for psychiatric emergencies places individuals and their families at serious risk. Police are often forced to intervene to take seriously ill people to hospital, 'criminalising' the process and reinforcing stigma and fear in the community.

Long-term institutional care must be

retained for the small proportion of people whose psychiatric disability is severe. There also need to be inpatient facilities for acute care, medium-term treatment and 'asylum' (in the true sense of the word). In general, the 'savings' resulting from de-institutionalisation have not been redirected to mental health services in the community.

Uniya

Aboriginal people are labelled as socially deviant and their mental health problems are exacerbated.

Access to adequate, affordable and secure accommodation is often critical if those with chronic mental illness are to live successfully in the community. De-institutionalisation will not succeed without appropriate housing policies.

Our health system frequently ignores elderly people who are mentally ill, or assigns them the lowest priority. Approximately 50 percent of elderly people have at least one symptom of depression; the suicide rate is higher among people aged over 65 than any other group.

The Inquiry addressed women's mental illness, post-natal depression, the psychological effects of violence and the absence of adequate shelter.

Approximately 15 per cent of young people experience mental health problems. There is widespread reluctance to identify a child or young person as suffering from mental illness. Many lack appropriate assessment and drift into 'at risk' lifestyles.

Childhood neglect and abuse can substantially contribute to mental health problems. There is a desperate shortage of relevant services. In the last 20 years there has been an alarming increase in the suicide rate among adolescents over 15.

Mental illness among Aborigines and Torres Strait Islanders cannot be understood in the same terms as mental illness among non-Aboriginal Australians. Dispossession, removing children from their families, and continuing social and economic disadvantage have created widespread mental health problems. Existing mental health services rarely deal with indigenous peoples' underlying grief.

Much anti-social and self destructive behaviour either goes undiagnosed or is treated as a police matter. Consequently Aboriginal people are labelled as socially deviant and their mental health problems are exacerbated. This is particularly so for youth.

Self-determination involves providing Aborigines with the training, power and resources to determine their own mental health strategies.

Approximately 3.2 million Australians, or 20 percent of the population, are migrants from non-English-speaking countries or children of migrants. Our mental health system is failing to meet their needs, especially those of refugees, women and the elderly.

More than 5 million Australians live in rural and isolated areas. Social factors associated with small communities and the rural recession are contributing to mental health problems. Community mental health care is often inadequate. The suicide rate for young men in country communities has increased by 500-600 per cent in one generation.

Among forensic patients and prisoners, mental illness frequently goes undiagnosed. Denial of treatment often leads to further offending, longer incarceration and aggravation of the illness.

The situation for women and Aboriginal and Torres Strait Islander people and young prisoners is particularly disturbing. Appropriate mental health care for women is virtually non-existent. Discharge procedures are often totally inappropriate.

The cost of mental illness in terms of human lives and suffering is enormous. Estimating the financial costs is a complex task. The current costs of neglect, in terms of violation of the most fundamental rights of many thousands of Australians affected by mental illness, are documented in the report. □

Human Rights and Mental Illness is the Report of the National Inquiry into the Human Rights of People with Mental Illness released on 20 October, 1993. The Inquiry was chaired by Brian Burdekin, Federal Human Rights Commissioner. He was assisted by Dame Margaret Guilfoyle and David Hall.

Recent uprising in Mexico

John Sweeney SJ provides some background on the recent activities in Chiapas and the role of the Church.

The uprising in Chiapas, the southernmost State of Mexico, took most of the world by surprise. The Zapata Army for National Liberation came down out of the mountains on 1 January 1994, took control of five towns, and identified the recent North American Free Trade Agreement as the latest genocidal action against indigenous people in Mexico.

Whatever North American analysts may say, the connection here is a provision of NAFTA demanding that land be a marketable commodity like any other. As a result, the Mexican Government changed the Constitution to alter the nature of land tenure, including communal land held by indigenous people. Under the ejido system [pron: e-hi-doh] such land was not alienable by individuals. Now, individuals may sell portions of that land assigned to them by the community. This represents the final permission needed by unscrupulous land barons to isolate individuals and acquire even larger tracts of land. Piece by piece they will destroy these communities.

The Mexican Government is claiming — citing one of the guerrilla leaders — that the uprising is being orchestrated by foreigners. As the three Bishops of Chiapas point out, whether this is the case or not, the pleas of the indigenous people for proper attention by the courts, and by the local and state governments, continue unheard.

In 1992, 15000 people died in Chiapas of starvation-related diseases. In the same year a priest of the San Cristobal de las Casas diocese was arrested and, among other things, accused of stealing food for some 40 families severely stressed from hunger. After many demonstrations by indigenous people, and by national and international groups, he was finally released. Some 30 other indigenous people remained in prison. Peaceful demonstrations asking for their release resulted in more arrests. None of these cases was reviewed by due process.

Finally, 150 people marched on Mexico City to draw national attention to the captives' plight and appeal directly to the Federal Government. After a month on the road and over 1000 kms travelled they were finally granted an interview with the Secretary of the Interior. Some prisoners were released and some assurances given.

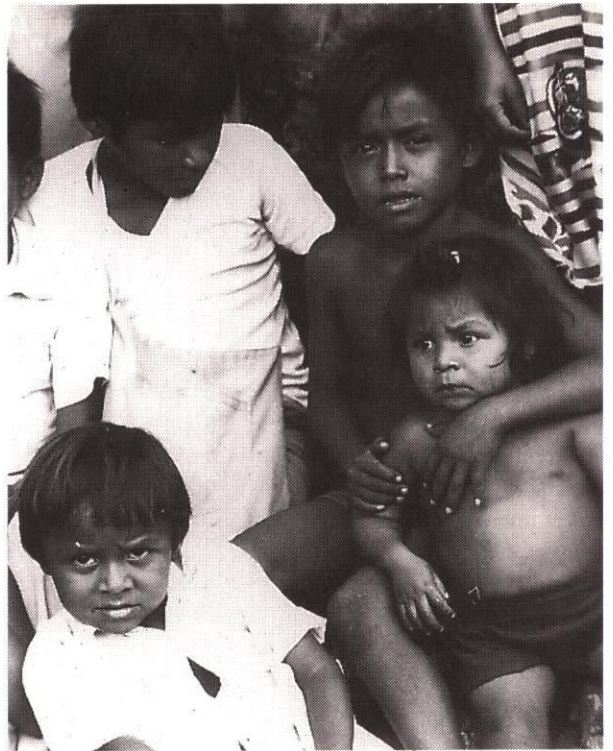
These have not been properly honoured.

Meanwhile, Don Samuel Ruiz, bishop of San Cristobal, set up a Centre for Human Rights. The Centre began documenting and denouncing cases of false arrest, torture, and the impunity extended to members of the police and military. This brought the bishop into public conflict with the then State Governor, and the army commander.

In October of 1993, Don Samuel was asked by the papal nuncio to resign, a move the national press interpreted as emanating from Mr Gonzalez — not only the powerful Secretary of the Interior but also a close friend of the nuncio. Gonzalez, as a direct consequence of the uprising, was sacked by the President and replaced by Mr Jorge Carpizo, a former human rights ombudsman.

When the uprising started on New Year's Day, Don Samuel offered to act as mediator, an offer the Government — in an elaborate show of not retaliating — immediately accepted. Bishop Samuel and the other bishops of Chiapas appealed to the guerrillas to stop the violence. There was no response from them until Sunday 9 January, at which time the guerrillas asked in writing for dialogue with the Government. They requested also the presence of Don Samuel, Rigoberta Menchu (1992 Nobel Peace Prize winner and a Mayan from Guatemala) and Julio Scherer, a journalist from Mexico City.

The Government sent more than 12000 troops to Chiapas, and has been accused of indiscriminate bombing and other human rights abuses. Police forensic scientists reported 30 guerrillas executed in Ocosingo by bullets from army-issue weapons. Almost certainly because of international and domestic pressure in this presidential election year, the Government then did a sudden about-face. The army told the President to observe a cease-fire, and a Presidential amnesty was offered to guerrillas



Children in Mexico are subjected to malnutrition

who surrendered. This offer was hurriedly ratified by Congress.

Still, reports of army abuses continued. The US Attorney General, Ramsay Clark, following a fact-finding mission to Chiapas, reported that indiscriminate bombing was continuing. Amnesty International released figures detailing verified executions, torture and 'disappearances'. Included were many indigenous Guatemalans who had fled vicious military tactics against them in their own country, and who had lived in Chiapas since 1981. The Mexican army echoed their Guatemalan counterparts, calling these people guerrillas and subjecting them to arbitrary house searches, arrests and physical abuse.

While the overall picture remains unclear, the Government has appointed a top level negotiator, Mr Camacho, who embraced Don Samuel and called him the Father of Peace. An agenda for negotiations is being discussed. Camacho has created a positive impact and now seems a likely presidential candidate, if not for the ruling party then for the opposition. □

John Sweeney SJ is an Australian Jesuit studying in Mexico

Real policies for Families

The Year of the Family focusses attention on the basic unit of society. Here Fr David Cappo provides some reflections.

Will the opportunity provided by the International Year of the Family lead to more adequate policies and supports for families? I believe so, but only if we are clear about the current status and needs of Australian families. And only if we accept that society has a social responsibility to provide support for families, enabling them to carry out their caring roles for children, other family members who require support (such as people with disabilities) and aged infirm family members.

To achieve this we must focus on the real issues and stresses that families face, particularly the social disadvantage of unemployment, especially long-term unemployment.

Some myths about families need to be dispelled. Is the two parent family in danger of breaking down as some have suggested? In fact, no. Of the 4,298,710 Australian families recorded in the 1991 Census, 85.3 per cent were couple families compared with 12.9 per cent who were sole parent families. The vast majority of Australians live in two-parent families.

However, marriage breakdown and divorce are high in Australia, with families then developing as blended, step or sole parent families. Both preventative and remedial family policies are needed to respond effectively to this reality.

Uniya

The role of the Churches as a voice for families will be very important in the International Year of the Family 94.

It is also incorrect to speak of Australian families as being isolated nuclear families. The reality is far different. The Australian Bureau of Statistics Family Survey (1993) provides evidence of high levels of support and care between generations of Australians. Family members not living in the same household visit each other and maintain regular phone contact, lend money to one another, and provide valuable care of children, as well as special caring in times of sickness and crisis.

General family policy initiatives are now required to offer increased support to the carers, and provide services for families unable to call on an extended family network.

Family and Work issues must be central to policy development in 1994. Families in the 1990s are arranging their division of labour to respond to their particular economic circumstances. The increase in female labour-force participation is a response not only to economic pressures, but also to a desire for a sense of independence and personal satisfaction among many women. Family members provide 74 per cent of all child care in Australia: grandmothers, the most frequent carers (43 per cent), provide 57 per cent. Policy must support these carers and provide child care for families still in need of it.

Social policy should surround these families with a wide range of industry policies that are family friendly and which are capable of interacting with generic family policies to support the extended family in caring for children. Social policy must also be developed to provide family sick leave and paid parental leave (through the social security system), so as to create

new opportunities for families to perform their nurturing roles in a changing world of work.

Family policy, specifically, must be about providing choice, and ensure that women who choose to stay at home to care for children are given the necessary resources. Family policy should pay special attention to sole parent families and to the poverty traps with which they live. A sole parent can be faced with the full burden of responsibilities for caring and providing family income. In 1993, 37 per cent of sole parent families had a family income of \$0-\$12,000, compared with only 2 per cent of two parent families in this income range.

Unemployment is Australia's main social and moral issue in 1994. The Government's employment policy, and particularly its forthcoming White Paper, must above all else be a families policy. Unemployment affects a vast number of Australia's families. In June 1993, 25 per cent of all families had no family member in employment (ABS 1993). Around 58 per cent of children living in sole parent families have neither parent employed, and over 400,000 families have no parent in employment.

The role of the Churches as a voice for families will be very important in IYF94. If the Churches adopt an inclusive picture of families and highlight the valuable nurturing successfully undertaken in families of all types — rather than getting embroiled in a debate about what is or is not an ideal family — then a moral impetus could be generated to underpin the provision of family policy and resources for all families. Such an approach would be a visible sign of the presence of the Churches in the community and an instrument for forging social solidarity and harmony between families and society.

Having set that scene the Churches would enjoy increased credibility in addressing issues of concern to them such as family values, permanency of relationship, marriage and divorce and the nature of family life, from their particular perspective. □

Fr David Cappo is the National Director of the Australian Catholic Social Welfare Commission

Uniya

Mission Statement

- a) to research the needs of and give practical support to the poor and marginalised;*
- b) to influence public opinion and to promote effective action for the poor and marginalised;*
- c) to seek the reform of laws and policies which harm the poor and marginalised;*
- d) to encourage Christians to participate in the government of society for the well being of all Australians;*
- e) to train people in social justice issues, Christian social teaching and structural analysis;*
- f) to provide assistance to the poor and their advocates in the Asian Pacific region.*

Inquiry into charitable organisations

Various concerns have been raised about the Industry Commission Inquiry and Charitable organisations. Roselyn Melville outlines some of the issues.

The Keating Government's decision to establish the Industry Commission Inquiry into Charitable Organisations caught the non-government welfare sector by surprise. Many of the key stakeholders in the sector expressed concern about the nature and scope of the proposed inquiry. The terms of reference were criticised for being short-sighted and inadequate to cover the activities undertaken by the wide range of non-government organisations in the community services sector. Reservations were also expressed about the appropriateness of a body such as the Industry Commission conducting an inquiry into not-for-profit organisations.

Despite these criticisms the Keating Government decided to proceed with the inquiry, and in December 1993 the Industry Commission released the revised terms of reference for the forthcoming Inquiry into Charitable Organisations.

The Inquiry is to be chaired by Bill Scales, the Chairman of the Industry Commission. Two Associate Commissioners have since been appointed. One of these is Sister Margaret McGovern AO, Director of the Mercy Family Life Centre in Sydney. The other newly-appointed commissioner is Justice Maldern. A team of 10 staff will work with the Inquiry, including David Murray, a welfare officer employed with the Mission of St James and St John in Melbourne.

Since the beginning of the new year, the Commission has called for public submissions and intends to hold consultations throughout Australia during 1994. In addition, Bill Scales as chairman, together with the head of the research team, David

Pollard, will travel overseas to find out what is happening in countries such as Canada, the United States and the United Kingdom. The Inquiry is expected to present its findings to the Federal government in 1995.

Why should the non-government welfare sector be concerned about the Inquiry?

One of the main reasons is that the Inquiry will touch on some very crucial questions about the future shape and role of non-government organisations in Australia. It is not possible to go into great detail here so I will refer only to three major issues of concern.

First, the existence of the Inquiry raises a wide range of questions about the nature and role of charitable organisations *vis-a-vis* governments, and about the role each should play in the delivery of welfare services in Australia. What is the appropriate level and mixture of state and non-government provision of services? Whose role is it to provide services?

A second theme emerging from the Inquiry concerns a growing mythology in Australia that the non-government sector delivers welfare services more efficiently and effectively than governments. There is very little empirical evidence to support this claim. Very few people have asked the hard questions to do with the costs that will undoubtedly flow on to welfare consumers in a deregulated welfare system. For example, whose role is it to monitor the system? How do we ensure that all Australians receive fair and equitable treatment?

A third theme has to do with the politi-

cal, economic and social environment of the 1990s, the actual environment in which such questions are being raised by the Industry Commission. The state has progressively retreated from welfare expenditure since the early 1980s in response to shrinking resources. Governments have increasingly embarked on policies that involve transferring many of their traditional functions to the non-government sector and to private enterprise. In addition, both state and federal governments have increasingly relied on corporate managerialist principles and practices to reform many of their own bureaucracies, including social welfare departments. The rationale underlying these reforms has then been incorporated into the bureaucracies' response to social welfare programs, regardless of whether the same managerialist principles are appropriate to the civil sector.

We must wait and see what influence the debates outlined above will have on the way the Inquiry is conducted and on the shape of its final recommendations. Whatever its final outcome, the Inquiry heralds a period in which the social and community services sector will be forced to reflect on and determine its own direction and priorities. □

Roselyn Melville is a social policy consultant assisting Uniya.

On March 11 Uniya sponsored a seminar *Third Sector Welfare: the Industry Commission and the Future of NGOs*. The seminar papers are available as Uniya Discussion Paper 5.

Briefing Papers

In 1994 Uniya and Australian Catholic Relief will produce six Briefing Papers prepared by experts and presented in accessible language. These are ideal for adult and upper secondary students seeking an overview of these topics. These are available as single copies or in packets of 10 and 50. You can order a Briefing Paper on a specific topic or take an annual subscription and receive all six Briefing Papers as they are available.

This year planned topics include:

- "Mabo: What does it mean?" (January)*
- Australia's Aid: Does it help the poor? (March)*
- Economic Justice and the World of Work" (May)*
- The New South Africa" (July)*
- The Refugee Crisis: What is Australia's response? (September)*
- East Timor: Where to from here? (November)*

Name:

Address:

..... P/code Phone ()

Please send me

Copies	Each	Yearly
	(Incl P&h)	Subscription for 6
<input type="checkbox"/> 1	\$1	\$6(\$1 ea)
<input type="checkbox"/> 10	\$7	\$40 (66c ea)
<input type="checkbox"/> 50	\$20	\$110 (37c ea)

I enclose cheque/money order for \$ _____
 Post to: 'Uniya/ACR Briefing Papers'
Australian Catholic Relief,
19 Mackenzie St, North Sydney, 2060
or phone Phil Glendenning (02) 956 5799.

Uniya membership / book orders

Uniya's work for justice, nourished by our own Australian experience, focuses on empowering ourselves and our friends to live with dignity and in peace. Uniya aims to promote justice through competent research, effective action and participation in the lives of marginalised people and the broader community.

Name:
 Address:
 Postcode:

I wish to become a member of Uniya. Members of Uniya receive the quarterly Uniya Newsletter, 6 Briefing Papers per year, and notice of Papers and events concerned with social faith and justice. Full membership—\$25 per person (to June 1995), concession—\$10; plus joining fee \$5

I would like to receive the Uniya Newsletter but do not wish to be a member of Uniya (\$10 subscriptions to June 1995).

Please send the book/paper

Cost : Membership

Book/paper

.....

I enclose a cheque (made out to 'Uniya') or

Please debit my Credit Card (MasterCard / BankCard/ Visa Card)

Plus 20% for postage

Optional donation

Card Number

TOTAL

Expiry Date..... Signature Send to **UNIYA, PO Box 522, Kings Cross NSW 2011**

Uniya bookshop

Protection or Punishment edited by Mary Crock examines the current Australian detention policy for asylum seekers from a range of informed perspectives (1993 Federation Press \$20)

People of the Cross Gina Lennox and Frances Rush edited 20 people's stories to create a portrait of those who live and work in the Kings Cross area (1993 Simon and Schuster \$25)

Reconciling our Differences Frank Brennan SJ edited six historical, legal, political and theological essays about reconciliation for white and black Australians (1992 Aurora \$13)

Sharing the Country by Frank Brennan SJ, outlines in law and social justice an understanding of Aboriginal lands claims and the process of reconciliation (1992 Penguin \$15)

Voices, Stories, Hopes edited by Adrian Lyons SJ, describes the experience of Vietnamese and Cambodian refugees and fieldworkers (1993 Collins Dove \$18)

Recognition: the way forward by the ACSJC for the International Year of Indigenous People (1993 Collins Dove \$4)

Occasional Papers

48 Implications for Australia of Mabo v Queensland; Frank Brennan SJ, June 1993 (\$2)

49 Australia's refugee intake: some ethical issues, Peter Hosking SJ, June 1993 (\$2)

50 Australia and the world refugee scene, Peter Hosking SJ, May 93 (\$2)

51 Movement of people & Australia's response, Peter Hosking SJ, Aug 1993 (\$2)

52- **The ethics of migration, asylum and refuge** Frank Brennan SJ, June 1993 (\$2)

53- **Putting Mabo in Perspective** Frank Brennan SJ, August 1993 (\$2)

54- **Australian Keynesianism revisited** Paul Smyth, June 1993 (\$2)

55- **PRC Nationals: some problems and possibilities** Kerry Murphy, Aug 1993 (\$2)

56- **Mabo and the Racial Discrimination Act** Frank Brennan SJ, Aug 1993 (\$4)

57- **The vocation of carers** Peter Hosking SJ, November 1993 (\$1)

58- **The detention of asylum seekers: some notes** Peter Hosking SJ, Sept 1993 (\$1)

59- **The Church and East Timor:** Collection of documents by Catholic Church agencies, CCJDP (\$7)

60- **Special deal for Chinese and others: the Nov announcement** Kerry Murphy, Feb 1994 (\$2)

Discussion Papers

1 **The Employment White Paper:** 8 papers, Sydney Seminar, Paul Smyth (ed), Sept 1993 (\$14)

2 **The Employment White Paper:** 8 papers, Canberra Seminar, Paul Smyth (ed), Nov 1993 (\$14)

3 **The Employment White Paper:** 8 papers, Melbourne Seminar, Paul Smyth (ed), Nov 1993 (\$14)

4 **Employment Policy and the Church:** a Six-Nation Perspective, Paul Smyth (ed) April 1994 (\$15)

5 **Third Sector Welfare:** Industry Commission and NGOs, Rose Melville (ed) March 1994 (\$12)

Publication plan for 1994

a) Uniya newsletter produced quarterly, provides information about Uniya's activities and short articles on justice topics. Distributed free to members and to others for a subscription fee of \$10.

b) Discussion Papers contain substantive research on public policy and practice. Available from Uniya.

c) Briefing Papers produced six times a year in conjunction with Australian Catholic Relief. Outline contemporary social issues in an accessible format. Distributed free to Uniya members and available to others for a subscription fee through ACR.

d) Occasional Papers are the result of talks or papers by Uniya staff. Available from Uniya.

Kings Cross Literacy program

As a community worker, Frances Rush is alert to the needs of unemployed youth. She suggests illiteracy may be as much a question of confidence as it is a problem of skills.

'How the hell do you find Joe's Place?' asked Michael. 'Simple,' replied Shelly, 'Head up, as if you were going to the train station, but instead of getting all the way to the main drag, chuck a left at the mail box and follow it round the bend till you come to the door that's painted red, and Joe's is two doors down from there.'

Shelly is typical of the young people with whom Kings Cross youth workers come into contact. Their communication depends on a familiarity with key landmarks in the area. Giving directions where success relies on being able to read street signs and store signs would be a waste of time. It would also be frustrating and demeaning to Shelly. Many of the young people youth workers come in contact with cannot read or write well, or do not have the confidence to test their skills. As a result I have been involved with a network of local youth workers in establishing the Kings Cross Literacy Program.

The Literacy Program was established after the youth workers identified this as a priority need for the area. It was seen as especially important for isolated young people whose earlier experience of formal education was less than positive. To gain the trust of the young person is vital, and for this reason it was decided that the focus of the program should be to develop the teaching skills of the local youth workers. From experience this seemed the best place to start building a young person's skills and confidence.

Key principles of the program included these:

1. That it be based in the community where the young people live.
2. That it enable the youth worker to start with a young person on a one-to-one basis, so as to upgrade the learner's skills to the point where he or she can go on to a slightly more formal setting.
3. That the youth worker be trusted by the young person, who then feels able to expose his/her need for assistance.
4. That resources be developed within the community relating to literacy for young people.

The East Sydney College of TAFE recognised and fully supported the need for such a community-based literacy program and put me in contact with their outreach worker, Sandra Hawker. Sandra and I visited the youth agencies involved: we listened to what each agency perceived as the needs to be addressed by a literacy program.

From this beginning, we developed a nine-week course to train workers from six youth organisations in the

literacy skills they would be required to teach young people. These ranged from basic reading and writing to learning how to fill in a Department of Social Security form, meanwhile building the self-esteem of a person who may have the necessary knowledge already, but whose lack of confidence limits his or her ability to even try.

The Training Program was held on Friday afternoons in the community room of the Good Shepherd House in Roslyn Street, Kings Cross. The fact that the sessions were held in close proximity to their workplaces increased the ability of youth workers to attend, and gave them an opportunity to exchange and generate ideas about how to deal with teaching and learning issues. The course gave them a Certificate of Attainment in Basic Literacy Tutoring, as well as practical skills they could implement in their varied work environments.

Students from Loreto College, Normanhurst, provided funds to purchase the resources needed to ensure the continuity of the project. These resources have all been catalogued and are currently rotating through the youth agencies involved.

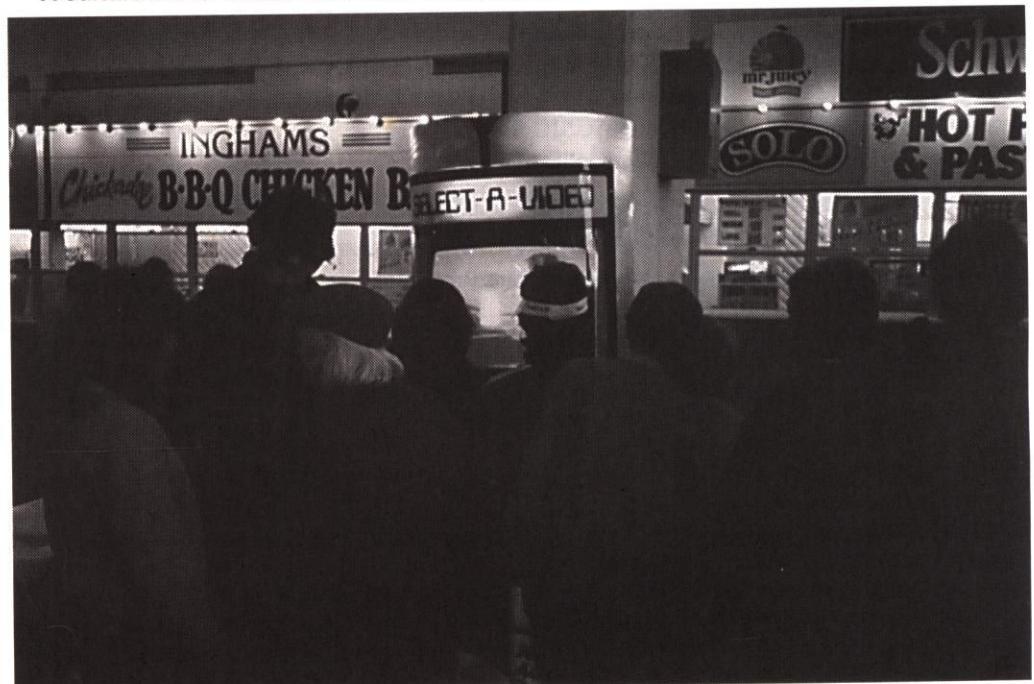
While we recognise that this program is only a beginning, it has raised the profile of literacy as an important issue. The Literacy Program is a means of empowering young people to exercise choice and take more control of their lives. □

Frances Rush is the Local Projects Worker at Uniya.

PEOPLE OF THE CROSS

Eight of the storytellers whom Gina Lennox and Frances Rush interviewed for the book *People Of the Cross* will be heard on ABC National radio throughout April and May. The first broadcast is on Friday 1 April, from 7.10 pm to 8.00 pm; repeated the following Sunday at 2.05 pm.

A culture full of words surrounds and bewilders those who have literacy problems.



Este artigo foi publicado
no órgão Informativo "IMAGEM"
das atividades da Catedral de
São João Batista
Nov. 96. a pedido
de D. Alano, digno
Bispo da Diocese
de Nova Friburgo

Diocese comemora Imaculada Conceição

No próximo dia 8 de dezembro, a Igreja Católica comemora o dia da Imaculada Conceição, quando em todas as dioceses, haverá liturgia especial sobre o tema. Em Nova Friburgo, a data é comemorada com muita festa, porque Imaculada Conceição de Nossa Senhora, é padroeira principal da Diocese. Quando foi criada em 26 de março de 1960, pela bula "Quandoquidem Verbus" do Papa João XXIII, na época desmembrada da Arquidiocese de Niterói e das dioceses de Campos e Valença, a diocese de Nova Friburgo, adotou a Imaculada Conceição para padroeira, justamente porque

é através da Virgem Maria, que estão todos os mistérios divinos.

O então bispo D. Clemente Isnard, depois de contato com o Núncio Apostólico da época D. Armando Lombardi, resolveu adotar a Imaculada Conceição como padroeira diocesana. Outras dioceses também a tem como padroeira como: Abaetetuba, Aracaju, Bragança Paulista, Campina Grande, Divinópolis, Franca, Formosa, Humaitá, Nazaré da Mata, Conceição do Araguaia, Santarém, Sete Lagoas, Sobral, Teófilo Otoni e Vacaria. Mas a Imaculada Conceição também é padroeira de várias ci-

dades como: Bacabal, Brejo, Dourados, Guajará Mirim, Humaitá, Manaus, Santarém e Vacaria.

Por isso, todo o Brasil, estará unido em orações neste dia 8, para louvar a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, implorando suas bênçãos, pela saúde dos fiéis de todas essas dioceses e cidades, pelos pastores, os governantes, entre outras intenções. A missa solene será presidida pelo bispo D. Alano Maria Pena o.p., quando todos os cânticos e orações estarão voltados para o agradecimento a Imaculada Conceição.

O povo sofrido de Timor Leste precisa de orações

A ilha de Timor está situada ao norte da Austrália. Metade dela, "TIMOR LESTE", foi colonizada pelos portugueses na mesma época que o Brasil. A outra parte pertence a Indonésia. Quando Portugal saiu do regime ditatorial, o governo português deu liberdade à todas as suas colônias de escolherem seus destinos, mas infelizmente, meu país só experimentou uma semana de liberdade em toda a sua história, pois foi invadido pelos bárbaros militares indonésios que massacraram mais de 200 mil timorenses e continuam torturando o povo até hoje. Alguns exemplos: Choques elétricos, transpassando suas vítimas com paus de pontas agudas, violentando mulheres e moças, esterilizando-as para não procriarem e desta forma, exterminando o povo e, finalmente, mandando jovens, contra suas vontades para outras ilhas da Indonésia.

Em novembro de 1991 um jovem foi assassinado na porta de uma igreja que protesta-

va contra o exército indonésio e no dia 12 do mesmo mês milhares de pessoas se dirigiam ao cemitério (de Santa Cruz) onde ele estava enterrado para assistirem uma missa em intenção de sua alma e após a mesma, quando saíram do cemitério, os militares começaram a atirar contra a população, massacrando mais de 200 pessoas. Esse acontecimento foi testemunhado por dois jornalistas americanos: Alan Naim e Ami Goodmen, que relataram ao mundo esse incidente.

Agradeço todas as pessoas que estiveram na Missa do dia 1º de setembro que foi concelebrada por D. Alano e Pe. Leão que assinaram a petição apoiando a indicação do Bispo Carlos Filipe X. Belo ao Prêmio Nobel da Paz por seu empenho em promover o diálogo para uma situação pacífica na sofrida Ilha de Timor Leste.

Agora um pequeno depoimento do Bispo: "Somos uma pequena, meia Ilha, longe de

todos... Os nossos direitos não são respeitados, não foram salvaguardados. Não temos liberdade de palavra, de ter idéias diferentes, de dizer aquilo que nos agrada ser. Estamos como numa prisão. O mundo deve saber que mesmo uma pequena Nação tem o direito de existir, tem o direito da autodeterminação."

"Estamos morrendo como Nação e como Povo."

"Devemos educar os jovens ao perdão e ao respeito do homem."

Nancy Amélia de Almeida Ezequiel
(Timorense que reside em Nova Friburgo há 8 anos)

Obs: A Igreja Católica é uma das principais fontes de informação de Timor Leste. Ela, ao longo de duas décadas de ocupação, tem denunciado as atrocidades cometidas contra a população, inclusive vários massacres, como o de Santa Cruz, ocorrido em novembro de 1991.

Tuba-rai metin

firmly gripping the earth

At the CASULA POWERHOUSE ARTS CENTRE

A multi-media installation which memorialises those who have died in the recent history of East Timor. *Tuba-rai metin* combines Timorese performance with weaving, architecture and contemporary sculpture.

Program of activities

Official opening 5:30 to 7:30 pm Tue 12 November

Following a Gandangara welcome, Father Antonio Alves will lead a Tetun prayer session on this, the fifth anniversary of the Dili massacre. A group of recent refugees will share their inaugural performance of "Young People Dying Without a Grave". All welcome. (Light Timorese refreshments will be served).

Artists' residency 10 am - 2 pm 12-23 November

Artists Veronica Pereira Maia, Antonio Maia and Albertina Viegas will be in residence explaining and demonstrating the weaving and building processes.

Seminar 9.30 am - 5 pm 17 November

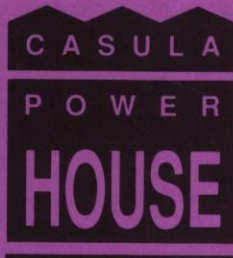
Interdisciplinary conference: Contemporary East Timorese Identity and Culture (see overleaf for details)

Cultural evening 7 - 9 pm 17 November

Performance of Timorese ceremonies and music. (Light Timorese refreshments will be served).



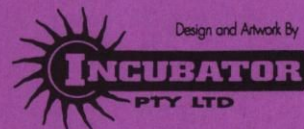
Ambassador
Cargo Management Pty. Ltd.



MUSEUM OF CONTEMPORARY ART
Sydney • Australia



browns mart
community arts



PORTUGUESE
MINISTRY OF
FOREIGN AFFAIRS

JAPANESE SUPPORTING
COMMITTEE FOR
DARWIN EAST
TIMORESE SCHOOL

Fundação Oriente

Seminar: *Contemporary East Timorese Identity and Culture*

Sunday 17 November 1996, 9.30 am - 5 pm

9.30 Registration and coffee/tea

10.15 Jose Costa Pereira, Consul General of Portugal, Sydney
Introduction

10.30 Agio Pereira, President, East Timor Relief Association
East Timor: the Historical Record

This paper will discuss the cultural and political dynamics of East Timorese communities in Australia, Portugal, Mozambique, Angola and Macau.

11.00 Julie Ewington, critic, writer, broadcaster and curator, Queensland Art Gallery
Post Colonial Theory: The Practice of De-colonisation

This paper will examine notions of post-colonialism in the context of *Tuba-rai metin* and contemporary East Timorese culture.

11.30 Coffee

12.00 Manuel Viegas, Mary MacKillop Institute of East Timorese Studies
Language maintenance

The Mary MacKillop Institute of East Timorese Studies aims to preserve and strengthen the Tetun language as a means of safeguarding the culture and identity of the East Timorese people. This paper will discuss the work of the Institute and the importance of standardising the languages of East Timor, comprising of some 30 plus dialects and sub-dialects of which at least 16 are distinct languages.

12.30 Veronica Pereira Maia and Antonio Maia, artists, *Tuba-rai metin*
(translator: Agio Pereira)
Cultural Identity and Survival

This paper will discuss the imperative to tell, through cultural expression and personal stories, the plight of East Timor.

1.00 Lunch

2.00 Lia de Almeida, member, East Timor Cultural Centre Inc.
Telling the story

This paper will discuss the strategy of educating the public about East Timor through its culture and art.

2.30 Albertina Viegas, artist, *Tuba-rai metin*
Self-definition and the location of culture

This paper will discuss issues of identity through separations from and returns to the homeland

3.00 Robyn Maxwell, lecturer, Art History, Australian National University
Textiles and the written word: Calligraphic Motifs across Southeast Asia

Across Southeast Asia, written messages - in Sanskrit, Arabic and Roman scripts - have been incorporated into certain ceremonial textiles. This paper explores the ways in which calligraphic images are used and the meanings of the textiles on which they appear. The broader geographic, historical and cultural setting will provide a basis for the discussion of Veronica Pereira Maia's *Tais Don*.

3.30 Anne Loxley, curator, *Tuba-rai metin*
A state of flux: community dynamics and contemporary art

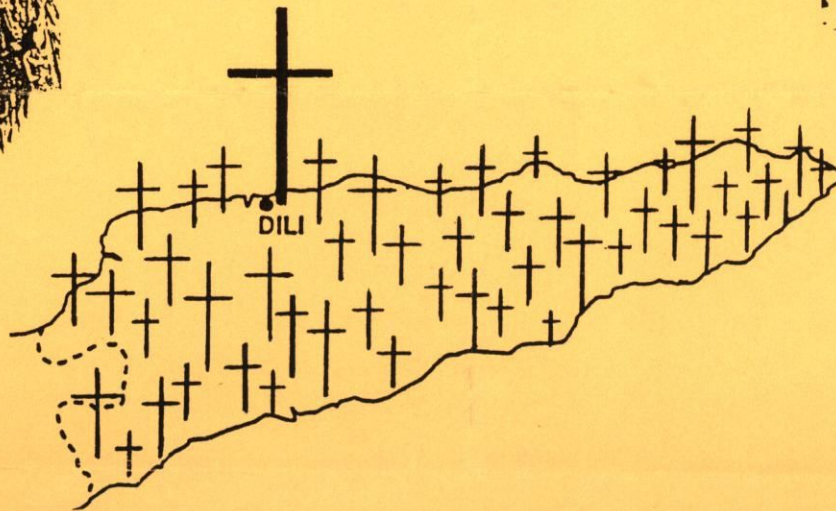
This paper will discuss the evolution of the *Tuba-rai metin* project, concentrating on the network of relationships the project necessitated; between non-Timorese arts administrators, young and senior East Timorese artists and the wider East Timorese community in Darwin and Sydney.

4.00 - 5.00 Afternoon tea

Cost: \$12, \$10 conc. (incl. lunch). Bookings are essential. Ph (02) 9824 1121. Enquiries to Sandii.

Protest

To commemorate
the 1st Anniversary of
The Dili Massacre



EAST TIMOR - A KILLING FIELD UNDER INDONESIAN RULE

We need your support:

- Join us to mourn those who died for the liberation of our country*
- Join us to protest against the invasion and occupation of East Timor by Indonesian troops*

12th and 13th November 1992 (Thursday and Friday)

10am to 6pm Vigil at Indonesian Consulate, Maroubra Rd, Maroubra Jcnctn.

14th November 1992 (Saturday)

10am, Mass at St. Mary's Cathedral

11am, March to Sydney Town Hall

Speakers: Members of the East Timorese Community (ETIC)
Father Frank Brennan (recently arrived from East Timor)
Bernard Collaery, human rights lawyer

Organised by East Timor Independence Committee(ETIC)
For information contact Ines Almeida on ☎ 8283308 (H) or 7272278 (Fax),
Carlos Costa ☎ 6010137(H), Celia Martires ☎ 610 2763

Whoever had given the order to gun down the East Timorese civilians on 12th November 1992 at the Santa Cruz cemetery in Dili, was implementing the genocidal policy of the Indonesian government towards the East Timorese people.

Eye witness accounts by East Timorese and foreign journalists say that more than 200 East Timorese civilians were gunned down during the Dili massacre. The military enquiry established by the Indonesian government found that only 50 East Timorese were killed and 90 disappeared.

The East Timorese civilians involved with the 12th November demonstration were sentenced from 6 months to life imprisonment. In contrast, the Indonesian soldiers who premeditatedly killed and tortured East Timorese on that day were given light sentences ranging from 8 to 18 months.

Twelve months after the horrendous killings at the Santa Cruz Cemetery, the whereabouts of hundreds of East Timorese youth are still unaccounted for.

The overall approach taken by Indonesia was aimed at defusing the international pressure on Jakarta and thus, securing its colonial status over East Timor.

The role of the Australian Government in the East Timorese tragedy has been most deficient, considering that the island of East Timor is one of the closest neighbours to Australia's north and that 40,000 East Timorese people died during WWII to help defend Australia.

We demand:

1. the immediate and unconditioned withdrawal of Indonesian troops from East Timor;
2. that Australian Government support negotiations currently undertaken by the United Nations Secretary General Boutros-Boutros Ghali between Portugal and Indonesia, as we believe that it is the only way to find a just and comprehensive solution for the people of East Timor;
3. the immediate release of all East Timorese political prisoners;
4. the establishment of an international enquiry into the Dili massacre;
5. access to East Timor by NGOs and humanitarian organisations; and
6. the setting up of Human Rights Monitoring organisations in the East Timor capital of Dili as well as in the other territories throughout East Timor to protect the civilians from malicious attack.

ENCONTRO DO GRUPO CLAMOR POR TIMOR COM D.PAULO EVARISTO ARNS
28 de maio 1996

Presenças: Irmã Vera Camerotti, Olga Carvalho, Marlene Fiorini, frei Cristiano Bahia, O.P., Regina Celi de A.Machado, Cláudia Ferreira, frei João Xerri, O.P.

Num ambiente muito fraterno e acolhedor, a conversa com D.Paulo durou mais de meia hora, devido a seu interesse pelo assunto. Irmã Vera coordenou a apresentação do grupo, seguindo a pauta previamente estabelecida, cópia da qual foi entregue a D.Paulo.

1. D.Paulo concordou prontamente em escrever uma carta "pública" para Xanana Gusmão, tendo pedido que o grupo preparasse uma minuta. Ele sugeriu inclusive que se fizesse o "rascunho" de um artigo sobre a situação atual de Timor Leste, que ele redigiria e enviaria para publicação.
2. Quanto às bolsas de estudo, disse que deveríamos procurar o Vice Reitor Acadêmico da PUC, Fernando José de Almeida, usando seu nome. O telefone é: 65.0125.
3. D.Paulo gostou muito da idéia de um evento para divulgar a causa do povo timorense e concordou que o convite fosse feito também em nome dele. Aprovou os nomes que sugerimos na pauta, como eventuais co-patrocinadores. Para ter a colaboração/participação da diocese, chamou o padre Fernando Althemeyer, do Vicariato da Comunicação, para participar da reunião.
A sugestão de D.Paulo seria de fazer: a) Um evento para "personalidades", através do Vicariato da Comunicação, convocado por carta individual assinada por D.Paulo. b) Um evento grande, convidando, por exemplo, o Milton Nascimento, o que asseguraria grande público. Poder-se-ia também pedir ao Milton que escreva uma música sobre Timor Leste, talvez em parceria com D.Pedro Casaldáliga. Ou colocar música numa poesia do Xanana Gusmão.
4. Foi entregue a D.Paulo a casinha timorense, feita pela Nancy e o Luiz, "ajeitada" pela Marlene. D.Paulo gostou muito mesmo, e comentou que as casas na região onde moravam os Padres da Igreja eram também desse tipo: com o andar térreo aberto e o de cima fechado. Foram feitas assim primeiramente para que as pessoas morassem no segundo andar e então se protegessem contra o frio e eventuais roubos ou ataques de animais. D.Paulo lembrou que mais tarde São João Crisóstomo criticou a deturpação do uso desse tipo de construção, porque o andar inferior passou a ser habitado pelos escravos...

Depois de tirarmos várias fotos, a reunião foi encerrada e o grupo passou para a sede da Comissão de Justiça e Paz, para comentar e dividir as tarefas.

- a) Frei João ficou de fazer esta ata junto com a Lília e também a minuta da "carta de D.Paulo".
 - b) A Olga ficou de falar com a Lília/frei João para que iniciem o processo de contato com o Milton Nascimento.
 - c) Vera e frei João devem falar com o Vice Reitor da PUC.
 - d) Na reunião do dia 7/6, o grupo deverá organizar uma proposta de evento em solidariedade a Timor Leste, para conversar com o Vicariato da Comunicação/padre Fernando Althemeyer.
 - e) Frei João deverá falar com a jornalista Cláudia Giudice da revista "Caras", para ver se pode organizar um pequeno livro sobre Timor, baseado no livro de Xanana Gusmão, no texto "20 anos de Ocupação, 20 anos de Luta" e no livro "East Timor: Genocide in Paradise".
- Falará com ela sobre a proposta de um boletim informativo. Frei João já falou sobre o boletim com o Guilherme Salgado Rocha.

AVALIAÇÃO: foi um encontro muito estimulante. D.Paulo falou com muito carinho do povo timorense, recordando todas as vezes em que tinha ouvido falar do país. Valorizou muito o trabalho da Vera em Timor Leste, incentivando-a a continuar com essa solidariedade e perguntando se "tinha sido feliz lá": foi comovente ouvir a Vera dizer que tinha vivido como que "páginas bíblicas". O fato de terem sido tiradas propostas práticas, concretas, deu realmente muito ânimo ao grupo. Sentimo-nos totalmente apoiados e abençoados por nosso pastor.

Lília Azevedo
Rua Haddock Lobo 1310, apto.42
01414-002 São Paulo SP
Tel:011-3064.5948; Fax:011-853.6830

NOVO CLAMOR PELO TIMOR

Notícias recentes do Timor Leste, Timor Loro Sa'e, Terra do Sol Nascente, descrevem - mais uma vez! - uma situação trágica, que precisa ser divulgada urgentemente.

Depois de mais de um ano de governo, a ONU sem dúvida conseguiu garantir a segurança do território de Timor Leste. No entanto, no dizer de uma de nossas correspondentes, a situação continua dramática: "A vida por aqui continua de péssima qualidade para o povo timorense. O Timor Loro Sa'e virou cabide de empregos para estrangeiros. Os que vêm para cá o fazem pelo salário gordo e pelas mordomias... Não se sabe o que é feito da ajuda que vem de fora... Fala-se que vem, mas para o povo não chega nada. Começa a existir uma insatisfação geral com a administração provisória (da ONU) que aos poucos se transforma em revolta. Uma timorense dizia numa reunião: *De que adiantou expulsarmos os indonésios? Só mudou o opressor... Continuamos escravos e desta vez pior. Pelo menos na época da Indonésia tínhamos emprego, salário, casa e comida. Já não temos mais nada. Liberdade sem comida, sem educação e sem saúde não é liberdade, é opressão.*

E nossa correspondente continua: "Há uma desesperança crescente. Reclamam, com justa razão, que depois de um ano de administração provisória foram construídas casas para os de fora, mas os timorenses não puderam reconstruir suas casas e continuam a morar em palhoças... Estão cansados dos que dizem que vêm para ajudar e sentam-se nas mesas para elaborar projetos e fazer discursos, mas a ajuda mesmo não chega. Estamos cheios de conversas, queremos trabalho."

Outra carta fala sobre "o cenário de destruição, casas queimadas, saqueadas... as confidências de dor, as histórias de terror que eles viveram. São genocídios em massa, silenciados, nunca documentados. É difícil acreditar que seres humanos foram capazes de cometer crimes tão bárbaros... Acho que tem feridas que nunca irão cicatrizar... Às vezes penso que eles nunca puderam contemplar com calma a beleza da ilha, também não saboreiam o delicioso mar. E agora até que é difícil, porque o mar serviu de "cemitério" para muita gente. Muitas vezes tenho a impressão de que aqui tudo é sagrado e contaminado de sangue!"

Ora, mesmo depois de quase 500 anos de colonização portuguesa, seguidos de 25 anos de ocupação indonésia - tão violenta que nos primeiros 3 anos um terço da população foi morta - o povo timorense não tinha perdido a esperança. Conseguiu, em maio de 99, um acordo sob o patrocínio da ONU para a realização de um referendo, para que o povo timorense decidisse se

queria ser independente, ou continuar como parte da Indonésia. O plebiscito foi realizado no dia 30 de agosto de 99, sendo que 80% da população votou pela independência.

Os líderes do Timor Leste haviam avisado exaustivamente que haveria muita violência, caso ganhasse o voto pela independência. Segundo o acordo feito com a ONU, a Indonésia seria responsável pela segurança do povo timorense. Apesar disso, não só nada foi feito, como logo depois de ter sido anunciado o resultado, militares indonésios e grupos paramilitares iniciaram uma nova onda de violência, matando muita gente e destruindo casas e edifícios públicos, fazendo com que grande parte da população tivesse que fugir para o outro lado da ilha, Timor Oeste, que é parte da Indonésia. Foi literalmente uma morte anunciada... e a ONU - isto é, nossos governos - não fez nada para impedir. Só depois de muitos protestos de líderes timorenses, entidades de apoio, Igrejas, é que a ONU resolveu intervir. Hoje quem governa o território é a ONU, chefiada pelo brasileiro Sergio de Melo. Existe um "governo mixto", no qual alguns "ministros" são timorenses, mas o poder real permanece completamente nas mãos da ONU. As consequências estão descritas nessas cartas... Será que já não basta o que esse povo sofreu até agora?!

Os timorenses são nossos irmãos e irmãs. Somos até certo ponto responsáveis pela tragédia do Timor Leste, pela nossa omissão, pela omissão de nossos governantes, da ONU. Vamos pressioná-los, para que eles consigam que a ONU preste contas do dinheiro mandado para os timorenses, exigindo que a ajuda chegue realmente para o povo: não a ajuda que nós, que a ONU, os técnicos, achamos importante, e sim aquilo que o povo timorense quer. Como nos escreveu há poucos dias outra timorense: "chega de ficar decidindo o que é bom ou ruim para os timorenses. Nós sabemos o que é ruim para nós. Esse governo não presta porque não está fazendo nada pelo Timor... Onde estão os profetas e os repórteres que denunciaram os indonésios? por que se calam agora? Precisamos de quem grite conosco e fique do nosso lado nesta luta. A guerra pela independência ainda não acabou. Agora é que começou..."

Esse grito comovente nos incita a retomar a solidariedade, a divulgar a situação, a exigir uma ação imediata em favor da vida dos timorenses.

São Paulo, 4 de dezembro 2000

Lília Azevedo e frei João Xerri, op - "Clamor por Timor" - projeto do Grupo Solidário São Domingos. Tel:0xx11-5072.5062 /Tel/fax: 3085.6830

SOLIDARIEDADE DE TIMES DE FUTEBOL COM TIMOR LESTE.

No Brasil, infelizmente as pessoas ainda não conhecem a situação do povo de Timor Leste, nosso irmão de língua, religião, e até costumes, uma vez que fomos ambos colonizados por Portugal. No entanto, por todas essas razões, os timorenses nos conhecem muito bem, e se orgulham de ser nossos irmãos mais pequeninos.

Só que o "irmão maior" - nós - não toma conhecimento do sofrimento do pequeno, coisa que muito lhes dói. Ainda mais que eles conhecem e admiram nossa música, nossas novelas e - em especial - nosso futebol.

Por esta razão, aqui estou para pedir sua ajuda para um projeto que vi implementado em Portugal e que me parece seria razoavelmente simples e eficaz.

Nas duas vezes em que estive em Lisboa, sempre devido à nossa solidariedade com Timor Leste, chamaram minha atenção para o fato de que times populares de futebol fazem gestos públicos em favor de Timor Leste. E me pediram que procurasse fazer o mesmo aqui no Brasil; deste modo, estaremos popularizando a causa timorense entre nós, inclusive fornecendo apoio popular para as iniciativas do governo brasileiro em favor de Timor Leste. Estaremos também dando alento aos valentes timorenses que, seja em seu país, seja no exílio principalmente na Austrália e Portugal, continuam a lutar por sua independência.

Clamor por Timor

Rua Haddock Lobo 1310, apto.42

01414-002 São Paulo SP Tel:011-3064.5948; Tele/fax:853.6830

MENSAGEM DE SOLIDARIEDADE DOS ARTISTAS BRASILEIROS
AO POVO DE TIMOR LESTE

Milhares de quilômetros e dois oceanos separam o Brasil de Timor Leste. A mesma língua portuguesa, a mesma fé e a mesma história de ex-colônia de Portugal unem os brasileiros aos timorenses. A distância geográfica não impede a proximidade afetiva e cultural entre esses dois povos que, entre tantas coisas em comum, compartilham da alegria e da esperança de viver.

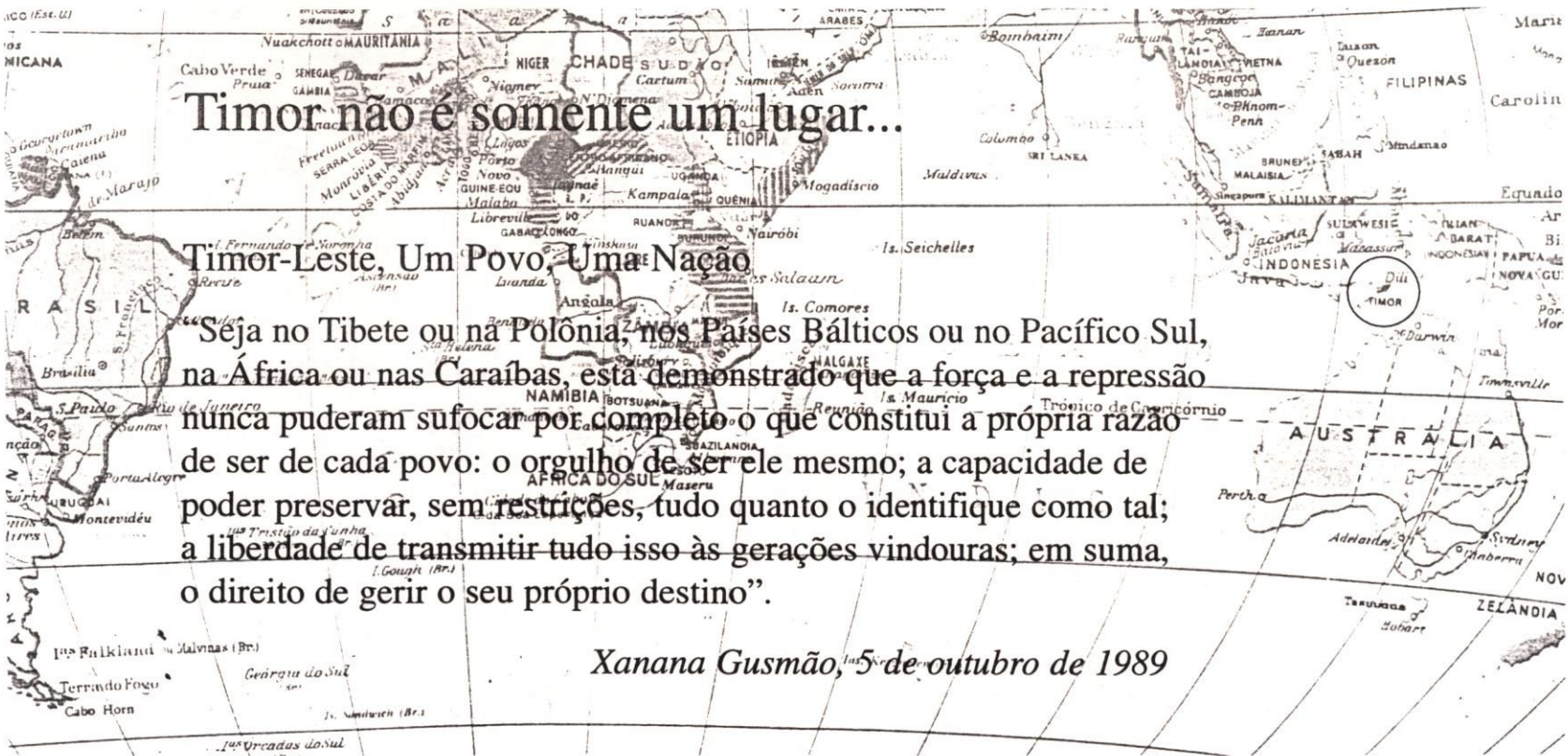
A coragem e determinação do povo de Timor Leste - que desde 1975 sofre com a sanguinária e assassina ocupação do governo militar da Indonésia - na luta pela liberdade, dignidade, paz e independência nacional são uma fonte de admiração e inspiração para todos nós.

O massacre e a morte de mais de 300.000 timorenses (cerca de 1/3 da população) pelo governo ditador é para nós motivo de revolta e de reação.

Os artistas brasileiros apelam ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que já se declarou pessoalmente favorável à *"auto-determinação do povo do Timor Leste e ao respeito aos direitos humanos naquele território"*, para que use sua influência no sentido de apoiar a luta do povo irmão pela paz e liberdade.

O direito de um povo decidir livremente o seu destino é natural e óbvio.

O Brasil e o mundo não podem continuar indiferentes ao sofrimento e à luta dos timorenses.



Timor não é somente um lugar...

Timor-Leste. Um Povo. Uma Nação

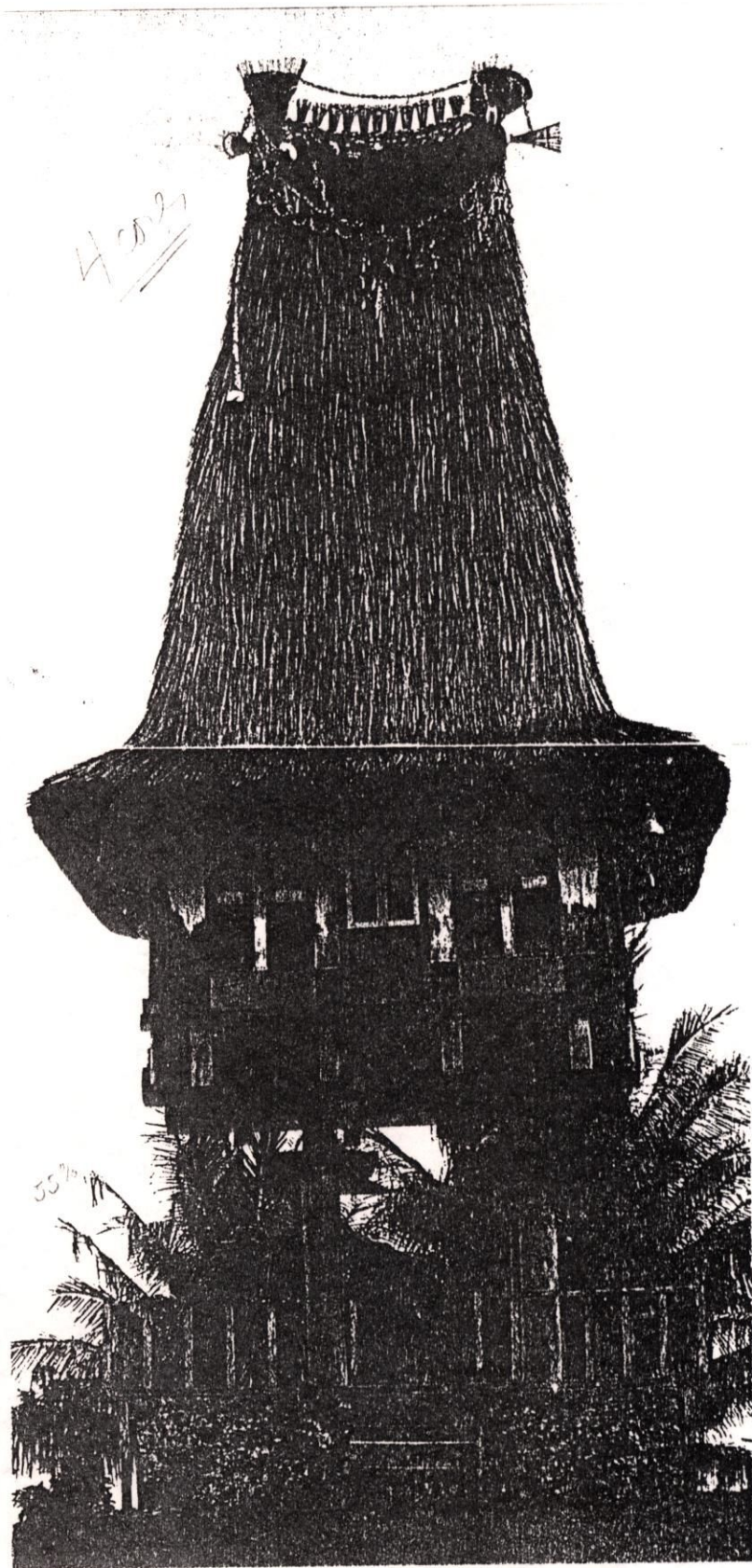
“Seja no Tibete ou na Polónia, nos Países Bálticos ou no Pacífico Sul, na África ou nas Caraíbas, está demonstrado que a força e a repressão nunca puderam sufocar por completo o que constitui a própria razão de ser de cada povo: o orgulho de ser ele mesmo; a capacidade de poder preservar, sem restrições, tudo quanto o identifique como tal; a liberdade de transmitir tudo isso às gerações vindouras; em suma, o direito de gerir o seu próprio destino”.

Xanana Gusmão, 5 de outubro de 1989

LIBERDADE p/ XANANA

LIBERDADE p/ TIMOR-LESTE

REN BRINCO



4021

53

INTERNATIONAL PLATFORM OF JURISTS FOR EAST TIMOR

Secretariat: Gruttohoek 13, 2317WK Leiden, The Netherlands
Telephone and Fax: (31)-71-221065 Email: ipjet@antenna.nl



5
Pereira PINTO LEITE
TEL. PRIV. +31-71-5217388

20

It is now ~~18~~ years since Indonesia brutally invaded East Timor. The answer of Jakarta to the UN Security Council's call for the withdrawal of its forces was the official annexation of the territory. The UN, it is true, rejected the act and went on considering East Timor as a non-self-governing territory and Portugal as its Administering Power. But, meanwhile, more than 200,000 Timorese, roughly one third of the original population, lost their lives due to the violence and famine that accompanied the occupation.

The November 91 massacre at Santa Cruz cemetery in Dili has to be seen against this background. It was not a spontaneous incident, but one - and certainly not the last - of a series of acts of genocide: dividing the number of deaths by the period of time since the Indonesian invasion, one reaches an average of 30 deaths a day - a Santa Cruz "incident" every week!

With the human suffering in East Timor in mind and stimulated by the independence of Namibia and the positive developments in Western Sahara and South Africa, a group of lawyers decided in 1991 to form an organisation which, within its specific field, could contribute to the ending of the foreign occupation of East Timor. It further aims at the creation of conditions that allow East Timor's people to exercise the right to self-determination as well as the enjoyment of other basic human rights. The International Platform of Jurists for East Timor (IPJET) was officially constituted during a conference held in Lisbon, Portugal, on November 10, 1991. The conference was attended by more than 60 jurists from 15 countries representing all continents.

IPJET has today around ³⁴⁰~~200~~ members from more than ⁶⁰~~50~~ countries, mostly professors or lecturers at law schools, attorneys, civil servants and human rights activists. Its executive organ is the International Council composed of nine members from Australia, Belgium, Czech Republic, India, Macao, Netherlands, Portugal and the United States.

In implementing its aims and objectives, IPJET has undertaken the following initiatives:

- * organised or participated in debates on East Timor in universities and other fora in different countries;
- * promoted research and publications concerning East Timor;
- * instituted an annual international prize for legal writings of students on East Timor;
- * tried to assist the East Timorese who were detained in East Timor and Indonesia, urging their immediate and unconditional release.

Other initiatives include the publication of a newsletter, bibliographical research on East Timor and the maintenance of a library on the subject.

* * *

LUSOFONIA

 Eurobrape

ANO II - Nº 7 Trimestral - Abril/Junho - 1998

ESPECIAL



LIBROA
EXPO'98

Angola - Cabo Verde - Guiné-Bissau - Moçambique - Portugal - São Tomé e Príncipe: 5000\$70 Esc.
Brasil - ESPANHA: R\$ 4,00 - outros estados: R\$ 5,00 / Europa e África: USD\$ 4,00



Timor-Leste

José Ramos-Horta, Prémio Nobel da Paz, avalia os progressos da tomada de consciência ante o flagelo vivido pelos timorenses

ENTREVISTA: SOUSA DE MACEDO

TURISMO: SALVADOR

PARLAMENTO LUSÓFONO

TELECURSO 200

José Ramos-Horta

Um sorriso por Timor

O Prémio Nobel da Paz fala de suas esperanças quanto ao futuro de Timor, da responsabilidade de determinados países e organismos internacionais no processo de autodeterminação timorense e adianta o que vai acontecer na Convenção Nacional e no Congresso da Cidadania

Ozias Filho

Desde que foi invadida pela Indonésia em 1975, que o território do autónomo de Timor Leste tem vivido sob um clima de repressão. Se durante anos a Indonésia passou impune perante a comunidade internacional, desde o massacre do Cemitério de Santa Cruz, em Dili, em Novembro de 91, este Estado tem conhecido derrotas no plano diplomático.

A prova de que o mundo vê de forma diferente o que se passa em Timor Leste veio através da atribuição do Prémio Nobel da Paz, em Outubro de 1996, a José Ramos Horta e ao Bispo Dom Ximenes Belo. O líder do movimento, em entrevista exclusiva à LUSOFONIA, acredita que a recente crise nos mercados asiáticos e, em particular, na Indonésia, vai acarretar uma abertura deste regime à democracia, o que facilitará a vida dos timorenses.

Lusofonia - Quem são os verdadeiros culpados pela ilegítima anexação de Timor Leste pela Indonésia?

Ramos-Horta - Portugal não é o único responsável pelo falhado processo de descolonização. Pelo contrário, pois o Governador Briga-

deiro Lemos Pires, mandado pelo Movimento das Forças Armadas para conduzir o processo de descolonização, foi um homem muito honesto, íntegro, inteligente e competente. Não teve muito apoio de Portugal para o exercício da sua actividade em Timor, mas também se compreende que este país vivia um período muito instável, traumático na sua história. A grande responsável é a Indonésia que procurou sempre sabotar o processo de autodeterminação em Timor Leste, como também é responsável a Austrália, que nunca apoiou os esforços de Por-

tugal no processo de autodeterminação e favoreceu sempre as teses da Indonésia de que Timor deveria incorporar-se àquele país.

Os Estados Unidos entram em que lugar nesta história?

Os Estados Unidos são, talvez, o responsável moral e material por que eram, e são, a grande potência do mundo, o país com maior influência sobre a Indonésia. Mas os EUA também estavam paralisados, traumatizados pelo wargate, pós-Vietname, e o Secretário de Estado Henry Kissinger será a última pessoa no mundo, daquilo que conhecemos da sua personalidade e filosofia, a preocupar-se com questões de moral e ética. Ele é um homem sem quaisquer princípios éticos e morais quando lida com política internacional. Os EUA não só deram luz verde à invasão, como apoiaram com armas durante 20 anos e tentaram silenciar o Congresso americano, quando este tentava ve-

"Bill Clinton é um bom Presidente. Tem sido sensível à questão de Timor Leste; podia fazer muito mais, mas não tenho ressentimentos por isto"

mentemente denunciar as violações dos direitos humanos.

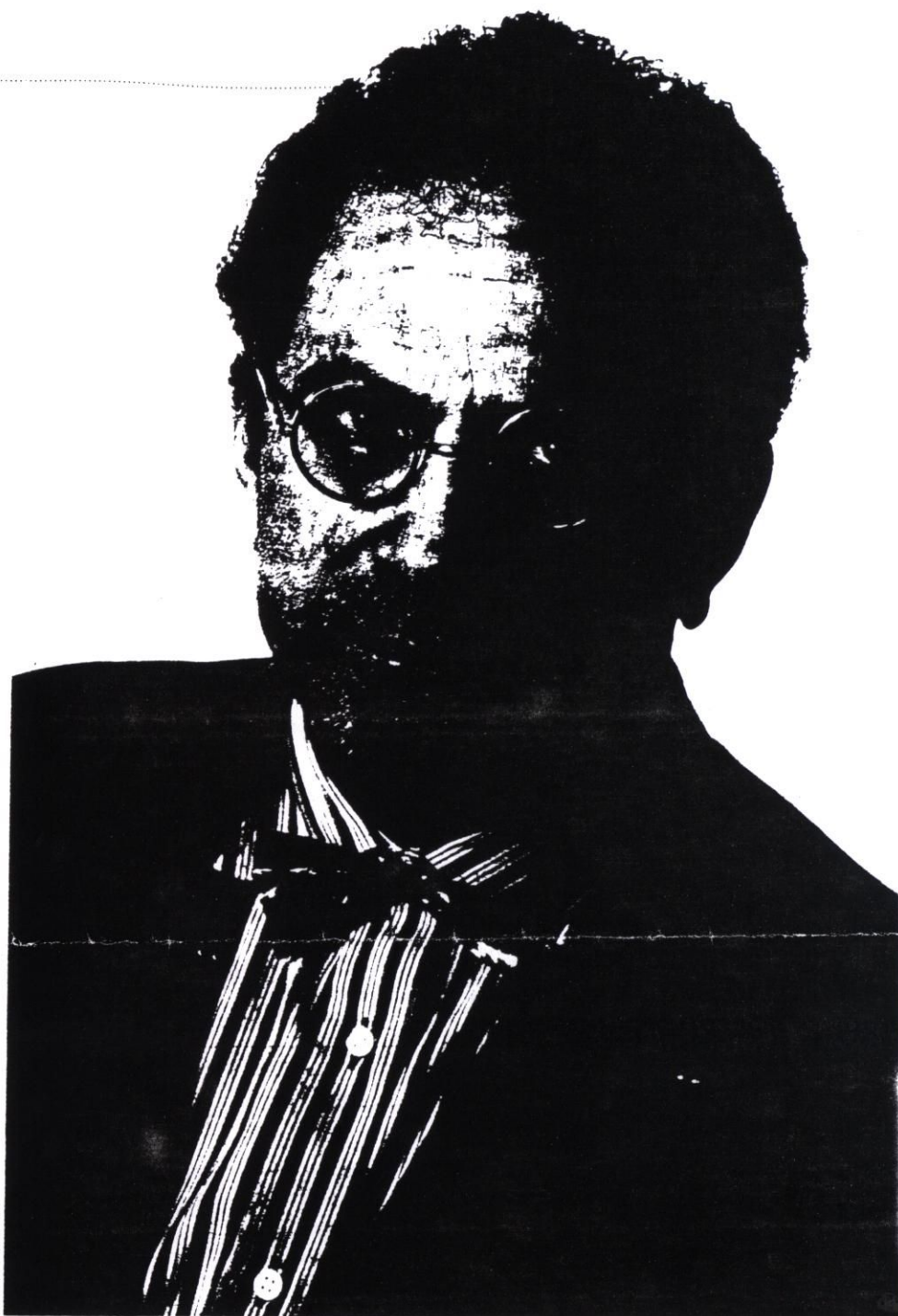
Ou seja, motivos mais que justificáveis, sob a óptica norte-americana para a invasão...

Posso dizer que podemos compreender as preocupações quer dos EUA, quer da Indonésia face a uma potencial ameaça comunista em Timor Leste: isso não quer dizer que esta ameaça existia na realidade ou que, mesmo que existisse, moralmente se pode justificar a agressão contra um país, só porque um certo grupo propõe uma política diferente daquela dos EUA ou da Indonésia. Os EUA e a Indonésia não têm um mandato do mundo para intervir e impor as suas ideologias. A invasão é condenável sob qualquer pretexto; não há argumento nenhum que possa justificar a invasão de Timor pela Indonésia ou qualquer outra invasão. Posso, no entanto, compreender em retrospectiva que nós, a classe política timorense, deveríamos ter tido mais prudência nos anos de 74 e 75 e não criar receios na Indonésia ou nos EUA.

A classe política timorense tem, então, a sua responsabilidade...

Temos que aceitar as nossas responsabilidades, mas não foi só a FRETILIN. A União Democrática Timorense (UDT) foi quem idealizou um golpe armado no dia 11 de Agosto de 75 que levou à guerra civil. A FRETILIN pode ser responsabilizada, pelos slogans e discursos marxistas e pelo seu comportamento criou uma situação de tensão; mas a UDT deve ter também a coragem de dizer que cometeu um erro ao recorrer à força.

Qual foi o percurso, então do povo timorense até 1991, quando ocorreu o massacre no Cemitério de Santa Cruz?



Marcelo Buainain

Timor Leste perdeu 200 mil pessoas logo nos primeiros três anos da invasão. Foram massacrados ou mortos de fome, males provocados pela guerra. Milhares de pessoas desapareceram, temos milhares de vítimas de tortura. Há toda uma geração que nasceu e cresceu em meio à violência. O meio ambiente timorense, as florestas, as montanhas, as suas riquezas têm sido destruídas. As poucas riquezas naturais são monopólio de empresas ligadas à família do ditador Suharto

ou do exército indonésio, como o café, o sândalo, o petróleo. Os timorenses são discriminados no emprego, no acesso à escola, há falta de medicamentos para timorenses, estudantes são perseguidos... Temos portanto toda uma geração nova traumatizada, sem possibilidades de construir dignamente o seu futuro.

A partir do massacre o que muda com relação à fase anterior?

No plano internacional há uma

maior sensibilidade em todo o mundo, que começou com as imagens do massacre de 12 Novembro de 1991. A partir daí houve inúmeras reuniões no plano internacional, na Comissão Europeia, Congresso americano, que colocaram Timor no mapa do mundo. Em 96, o Comité Nobel de Oslo atribuiu o Prémio da Paz a dois timorenses.

Como é vista a atribuição deste prémio?

O prémio não é apenas um galardão a dois timorenses mas, a todo um povo; e em segundo lugar, a toda a lusofonia.

Como é vista a luta timorense pelos outros países da Asean?

Há uma grande simpatia pela luta do povo timorense no Leste a nível da população, na própria Indonésia, assim como na Tailândia, Malásia, Coreia, Austrália, Nova Zelândia. Há milhares de pessoas que simpizam com a causa e se opõem ao regime deste país. Há também muitos militares indonésios, logo têm apontado os pontos de vista da Indonésia.

A economia timorense vive actualmente uma profunda crise. Como se pode avaliar a situação?

O período militar económico indonésio, dos tigres económicos da região, chegou ao fim. Já há muitos anos que chamávamos a atenção para a falsidade das estatísticas. Foi o Banco Mundial do próprio governo indonésio, que apontavam para a falência económica da Indonésia. Havia muita falsidade e falsidade nestes relatórios sempre bastante optimistas. Há três ou quatro anos é claro que a economia da Indonésia não andar porque sabia perfeitamente a realidade, assente em projecções de prestígio, megaló-

manos, empréstimos excessivos, investimentos atraídos pelo lucro fácil, destruição do meio ambiente para dar lugar à industrialização...

A crise pode gerar a abertura do regime?

Ela fragiliza o regime, que está agora a enfrentar o maior desafio dos últimos 30 anos. É possível que levemos mais dois ou três anos para Su-

“Nós temos tido sempre expressões de solidariedade por parte dos sete países que compõem a CPLP”

certo cair, mas o factor idade e a crise económica e financeira vão acabar por derrubar o regime e é quase inevitável a instauração de um regime mais aberto e democrático.

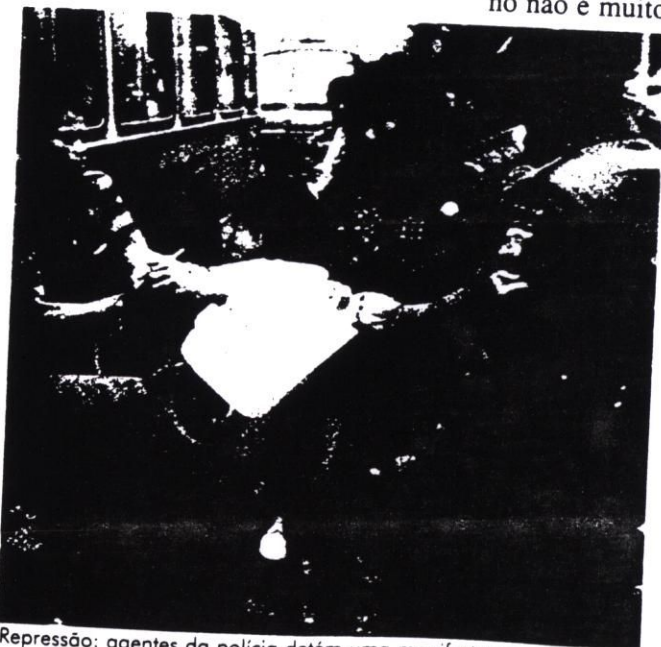
A CPLP pode contribuir no processo de autodeterminação, embora, com excepção de Portugal, alguns países mantêm relações diplomáticas com a Indonésia...

O apoio da CPLP não está em questão. Nós temos tido sempre expressões de solidariedade por parte dos sete países que a compõe. Obviamente que cada país tem a sua própria realidade interna, alguns têm relações diplomáticas com a Indonésia, outros tem relações diplomáticas mas as relações económicas/comerciais são muito diminutas. É o caso da Guiné-Bissau ou de Moçambique. Angola, Cabo Verde e São Tomé que não têm relações diplomáticas com a Indonésia, nem tão pouco relações comerciais...

E o Brasil...

O Brasil tem as duas relações, mas há um exagero no que se reporta sobre o volume das relações comerciais entre os dois países. A troca comercial entre Brasil e Indonésia é menos do 0,5 por cento do total do comércio externo brasileiro; isto para um país com mais de 100 bilhões de dólares de comércio externo não é muito, mas não quer dizer

que o Brasil não nos devia apoiar mais activamente. Se o Brasil pegasse na causa de Timor como uma causa nacional da lusofonia, com o peso que o Brasil tem, como nona economia do mundo, como uma superpotência regional, certamente que seria muito mais ouvido nos EUA, na União Europeia,



Repressão: agentes da policia detêm uma manifestante que protestava contra a guerra junto à Embaixada do Japão, em 91



crianças timorenses festejam a presença de estrangeiros. Ao lado, estudante é arrastado durante uma manifestação em Jacarta, em 1991

Divulgação

na Indonésia. Infelizmente temos que reconhecer que Timor ainda não é uma questão nacional no Brasil, por isso temos que sensibilizar mais a opinião pública brasileira.

Nas negociações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, de concreto nada foi conseguido... Qual a vantagem, então, de negociar?

Eu faço a mesma pergunta a mim próprio.

Qual é o apoio concreto que a União Europeia tem dado a causa timorense?

Para além das declarações de preocupação sobre a situação dos direitos humanos em Timor, manifestada através de discursos públicos ou resoluções na Comissão dos Direitos humanos da ONU, muito pouco tem feito, sobretudo quando temos em conta que os países da UE são os que mais fornecem armas à Indonésia, ajuda económica, investimentos. Estou bastante desapontado com a falta de iniciativas por parte da UE. Portugal tem levado um combate sério junto dos seus parceiros mas sem grandes sucessos.



Divulgação

O facto de neste ano Portugal estar no centro das atenções, Expo'98, Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado, I Conferência Mundial de Ministros da Juventude da ONU pode servir ainda mais para divulgar a causa timorense. Têm acções programadas para aproveitar estes momentos únicos?

Temos alguns planos e ideias sempre em sintonia com o país anfitrião. Nós teremos um pavilhão na Expo'98.

Nesta I Conferência Mundial de Ministros da Juventude da ONU há uma possibilidade da Indonésia participar.

Eu não tenho quaisquer problemas sobre a participação da Indonésia, sendo uma conferência internacional em que Portugal é apenas o país anfitrião e não pode determinar quem participa ou não. Portanto, se a Indonésia vier, deve ser tratada com toda a dignidade que um país merece, com toda a cortesia.

Uma segunda visita do Papa a Timor Leste seria bem vista pela resistência?

Não há povo mais católico que o timorense e, igualmente, uma segunda visita de sua Santidade seria uma grande benção para o povo de Timor. Sua Santidade já esteve em Timor, em Outubro de 89, foi aí que pela primeira vez se falou bastante de Timor Leste no mundo. Deus trouxe o Papa até Timor precisamente para iluminar o mundo para a tragédia do povo e estamos gratos, por isso tenho por ele o maior respeito.

Os encontros intra-timorenses, realizados na Áustria,

têm sido palco de discussões dos diversos segmentos da sociedade timorense, embora seja um espaço também de muitas posições discordantes...

Um ponto de acordo é que todos querem o fim da violência em Timor, querem a paz, liberdade e a dignidade do seu povo. Mesmo aqueles que trabalham na adminis-

tração indonésia, não conseguem esconder a sua alma, o seu sentimento de timorense. Com base neste consenso tentamos dar pequenos passos para que o diálogo intra-timorense se alargue, se consolide e possa contribuir para uma solução do problema de Timor Leste.

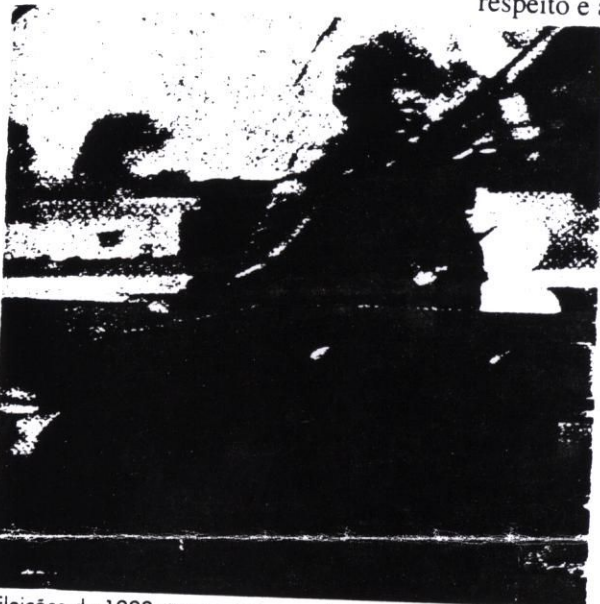
As divisões e posições diferentes que existem dentro do movimento, como as de Abílio Araújo, podem enfraquecer a luta pela autodeterminação?

Sem dúvida alguma que as divisões, sobretudo no plano internacional, enfraquecem a nossa acção, porque dão margem para que certos países usem isto como um argumento para alguma posição de excessiva prudência no apoio à autodeterminação do povo de Timor Leste. Há um pouco de imaturidade ainda na Resistência timorense no plano externo, não no plano interno. Alguns dos nossos líderes ainda não aprenderam que nesta causa é necessário muita humildade, humildade e inteligência. Mas que só por estas vias conseguiremos derrotar o adversário, que é mil vezes maior do que nós. Mas por outro lado não me preocupam as divergências que existem no plano externo, porque o que na realidade conta é a Resistência em Timor Leste; esta é sólida, responsável e corajosa.

Quais são as linhas programáticas da Convenção Nacional, que acontecerá em Abril, e do Congresso da Cidadania, marcado para Dezembro?

A Convenção que se realiza agora em fins de Abril, em Portugal, tem a participação da FRETLIN, da UDT, do CNRM - Conselho Nacional da Resistência Maubere, daí a participação de todas as organizações estudantis, culturais, cívicas e até desportivas. A Convenção vai eleger um órgão

político, democrático, representativo de toda a sociedade timorense e vai adoptar uma espécie de Carta de Direitos, como o primeiro grande passo para o Congresso que vai ter lugar em Dezembro. Este, terá a participação dos cidadãos, não em base dos partidos e associações mas cada cidadão que se regista tem



Divulgação

Eleições de 1992: tropas nas ruas de Jacarta. O governo da Nova Ordem afirma ser uma democracia quando é um regime militar e autoritário

direito de participar ou fazer-se representar no Congresso. O Congresso irá acordar e adoptar uma carta constitucional e provavelmente a constituição de um governo de transição para Timor Leste.

Um Governo sombra...

Um governo de transição terá de ser um governo à sombra, precisamente porque dada a situação em Timor Leste não podemos falar em governo de transição normal, no nosso caso terá de ser um governo sombra.

Poderia tecer alguma consideração acerca das personalidades públicas que se seguem e a sua participação na questão timorense?

Cavaco Silva - Foi sempre um

homem coerente, digno, um verdadeiro estadista que apoiou a nossa causa. Não podemos subestimar o que ele fez.

Mário Soares - Grande amigo da causa, uma das figuras mais queridas pelos timorenses, um verdadeiro estadista europeu.

Kofi Annan - Tenho muito respeito e admiração por ele. É uma pessoa íntegra e o melhor Secretário-Geral que a ONU já teve nos últimos 30, 40 anos.

José Aparecido de Oliveira - Uma pessoa encantadora, corajosa, inteligente, a quem nós, timorenses, devemos muito.

Jaime Gama - Excelente diplomata, defensor de Timor.

António Guterres - Ser humano sensível, acessível, generoso: qualidades importantes num líder político.

Jorge Sampaio - Excelente embaixador de Portugal, verdadeiro estadista. Não há muitos chefes de estado como ele.

Nelson Mandela - Um dos grandes líderes deste século, figura única na história desta última metade do século XX.

Bill Clinton - Um bom Presidente, tenho muito respeito e simpatia por ele e, em particular, a Hillary Clinton. Bill Clinton tem sido sensível à questão de Timor Leste: podia fazer muito mais, mas não tenho ressentimentos por isto, agradeço e registo o apreço pelas pequenas coisas que tem feito.

Fernando Henrique Cardoso - grande estadista brasileiro, sensível à causa de Timor e espero que ele use do peso político e económico do país no mundo para salvar um povo.

Subject: timor leste

Date: Fri, 21 Aug 1998 16:55:11 -0300

From: Claudia Giudice <giudice@uol.com.br>

To: jjcarvf@usp.br

Juca, recebi este email do discurso do Xanana. Vc pode passá-lo para a Teca?

um beijo grande

claudia

East Timor International Support Center
PO Box 651 Nightcliff
Darwin NT 0814, Australia

MESSAGE FROM COMMANDER XANANA GUSMAO,
PRESIDENT OF THE NATIONAL COUNCIL OF TIMORESE RESISTANCE,
C.N.R.T., on the occasion of the 23rd Anniversary of FALINTIL Armed
Forces of National Liberation of East Timor

20 August 1975 - 20 August 1998

NATIONAL COUNCIL OF TIMORESE RESISTANCE
FALINTIL COMMAND

'Companheiros da Luta'
Fellow Countrymen

August 20 is the National Day of our glorious Armed Forces of National Liberation of East Timor, FALINTIL. Today, as in the future, the 20th of August will prevail in our minds as the day to remember all those who fell in defence of the sacred land of East Timor.

FALINTIL owes its guiding moral strength and political capacity to Nicolau Lobato, the insightful FALINTIL Commander-In-Chief whom, during the First three years, led the Armed Resistance against the coward invasion by General Suharto's murderous armed forces.

>From Domingos Ribeiro to Kaliti, from Sebastipo Sarmento to Coru-Ato, from Rama Hana to VenGncio Ferraz we have recall the tens of thousand steadfast FALINTIL soldiers who gave their lives for the Maubere Motherland. Amongst them, Nino Konis Santana and Alex Daitula stand out. They were unbreakable in fulfilling their duty to keeping the National Resistance flame burning and alive.

Nino Konis Santana -- an example of dedication and perseverance, an example of a profound sense of duty and sacrifice clearly demonstrated during the last moments of his life whilst suffering from the bullets he carried in his body and neck.

Alex Daitula - a brave Commander, a fear amidst the enemy ranks. Devoted and totally committed to his duties. A small man with a great soul.

I ask for a minute of silence in a tribute to our heroes. Their souls now live in Matebian with our ancestors, embellished with feathers in their heads, waving the swords of war and demanding that we continue their work.

A minute of silence to share this moment together and to worship them by demonstrating our deep respect and admiration and our total commitment to the ideal of the Liberation of our Motherland and the

Maubere People.

I have been meaning to address all the companheiros in the Diaspora since the holding of the East Timorese National Convention. I do so today whilst celebrating the National Day of the glorious FALINTIL.

I wish to greet in general all our fellow countrymen abroad and, in particular, those who, in one way or the other, made it possible for the Convention to be held in Peniche [Portugal].

Ever since the FALINTIL soldiers became aware that they were giving their lives for East Timor, the Motherland of all East Timorese, they ceased their political subordination to a party and turned the struggle into a truly national Resistance.

This feature has guided the fierce resistance of our People and the political result was the setting up of CNRT.

The CNRT is proof of the commitment of all the East Timorese for National Unity as the sine qua non condition for victory -- a victory which is ever closer.

National Unity does not exclusively mean establishing political links between the East Timorese. National Unity demands that we engage into further efforts to reinforce the principles of the organisation, that we engage into further efforts to share common concerns and that we engage into further efforts to create a climate of greater understanding, greater mutual support and greater commitment towards an individual and collective improvement.

We are facing an historic challenge that demands for an in-depth study of problems and seriousness in the analysis. Let us try to avoid underestimating our capability of thinking and deciding, and eradicate excessive euphoria from our minds. Both harm our intent to give our best to serve our People.

The negotiation process will be difficult, given that the colonialist government of Jakarta maintains its stand on the illegal annexation of our Motherland. The negotiation process will also be difficult because, unfortunately, there are still East Timorese who keep their backs turned against the future and look towards autonomy as an important condition to save themselves and to save, as they think, what they now own at the cost of our People's suffering.

Those, in and outside East Timor, who passionately defend the autonomy proposal [recently espoused by the Habibie government], feel certain that the spirit of Orde Baru [New Order] will protect them. Also they feel, that by supporting autonomy, they will be protected by the murderous Indonesian troops currently occupying East Timor.

They also think that autonomy will give them a greater power of ownership in East Timor and enable them to explore it at their own free will, forgetting that Indonesia itself is facing great social problems resulting from its serious economic crisis.

Guided by a profound ego which hinders them from thinking correctly, among these East Timorese there are also those who still demonstrate the intolerable pride of a sore loser thereby proving that they are defending their own interests rather than those of the People. A stupid pride which blinds them and obstructs them from recognising that things have changed; they continue to advocate Indonesian arguments without thinking that within the process of political reforms in Indonesia the arguments used by the Suharto regime are losing consistency and value.

In essence, they argue that a referendum may lead to a new civil war. But when I tell them that the same may occur if autonomy is imposed as a final solution, they do not accept it. I know what they are thinking. They still embrace the idea that ABRI will keep their current military presence and, whenever necessary, will ask for a reinforcement to guarantee what they call peace and tranquillity in the territory. The recent terror and provocative manoeuvres prove that their autonomy theory is a life insurance which protects their property and ensures new and profitable businesses because, as defenders of integration they have had the privilege of resorting to the occupation forces to oppress our People.

The defence of the so-called autonomy is in the hands of Jakarta and, to save the persatuan dan kesatuan (national unity), ABRI will be mobilised to subdue the insurgents. Some East Timorese refuse to allocate some of their time to reflect upon the economic crisis in Indonesia and are unable to understand the complex process of reforms and the yearnings of Indonesian society.

They are the poor tools of colonialism with no character and even poorer are those who encapsulate in their individual pride and refuse to accept that they were wrong and defended that which is false and unfair.

Fellow Countrymen,

We have a lot of work ahead of us. I ask all of you to reinforce National Unity by establishing contact with all our misled brothers, clarifying to them the importance of East Timorese unity and looking towards the future of freedom which awaits us.

Their political recovery depends on us, on those who often have too much pride and feel as the guardians of truth because we have defended the People's right to self-determination and national independence. I reaffirm that it depends on us -- on all of us.

It depends on us because our political attitudes will influence a gradual perception that we are prepared to create a spirit of genuine national reconciliation. It depends on us because only an intensification of efforts to establish contacts and exchange opinions with our failed brothers can enlighten them and guarantee that the referendum will not be a threat to anyone; that we are all committed to save East Timor from further disagreement because we are determined to ensure a true longlasting peace for our People. We are committed to develop East Timor and to ensure the building of the democratic foundations in our Motherland for a brighter future for the coming generations.

Fellow Countrymen,

We face an historic challenge. A challenge within each one of us.

The present political context demands for a greater availability from within our hearts. Whenever I have to speak about this I feel belittled and embarrassed with myself. Firstly, because I anticipate reactions, as a result of the squealing that has reached me. Secondly, because it may seem pretentious of me to show up as a judge of my brothers' behaviour. And thirdly, given the coincidence that I am no sea of virtues.

Both in East Timor and within the Diaspora, certain work methods are leading to the self-isolation of organizations and groups. This has led to groups working competitively against one another rather than realising the common goal of independence.

This competitive spirit brings about problems between groups which withhold information from each other on their activities and allow the settling in of mistrust and rumours that disseminate and inflate in an uncontrolled way.

I must acknowledge that the Resistance has accommodated many forms of participation according to the different political conditions we lived throughout all these years, which have, in one way or the other, enabled such behaviour.

This spirit of independence of small groups had its advantages but also carried disadvantages given the lack of capability from inside our Motherland to control them and bring them under one umbrella. Requests made to those abroad were always uncontrollable.

The formation of CNRT [National Council of Timorese Resistance], this year, did not end in Peniche (Portugal). The CNRT must be activated and given new organizational features and a new political attitude to enable a more productive, rational and proficient outcome. Thus we can avoid wasting energy and prevent competition between groups.

And us, those who are inside, could have avoided colliding with each other, in FALINTIL and in the clandestine organization, if during our own contacts with the groups abroad we had not been led by the spirit of proving who managed to get the most or who helped the most.

This method enabled the setting up of small groups within the clandestine organization, sometimes beyond the control of those in charge, because people wanted to prove they had their own contacts with those abroad or they were more capable.

We are trying to re-organize the internal structure of the Resistance and I urge the East Timorese communities abroad to change their work methods, to set up units abroad that may keep direct contact with those in charge inside the territory. Thus we can foster a spirit of cooperation between those inside East Timor and those groups abroad.

I urge all to be aware of the present moment and to correct that which was allowed by conditions in the past. To all I urge to develop a climate of trust, of greater support and understanding.

Inside our Motherland we are initiating political education on the referendum and all its political implications, both past and to come. Inside our Motherland we are to initiate political education for a better understanding and comprehension of what a period of transition means as well as its political implications so that our People can understand and get prepared for every step of the process and be the agent, rather than the object, which determines such a process. To the companheiros abroad we ask you to think about the mistakes which have led to misunderstanding between individuals and groups. We need to make greater political compromises which will make us strong and invincible because, the struggle continues on all fronts.

We got used to thinking that the fronts of the struggle were the political and diplomatic fields and that of the Armed and Clandestine Resistance. With the progress made in the process of our struggle we have to be aware that broader fronts have been opened up: those which deal with our own behaviour and the relationship between us, between all of us. We must start to think that independence does not merely mean the possibility to return to the Motherland. We must start to assess the enormous difficulties ahead of us, from the transitional period to the referendum and the initial years of independence.

I am not stirring up an exaggerated optimism. I am requesting that we

meditate in-depth on the future. Maybe there are some who are thinking on what they might become, on what they will demand for him/herself as compensation to participate in the government [when East Timor is independent]. We should rather be thinking on the complexity of the situation which awaits us. From now on, we should rather be thinking on the real contribution to avoid worsening the situation with irrelevant problems.

These irrelevant problems will only destroy the common effort to create an atmosphere of harmony and a will to reconstruct the Motherland and the Nation. From now on the common goal can only be achieved if we educate ourselves politically.

Lastly, I urge all of you to reinforce your trust in the Leadership of the Struggle and support the members of the National Political Commission in the implementation of their tasks so that we can quickly end all the suffering of our People.

TO RESIST IS TO WIN !
THE VICTORY IS CERTAIN AND INEVITABLE !

In Prison, 12 August 1998
Kay Rala Xanana Gusmpo
Commander-in-Chief of FALINTIL

entrevista exclusiva

Xanana Gusmão

na cadeia

por Leonardo Sakamoto

7 de dezembro de 1975: tropas da Indonésia, sob a ditadura do general Suharto, invadem o Timor Leste e promovem a ocupação sangrenta da pequena ilha. Em poucos dias, morrem dezenas de milhares de pessoas. Às vésperas do início da invasão, o secretário de Estado americano Henry Kissinger havia mantido uma entrevista com Suharto, em Jacarta, capital da Indonésia. Mera coincidência? Difícilmente. O ditador era peça-chave da estratégia geopolítica dos Estados Unidos para a bacia do Pacífico, especialmente após a vergonhosa retirada das tropas americanas do Vietnã (1973). Basta lembrar que Suharto tomou o poder na Indonésia, em 1966, graças a um golpe de Estado sangrento em que depôs o general Sukarno, líder político nacionalista e um dos principais articuladores da Conferência de Bandung, que deu origem ao Movimento dos Não-Alinhados. O golpe de Suharto contra Sukarno custou a vida de pelo menos 600.000 apoiadores do Partido Comunista da Indonésia.

Protegido por Washington, Suharto impôs uma feroz ditadura também em seu país, comandando um governo absolutamente corrupto, cujos postos-chave eram exercidos por membros de sua própria família. A ocupação do Timor Leste, parte da estratégia expansionista de Suharto, só se manteve durante duas décadas graças ao terror político. Segundo as Nações Unidas, durante os 23 anos de ocupação foram assassinados 200.000 timorenses, cerca de 1/3 da população total. Era comum a prática de tortura nas prisões, a perseguição a qualquer pessoa suspeita de auxiliar a guerrilha ou mesmo de manter postura crítica em relação aos ocupantes. A mobilização do aparato repressivo tinha, como pano de fundo, a tentativa sistemática de destruir as tradições culturais locais. Nada disso conseguiu quebrar a resistência das organizações que lutam pela independência do Timor Leste, que, apesar de tudo, e contra todas as probabilidades, organizaram uma heróica guerra de guerrilha.

Xanana Gusmão, comandante das Forças Armadas para a Libertação do Timor Leste, capturado em 1992 e condenado a 20 anos de prisão, é um dos grandes símbolos dessa luta. Não por acaso, os timorenses José Ramos Horta e dom Carlos Felipe Ximenes Belo, agraciados com o Nobel da Paz de 1996, graças à luta pela independência de seu país, dedicaram o prêmio a Gusmão. O pesadelo começou a acabar no início de 1998, quando a queda do ditador Suharto criou um vazio de poder político na Indonésia, que, combinado à crise financeira e às pressões internacionais, tornou impossível a Jacarta manter o Timor Leste sob ocupação. Hoje, o país vive uma situação de transição, ampliando cada vez mais sua autonomia e grau de liberdade em relação ao antigo ocupante. Nesse quadro, Gusmão deverá exercer um papel importante. Não é à toa que muitos o comparam a Nelson Mandela, o articulador do fim do *apartheid* na África do Sul.

Gusmão foi entrevistado, com exclusividade, na penitenciária de Cipinang (Jacarta) por Leonardo Sakamoto, o primeiro jornalista brasileiro a ter acesso ao líder guerrilheiro. A entrevista, aliás, só foi obtida graças a um lance cinematográfico. É o próprio Sakamoto quem conta: "Passei mais de um mês no Timor Leste, para fazer uma reportagem sobre o povo, a guerra civil e os mais recentes acontecimentos na região. Fui o primeiro estrangeiro que fala português a entrar no acampamento das Falintil, a guerrilha timorense. Como sou mestiço, meio oriental, pareço-me fisicamente com um indonésio. Aproveitando dessa circunstância, aprendi o básico da língua deles e consegui um cartão de identidade falso, garantindo, assim, passe livre na penitenciária de Jacarta para entrevistar Gusmão".

O líder guerrilheiro do Timor Leste, preso em Jacarta, diz por que confia numa solução próxima para seu país.

A guerrilha é considerada em todo o mundo o símbolo da resistência timorense. Como tem sido a luta armada contra o exército indonésio, mais equipado e com mais contingentes?

Tínhamos quase 30.000 homens armados nos três primeiros anos da guerra. Estávamos todos concentrados no meio do mato. Apenas uns 5% da população estava nas vilas. E as coisas não eram tão fáceis para a Indonésia. Depois disso, não suportamos as grandes operações desenvolvidas em 77, 78 e 79 e mandamos os timorenses se renderem. O exército indonésio tinha começado a usar a população como escudo humano: avançavam com os timorenses à frente. Não íamos atirar no nosso povo. Muitos guerrilheiros renderam-se também. Ficamos cerca de 2.000 no mato e fomos agüentando apenas com poucas centenas. A guerra, nos três primeiros anos, era guerra de posição em que a gente se encontrava cara a cara, frente a frente com o inimigo. Depois passamos à guerra de guerrilha e isto mudou tudo. Entocávamos, combatíamos quando quiséssemos, de forma a ter muito mais mobilidade. Não eram dois mil homens de uma vez só que atacavam, mas em pequenos grupos que combatiam e se retiravam, combatiam e se retiravam. Os próprios soldados indonésios diziam que, quanto menor fosse o nosso número, mais difícil seria nos combater.

A região do Sudeste Asiático, considerada um milagre do desenvolvimento econômico, mergulhou em uma profunda crise no ano passado. Isto abalou a estrutura política de vários países - inclusive da própria Indonésia. A partir desse quadro, como o senhor definiria a atual situação do Timor Leste?

Levando em conta que, desde o início da luta há 23 anos, nós estávamos enfrentando um dos regimes políticos mais duros do mundo, não podemos deixar de dizer que, hoje, estamos muito mais confiantes de que o problema do Timor Leste vai se resolver. Sempre acreditamos que havia de chegar um tempo em que as mudanças se processariam. Eu devo dizer que toda esta conjuntura política, com o processo de reformas na Indonésia, é favorável a nós.

E o que pode acontecer a curto prazo?

Você deve saber que a ONU está organizando um encontro entre as três partes envolvidas diretamente na questão [Indonésia, Portugal e Timor Leste]. Uma vez acertado, há uma perspectiva





para se discutir um estatuto especial para Timor – colocando no papel compromissos e as ações a serem tomadas nos próximos anos. Além disso, não separamos estas negociações dos fatos que podem vir a se desenvolver na Indonésia. Temos esperanças que, depois das eleições gerais, ocorra uma mudança total.

Qual seria o candidato à presidência da Indonésia mais favorável ao Timor Leste?

Megawati [filha do ex-presidente Sukarno] ou Amien Rais [líder da segunda maior organização muçulmana]. Ou seja, oposição.

No Timor, o senhor é considerado a pessoa mais indicada a dialogar com a Indonésia e Portugal. Existe uma grande pressão internacional para a sua libertação. Isso pode acontecer nos próximos meses?

Não posso dizer isso ainda. Mas espero que depois das eleições eu seja solto.

O governo indonésio alega que a independência do Timor levaria a uma nova guerra civil lá, como a que antecedeu à invasão em 1975.

Isso é apenas um argumento para assustar a comunidade internacional. Só quem não está a par da situação política é que pode pensar que vai acontecer uma coisa assim. Primeiro, a guerra civil foi entre dois partidos nacionalistas, que queriam um país independente [antes da invasão indonésia, dois partidos políticos lutaram entre si no Timor: AUDT, que defendia uma independência de Portugal lenta e gradual, e a Fretilin que a queria imediatamente. Morreram nessas lutas aproximadamente 1,5 mil pessoas]. Segundo, os que prevêem uma nova guerra civil são precisamente os que defendem a autonomia. Querem que os grupos paramilitares continuem fazendo das suas como têm feito até agora: amedrontar nosso povo, perseguir, prender.

O senhor recebeu há pouco tempo a visita de Ivan Cannabrava, secretário para assuntos políticos do Ministério das Relações Ex-

teriores do Brasil. Estive com ele no Timor e afirmou que o senhor concorda com a tese de que uma independência agora seria impossível e que o primeiro passo a ser dado seria a autonomia.

Bem, eu não disse isso... Aprecio muito o trabalho e a atenção dele em ter vindo e sobretudo a preocupação do presidente brasileiro. Pois conforme o senhor Cannabrava me disse, Fernando Henrique o havia designado especialmente para ver nosso caso. Isto é uma atenção que apreciamos muito. Mas na verdade o que eu disse a ele foi que defendemos um referendo, uma consulta popular para o povo do Timor decidir o seu futuro entre a integração com a Indonésia, a autonomia e a independência. Mas não para amanhã. Porque, indubitavelmente, todos têm consciência que existem duas forças no Timor: a pró-integração – embora saibamos que seja uma minoria desgraçada – e a pró-independência. Disse a ele também que consideramos necessário um “período de transição”, para curarmos as feridas, para que nos preparemos para o referendo e sobretudo para depois do referendo. Os timorenses se compreendem, aceitam opiniões alheias. Mas precisamos de um tempo para garantir aos que querem a integração que, depois do referendo – pois temos a certeza absoluta de que o povo quer a independência –, nada lhes acontecerá.

Isso equivale à autonomia oferecida pelo governo indonésio?

Eu não me importo com nomes. O importante é o conteúdo e os objetivos deste período que será, essencialmente, para criarmos as infra-estruturas. E, não menos importante, para uma educação política de nosso povo. Para perdoarmos uns aos outros, para aceitarmos o que o outro pensa, para que alguns saibam que, mesmo perdendo no referendo, nada lhes acontecerá. Retirar todos os sentimentos de ódio e vingança para podermos criar ali uma harmonia e tolerância entre os timorenses.

Como o senhor vê a participação do Brasil no caso do Timor Leste?

Nós não exigimos muito do seu governo porque compreendemos as relações comerciais do Brasil com o governo indonésio. Sempre ouvimos dizer que o Brasil tem uma posição muito favorável ao Timor Leste na ONU. Nunca disse que nós estaríamos melhor se estivéssemos integrados. Defendeu este princípio e isto já nos bastava. Nós percebemos que o papel que o seu governo pode desempenhar é o de influenciar positivamente – portanto, não afetando as relações comerciais e ao mesmo tempo não negando nosso direito à autodeterminação e à independência. No contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), pelo menos fomos admitidos como observadores. Como o Brasil faz parte desta organização, haverá também um importante papel político e diplomático que inevitavelmente poderá desempenhar. Eu fico satisfeíssimo – pois estamos sempre a olhar para o futuro – com a disposição do governo brasileiro de depois nos dar apoio.

Que tipo de apoio?

Apoio tecnológico, ajuda técnica, na agricultura, infra-estrutura.

E isso é tudo o que vocês esperam?

Bem, não. Esperamos mais. Pois eu creio que o Brasil não perderia muito na medida em que já estamos numa fase política nova na Indonésia. Se fosse na época de Suharto... mas acho que, agora, a embaixada brasileira já acompanha bem a situação política e o processo de reformas aqui. Então, creio que é necessário ser um boca-do mais “ativo”.

Vocês têm exigências para sentar na mesa de negociações?

Minha exigência é reconhecerem o nosso direito à autodeterminação. Podemos até, como expliquei ao senhor Cannabrava, participar deste processo de negociações em que a Indonésia diz “autonomia como solução final”. Porém, dentro do pensamento de que é o tal período de transição que necessitamos. Ou seja, “autonomia como solução transitória”.

E isto equivale a quanto tempo mais ou menos?

O mais rápido possível. Nós sabemos que podemos. Afinal de contas, todo este tempo nos ensinou muito. Se dependesse unicamente de nós, queríamos que saíssem já dali. Mas vamos dar opor-

tunidade aos que defenderam 23 anos de integração - que foram em vão - para se defenderem.

A retirada das forças militares indonésias é um pré-requisito para as negociações de paz?

Isto dependerá. A nossa vontade é de uma saída imediata, como as resoluções da ONU sempre apontaram. Contudo, eu também ofereci uma opção à Indonésia: se o governo de Habibie reconhecer o nosso direito à autodeterminação podemos tomar certos "compromissos políticos". Podemos ajudá-los a salvar a face, sair dali aiosamente. Vamos reconhecer que a guerra foi um erro, um erro sórdido. Enterraremos todas as violações de direitos humanos, considerando que tenham sido conseqüências da guerra. Não vamos envergonhar mais a ABRI [as Forças Armadas da Indonésia]. Elas sairiam dali com a cabeça levantada, lhes dariamos um caráter novo: o caráter de ajudar na solução. Nós poderíamos arranjar um cenário assim. E pronto perdoamos.

Muitas pessoas no Timor, principalmente na região oeste da ilha, estão reclamando de uma intensa presença militar. Afirmam que a retirada das forças é uma farsa.

E é uma farsa. Têm sido farsas, não é a primeira vez. Se fosse a primeira vez nós ainda iríamos estudar o caso. Mas, agora, antes mesmo deles se retirarem já sabíamos que seria uma farsa. O que acontece é apenas uma simples rotação de tropas.

Que tipo de rotação?

Os soldados saem do porto de Dili [capital do Timor Leste], o navio dá uma volta no mar e atraca no porto de Lautem [extremo

têm dinheiro. E é isso o que nós tentamos explicar aos nossos irmãos que ainda querem a autonomia: que os indonésios já não têm dinheiro para dar a eles. Há timorenses que defendiam a autonomia antes e defendem agora. Mas se antes era uma questão de interesses econômicos pessoais, agora é uma questão de estupidez - que eles dizem ser uma questão de princípios.

Organizações internacionais afirmam que o governo indonésio gastava 1 milhão de dólares por dia com as forças armadas no Timor. Isto é verdade?

Agora talvez menos. Creio que metade disso - e eu já estou sendo muito generoso com eles - era para o bolso dos militares. Já dois terços da outra metade eram para pagar os grupos paramilitares destinados a perseguir a população.

Isto supera o orçamento destinado à "parte civil" do Timor?

Evidentemente. É o que acontece em toda a Indonésia. Eles não se importam em dar o dinheiro que for necessário para controlar a população. Tem muita gente civil que trabalha para eles, que está ligada ao corpo de inteligência militar. O trabalho destes é só ouvir, indicar, entregar.

Passsei um mês no Timor Leste e notei que vários setores dependem exclusivamente do capital de Jacarta. O Timor será capaz de se auto-sustentar depois da independência? Será capaz de levar a economia, a educação, a saúde sem os subsídios da Indonésia?

Nós já até partimos do pressuposto de que não vamos necessitar dos subsídios indonésios. Nos últimos 23 anos vínhamos lutando, proclamando, reivindicando nosso direito à autodeterminação. Chegou agora o momento de prepararmos a infra-estrutura, planejar, futurar a nossa pátria. E estamos reunindo esforços para isso. Vamos formar uma Comissão Nacional de Desenvolvimento para fazer levantamentos em todos estes setores. Realizaremos estudos, planos e, se tudo correr bem, até o dia 31 de dezembro isto será apresentado às Nações Unidas. Além disso, a União Européia se pronunciou, no ano passado, afirmando que queria ajudar o Timor Leste - sem que esta ajuda passasse pelo governo indonésio. O Banco Mundial também já se prestou a isso, o próprio governo brasileiro pode dar uma ajuda, outros países idem. Por outro lado, compreendemos que com 80 milhões de pessoas esfomeadas neste momento na Indonésia, 600.000 são apenas mais um peso. Então, nós preferimos retirar um bocadinho desse fardo das costas deles.

Nós últimos meses, as ruas da Indonésia foram invadidas por milhares de estudantes protestando contra o atual governo e clamando por reformas. Ao mesmo tempo, estão despontando em várias províncias movimentos separatistas. O governo afirma que se der a independência ao Timor, haverá um "efeito dominó" com estas províncias, levando à desintegração do país.

Creio que o erro dos indonésios foi o 7 de dezembro de 1975, o dia que eles invadiram o Timor. Depois da invasão, uma retirada pegaria mal para o governo. Contudo, o caso das outras províncias, como Aceh e Irian Jaya, é diferente. Muitos *experts* políticos afirmam que a desintegração não é o problema. O problema será a forma como o governo central vê a distribuição de poderes dentro do país e como vai ver a exploração das riquezas naturais de cada província. Antes das eleições gerais no ano passado, aconteceram muitos problemas na província de Kalimantan. Logo Kalimantan, que esteve sempre calma. Então, isto já devia indicar aos governantes indonésios que algo está errado. Por exemplo, os "transmigrantes". Eles são habitantes de outras províncias, principalmente de Java [onde está localizada a capital, Jacarta], que chegam no local, ficam com os melhores terrenos e recebem todas as facilidades. A população nativa não tem nenhum benefício e fica sempre na mesma. Esta diferenciação de classes causa um sentimento contra o governo central.

E o que impediria o país de se transformar em um novo Balcãs?

Acho que só uma federação, como a americana, pode salvar a Indonésia. ■

"Com 80 milhões de pessoas esfomeadas na Indonésia, os 600.000 timorenses são apenas mais um peso. Preferimos retirar um bocadinho desse fardo das costas dela."

oeste da ilha]. Ou aparecem em Same, no lado ocidental. Eu estive 17 anos lutando no mato, sei bem como é isso. As últimas informações mostram que a fronteira com o Timor Oeste está recheada de soldados. O problema é este: se retiram do leste para o oeste, do norte para o sul. E muitas vezes, porque não podem evitar, acontecem algumas "aparições". *Ué, o bapak [senhor em indonésio] há umas três semanas se despediu de nós e disse que não voltava?* Soldados são apresentados como parte de um corpo militar que voltaria para a Indonésia e muitas vezes se reencontram com a população. Ficam envergonhados e têm que dizer: *não, nós não saímos, fomos fazer apenas operações.*

O número de tropas no Timor continua o mesmo então?

Eu creio que sim. Mas acho que também não vai aumentar, vão manter o número.

A guerra tem sido lucrativa para a ABRI?

Sim, pode-se dizer que eles embolsam muito dinheiro. A guerra era muito lucrativa para os soldados indonésios, principalmente para a elite militar. Logo nos primeiros anos do governo de Suharto, os militares controlaram todo o café. Depois limpavam grandes áreas para plantar cana-de-açúcar e tivemos que correr com eles. Porém, se havia militares, generais que queriam que a guerra se prolongasse, havia outros que eram contra isso. Estes nos forneciam muito material.

O senhor falou de ontem. E hoje?

Hoje talvez não. Isso era antes, com Suharto. Agora eles já não



SOLIDARIEDADE



Duas mil famílias do Nordeste já têm água potável em casa

As cisternas caseiras estão sendo alternativas de convivência no Semi-Árido brasileiro 2

Cáritas presta contas da Campanha de Solidariedade ao Nordeste

2

Política do FMI quer privatizar as águas do Brasil

3

Líder do Timor Leste agradece campanha da Cáritas

4

Editorial

Lutar por água é a lutar pela vida e pela cidadania. Mas algumas das elites brasileiras e, particularmente, do Nordeste, continuam tentando provar o contrário. A "indústria da seca" insiste em consumir recursos públicos que quase sempre se dissolvem no ar, antes de chegar ao destino que seriam projetos governamentais de atendimento ao Semi-Árido

Enquanto isso, perto de 10% da população do Brasil vive no Semi-Árido – englobando os estados do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo – numa área maior que muitos países da Europa, insistindo, teimosamente, em encontrar alternativas de sobrevivência numa área de poucas chuvas, de água salobra e solo rochoso, que não facilita a perfuração de poços artesianos.

Durante a realização da Rio-92, o governo brasileiro assumiu o compromisso, diante de representantes de quase todas as nações do mundo, de implantar a Agenda 21, com metas de preservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e garantia de dedicar especial atenção aos recursos hídricos. Passados sete anos e o que se nota é uma contumaz ignorância do problema da falta de água, em que pese a existência de projetos mirabolantes como a transposição das águas do rio São Francisco, por exemplo, que, dificilmente trará solução para a escassez de água no Semi-Árido.

Na Câmara dos Deputados, ainda está parada a criação da Agência Nacional de Águas — ANA. Oficialmente, a matéria encontra-se em análise na Comissão de Constituição e Justiça, mas os interesses regionais e as divergências políticas suspenderam a votação em Plenário. A expecta-

tiva no Ministério do Meio Ambiente era que na convocação extraordinária o assunto entrasse em votação, mas, na prática, a agência só deve sair, mesmo, em março de 2000.

Reconhecendo que não vieram as prometidas soluções governamentais e que essa ausência de políticas públicas, para solucionar a falta de água potável no Nordeste, ainda deve se estender por algumas décadas, é que a Cáritas Brasileira se juntou com organizações comunitárias, movimentos sociais, pastorais e está desenvolvendo o programa de Convivência com o Semi-Árido, priorizando a construção de cisternas de placas, para captação de água da chuva. Até hoje, quase duas mil cisternas já foram construídas, mas de 1.500 estão em fase de acabamento e a meta é chegar no fim do ano 2000 com oito mil cisternas abastecendo as residências das populações carentes do Semi-Árido de água potável "no oitão de casa", como costumam afirmar os nordestinos. O custo de cada cisterna está estimado em R\$ 400,00

Graças à solidariedade do povo brasileiro, manifestada pela Campanha Permanente de Solidariedade, desenvolvida pela Cáritas, mais de um milhão de reais e cinco mil toneladas de alimentos foram arrecadados.

Segundo José Magalhães de Sousa, diretor-executivo da Cáritas Brasileira, "...todas as iniciativas de captação, conservação e uso de água, e as políticas necessárias para promover a convivência saudável com o Semi-Árido, só terão eficácia se vierem acompanhadas de reforma agrária e de políticas públicas adequadas à região."

Este informativo é uma prestação de contas da Cáritas Brasileira à igreja do Brasil e aos colaboradores da Campanha Permanente de Solidariedade, sem os quais nenhuma meta teria sido cumprida.

Cisternas de placa, sinal de água o ano inteiro

A meta é beneficiar 8 mil famílias com água de qualidade

Quando a Cáritas Brasileira lançou a segunda etapa da Campanha de Solidariedade ao Nordeste, no início deste ano, a meta era construir 8 mil cisternas, a um custo unitário, de R\$ 400,00 aproximadamente, visando a aumentar a autonomia das famílias, em relação à falta de água no Semi-Árido brasileiro. Essa meta vem sendo cumprida graças ao apoio e à ajuda financeira dos colaboradores da Campanha Permanente de Solidariedade, mantida pela Cáritas. Até novembro, cerca de duas mil famílias já haviam sido beneficiadas com cisternas. E a campanha prossegue.

Só quem vive no Semi-Árido brasileiro, região que engloba os estados do Nordeste, e o Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, é que sabe o que significa conviver com as inconstantes e escassas chuvas. Embora pesquisas apontem que em média, chove nessa região, 500mm por ano. Logo, não significa, necessariamente, falta de chuva. Mas, se chove tão pouco como essas cisternas poderiam ajudar a resolver parte do problema da falta de água, no Semi-Árido? Para se ter uma idéia, cada pessoa, consome, em média, 14 litros de água por dia, para atender suas necessidades básicas. Como nessa região chove 500mm por ano, cada milímetro de chuva que vier a cair em um m², rende um litro de água. Assim, um telhado pode captar até 25 mil litros de água, suficientes para o consumo doméstico de uma família, durante o ano.

No REGIONAL NORDESTE 3, MAIS DE 500 FAMÍLIAS JÁ TÊM UMA CISTERNA DE PLACAS

Marcelino Cantalice, da Cáritas Regional Nordeste 3 - Bahia e Sergipe - conta que em Tobias Barreto, Sergipe, na comunidade de Jacaré "...a mesma água que matava a sede dos animais e era usada para lavar roupa, vinha sendo dividida para o consumo doméstico, inclusive para beber", conta Cantalice. Em pouco tempo "as famílias entravam com o trabalho de servente, preparando a massa, a Cáritas com os recursos de mão-de-obra e material e, assim, as cisternas iam subindo", relata Cantalice, responsável, na região, pela Campanha Permanente de Solidariedade. Com isso, 582 famílias já estão com suas cisternas prontas, esperando só a chegada da chuva.

No Regional Nordeste 3 além dessas 582 famílias que já têm água potável em casa, 16 mil famílias foram atendidas pelo programa de Convivência com o Semi-Árido, com 504 toneladas de alimentos distribuídas. A Cáritas Nordeste 3 financiou, ainda, um projeto de canalização de água, publicou um tablóide sobre suas atividades e editou um vídeo sobre cisternas de placa.



No CEARÁ, 280 MIL PESSOAS FORAM ATENDIDAS PELO PROGRAMA

No Ceará, o programa está deslançando bem. Desde 1998, realiza atividades político-pedagógicas de convivência com a seca. De acordo com Vanda Fernandes, secretária Regional de Cáritas, "...o programa incentiva ações de caráter emergencial e permanente, apropriando-se de tecnologias da captam água de chuva. É uma experiência muito gratificante pois tem trazido vida e esperança para o Semi-Árido".

No Ceará, 280 mil pessoas foram atendidas pelo programa, recebendo mais de um milhão de toneladas de alimentos. Já foram construídas 362 cisternas; um açude, com 75 mil m³; distribuídos 40 filtros e adquiridos 14 equipamentos de irrigação.

Mas também o regional realizou atividades de formação e recreação. Trinta e cinco artistas populares participaram de cursos de conscientização sobre a seca e dez cursos sobre gerenciamento de água foram realizados no estado.

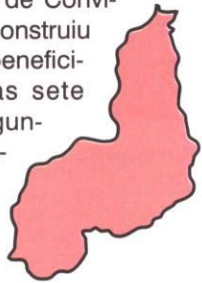
A campanha no Ceará ganhou corpo quando 180 mil panfletos, informando o que é uma cisterna de placas, foram distribuídos. Além do mais, disse Vanda Fernandes, "a gente confeccionou 20 mil cartazes, 5 mil cartilhas informando como estamos trabalhando para construir as cisternas de planas e produzimos um vídeo de 20 minutos, Aprendendo a Conviver com a Seca".

Também no Ceará foi criado o Fórum de Convivência com o Semi-Árido Cearense que está desenvolvendo a campanha Nenhuma Família sem Água de Qualidade.



PARCERIAS NO PIAUÍ JÁ BENEFICIARAM MAIS DE 3 MIL PESSOAS

O programa de Convivência com o Semi-Árido construiu 397 cisternas de placas, beneficiando 2.382 pessoas, nas sete dioceses do regional. Segundo Lúcia Araújo, coordenadora do programa, 18 poços, 51 projetos de encaenação de água e 71 projetos de bancos de sementes foram desenvolvidos no Piauí, beneficiando mais de 30 mil pessoas. "Mas nós não paramos por aí não", conta. "Foram realizadas audiências públicas nas câmaras municipais e na Assembléia Legislativa do Estado, elaboração de documento, entregue ao governador do estado, reivindicando políticas públicas para o semi-árido piauiense". No estado, a Cáritas desenvolveu parcerias, também, para realizar, em Parnaíba, o Seminário Diocesano sobre o Semi-Árido, o 1º Encontro de Trabalhadores na Educação do Semi-Árido e a promoção do encontro Nordeste das Pastorais Sociais — Terra e Água. "Para concretizar o programa, no Piauí, a gente fez parceria, convocou a igreja, a sociedade, em fim, demos um passo muito importante, quando rearticulamos o Fórum Estadual e Permanente de Convivência com o Semi-Árido", conta Lúcia Araújo, para arrematar: "...A Cáritas tem sempre essa preocupação de não realizar tudo sozinha, não ignorar o que outros já estão fazendo".



NÚMERO DE CISTERNAS NO NORDESTE 2 SUPERA EXPECTATIVAS

O Regional Nordeste 2 de Cáritas — Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas — desenvolveu o programa de Convivência com o Semi-Árido em 16 municípios dos estados de sua abrangência, exceto o Rio Grande do Norte, construindo 209 cisternas, sendo 68 em Pernambuco; 96 em Alagoas e 45 no Estado da Paraíba.



No regional, 500 toneladas de alimentos foram distribuídas nos quatro estados, beneficiando perto de 20 mil famílias. No Regional Nordeste 2, conta Edna Maria, "a Cáritas se juntou com outras organizações e fundou, na Paraíba, o Fórum de Articulação do Semi-Árido Paraibano, realizou programas de rádio, discutindo o assunto e o mais importante disso tudo é que foram realizadas atividades de treinamento para construção das cisternas de placas", afirmou a coordenadora do programa, lembrando que das 209 cisternas construídas, a grande maioria se deu em regime de mutirão: a Cáritas colaborou com a compra do material e a mão-de-obra do

pedreiro, "...o resto é com a comunidade", concluiu Edna Maria.

MAPA DA FOME ATENDEU BEM, NO MARANHÃO

O estado está fora do polígono da seca, mas a Cáritas Regional realizou a feira da solidariedade, prometeu uma caminhada, de denúncia contra as injustiças sociais e acabou fazendo parte do Mapa da Fome, atendendo mil e duzentas famílias, quando foram distribuídas 24 toneladas de alimentos, vindos dos estados do Tocantins, Pará e Amazonas.



De acordo com Eliana Athayde, secretária Regional, a expectativa é que outros grupos sociais, movimentos de igreja e entidades comunitárias se engajem nas campanhas de solidariedade que, anualmente, estão sendo realizadas pela Cáritas do Maranhão, em São Luís, a capital do Estado, e nas cidades do interior.

PROGRAMA EM MINAS GERAIS ATENDE MAIS DE 16 MIL FAMÍLIAS

No programa de Convivência com o Semi-Árido, 16 mil e setecentas famílias residentes na região do Norte e Nordeste do estado foram atendidas, recebendo mais de 500 toneladas de alimento. Pela primeira vez, o Estado de Minas Gerais realizou um seminário sobre a convivência com o semi-árido.



Já o programa de Melhoria da Oferta de Água, no Semi-Árido Mineiro, de iniciativa do governo de Minas Gerais, vem sendo considerado uma das maiores inovações na maneira de encarar o problema da seca, na região, segundo levantamento apresentado por organizações não-governamentais (ONGs) como Campo-Vale, CAV de Turmalina, BNAF, sindicatos de trabalhadores rurais e Cáritas diocesanas de Araçuaí e Almenara. Essas entidades se articularam para descobrir, estruturar e articular alternativas de convivência com o Semi-Árido e as políticas públicas. As primeiras constatações a que o grupo chegou indicam que o programa, embora bem elaborado, se limitou à construção de barramentos de concreto, faltando o governo realizar a complementação da obra.

SEMINÁRIO

A Câmara dos Deputados promoveu em dezembro, o seminário *Água: o Desafio do Terceiro Milênio*, com a participação de representantes do parlamento, integrantes de organizações ambientalistas, membros do governo federal e do coordenador da Campanha Permanente de Solidariedade, da Cáritas Brasileira, Ivo Poletto.

A seguir, trechos da palestra de Poletto. "Somos filhos do mundo e da cultura ocidental. Por isso, toda realidade é coisa, ou deve ser reduzida a coisa para que possa ser objeto de trabalho e de lucro. Esta relação instrumental, típica da razão científica e iluminista, tem provocado uma corrida e irresponsável pela elaboração, domínio e uso de tecnologias que possibilitaram a transformação de tudo que fosse natural em propriedade, em objeto de compra e venda. Foi base de um rápido crescimento econômico, mas, ao mesmo tempo, tem provocado um fosso cada dia maior entre os ricos e poderosos e os pobres e excluídos.

Vivemos num país de contrastes, com um território que guarda as reservas biológicas e da água doce, sendo uma das áreas em que a grande propriedade detém o controle da maior parte das terras. O atraso reproduzido na grande propriedade impediu que estivéssemos nas condições ambientais dos países que correram mais no louco percurso da exploração econômica. Ao mesmo tempo, a apropriação privada pode significar que nossa vantagem se reduziria ao melhor aproveitamento da oportunidade tardia e nova, entrando no mercado de espécies biológicas ou na biopirataria, da venda de água e de energia.

Estranho este raciocínio? Nada disso. Trata-se apenas de aplicação dos princípios que norteiam a política, a economia e a cultura dominante. Conhecendo melhor do que nós, o potencial de mercado destes produtos, não estariam as grandes empresas usando a política de privatizações, induzida pelo FMI, para apropriar-se dos recursos naturais a baixíssimos custos, ou até recebendo incentivos do governo local?

Por mais quanto tempo teremos água para todos, se continuar esse ritmo de consumo? A partir de quando a água se tornará uma *commodity* de alto preço e razão suficiente de conflitos e guerras? Parece apocalíptico, mas precisamos da linguagem apocalíptica para acordar do torpor das verdades absolutas, para não perder a esperança de que a raça humana sobreviverá.

O que estamos fazendo em relação à água em nosso país? - Em termos de políticas oficiais, está tudo errado. Continuamos andando contra a natureza, teimando em domá-la, em colocá-la sob nosso domínio, forçando-a a fazer o que queremos. Exigindo que ela se adapte às nossas sementes e às nossas iniciativas econômicas, interferimos nela.

No Semi-Árido não temos dúvida de transformar o solo em meio para receber a água dos rios, dos córregos, e dos lençóis profundos para comercializar frutas em todo mundo. No Cerrado, também, não se faz a mesma coisa para produzir grãos exportáveis por meio da irrigação? E na Amazônia, não estamos dessacralizando seus segredos e mistérios por meio da destruição da floresta e dos rios para satisfazer mercados de madeira, de minérios, sem calcular os desequilíbrios no ecossistema?

Estamos aplicando a regra de ouro da cultura ocidental: transformar o que é natural em cultural, em objeto, em propriedade e oportunidade de lucro. E continuamos a seguir a lógica de uma tecnologia que destruiu a maior parte da água doce da Terra. No Semi-Árido, usar e abusar da água para irrigação é apressar o dia em que tudo secará, apressando o dia em que deixará de ser semi-árido para ser árido.

Temos possibilidade de fazer um caminho diferente? Temos, mas depende de uma mudança cultural profunda. Temos uma fonte ainda relativamente abundante: a chuva. Só que precisamos mudar nossa relação com ela. O assoreamento dos leitos dos córregos e rios fez com que a chuva não mais tivesse espaço adequado, e o solo, uma vez desmatado, cria dificuldades para retenção das águas das chuvas. Como há menos água no solo e pouca profundidade nos leitos dos rios, a tendência é a água escorrer sem penetrar no solo, e sem condições de provocar a umidade necessária para o clima.

Ao se usar água de córregos e rios já assoreados, aposta-se na desertificação. O que se deve fazer é o movimento contrário: recolher a água das chuvas, conservá-la bem e usá-la com parcimônia, criando formas de conviver com o Semi-Árido.

Por tudo isso é que a Cáritas Brasileira continua empenhada em atingir a meta de construir 8 mil cisternas para as populações que residem no Semi-Árido, dando-lhes água boa, como por lutar por políticas públicas em que o Estado assumia sua parte, também construindo cisternas para aquela população."

Solidariedade. Informativo da Cáritas Brasileira - Janeiro de 2000

Diretor presidente: dom Jacyr Braido
 Diretora secretária: Rosângela Oliveira
 Diretor executivo: José Magalhães de Sousa
 Diretor vice-presidente: Odair Firmino
 Diretor tesoureiro: Udelton do Espírito Santo
 Editor: Romoaldo de Souza
 Programação visual: Eraldo J. M. Fonseca
 Cáritas Brasileira - Secretariado Nacional - SDS - Ed. Venâncio 3º - salas 410/414 - Brasília-DF - 70393-900
 caritasn@zaz.com.br - (0XX61)-226-5008

POSSE



Tomou posse no início de dezembro, a nova diretoria da Caritas Brasileira. Na foto de Francisca Contejo, da esquerda para a direita, temos o diretor-executivo, José Magalhães de Sousa; o presidente, dom Jacyr Braido, que é bispo coadjutor de Santos, São Paulo; o tesoureiro Udelton do Espírito Santo, da Caritas Diocesana de Paracatu, Minas Gerais; a secretária, Rosângela Oliveira, da Caritas Arquidiocesana de João Pessoa, na Paraíba; e, o vice-presidente Odair Firmino, ladeados pelo ex-tesoureiro, padre Ubaldo Stéri, da Caritas Arquidiocesana de São Paulo e dom Demétrio Valentini, que foi presidente da Caritas e é bispo de Jales, em São Paulo

Campanhas da Caritas ultrapassam fronteiras

Desde maio, a Caritas Brasileira promoveu três campanhas internacionais. A primeira, em favor dos refugiados do Kosovo, na ex-Iugoslávia, rendendo R\$ 5.850,00; a segunda, pelas vítimas de terremotos na Turquia, arrecadou R\$ 52.650,000, sendo que desse total, R\$ 50.000,00 foram do Fundo Nacional de Solidariedade. E, a terceira, em solidariedade ao povo do Timor Leste, arrecadou perto de 200 mil reais. Esses valores foram encaminhados aos respectivos países, por meio da Caritas Internacional.

Na avaliação do secretário Nacional da Caritas, Odair Firmino, a generosidade do povo brasileiro não tem limites e não encontra fronteiras, disse ele. "Haja vista a resposta imediata da benevolência de nossas comunidades ao chamado da Caritas", disse Firmino, lembrando que "a Campanha Permanente de Solidariedade atende calamidades e situações de emergências no Brasil e além-fronteiras", concluiu o secretário da Caritas Brasileira.



ENTREVISTA

Quando esteve em Brasília, no mês de outubro, Luís Carlos Noronha, representante do Conselho Nacional de Resistência Timorense, visitou o Congresso Nacional onde pediu apoio ao parlamento brasileiro para que o Timor Leste voltasse à normalidade e conquistasse sua independência. Noronha esteve, também, com dom Raymundo Damasceno secretário-geral da CNBB. Ele foi agradecer a mobilização da Igreja Católica e particularmente da Caritas Brasileira por haver realizado uma campanha SOS Timor Leste, que ao final arrecadou R\$ 200 mil. Luís Carlos Noronha concedeu esta entrevista a Romoaldo de Souza.

Solidariedade - O senhor está aqui na sede Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB e sabe que a igreja do Brasil, por meio da Caritas Brasileira, está fazendo uma campanha de apoio e solidariedade para reconstruir o Timor Leste. Como é que o senhor vê esse apoio que a igreja do Brasil está dando ao Timor?

Luís Cardoso Noronha - Nós sabemos que não é só de agora, mas a igreja brasileira, a CNBB e as outras igrejas têm dado um apoio ao Timor Leste, desde os tempos anteriores. Esse apoio de agora, portanto, vem na continuação, no segmento de tudo aquilo que a igreja do Brasil já fez por nós. Essa ação é uma ação continuada, primeiro pela preservação da identidade do povo timorense, pela sua luta pela sua dignidade, pela sua independência. Ao mesmo tempo, na continuação desta mesma luta, neste momento em que o povo do Timor Leste precisa reconstruir o seu território, precisa assumir a sua própria independência, a igreja dá seu apoio e deve, no nosso ponto de vista, continuar a fazer este trabalho de forma que haja uma continuidade.

Solidariedade - Quais são as principais necessidades dos timorenses, hoje?

Luís Cardoso Noronha - Neste momento, é o apoio humanitário. O povo do Timor Leste precisa sobretudo de recuperar ele próprio, como povo, as pessoas que foram deslocadas, as pessoas que foram desteradas elas estão a voltar à terra natal. E para a reconstrução do Timor, é preciso recuperar as pessoas. Cuidar da alimentação. Cuidar do saneamento básico. Cuidar da recuperação das suas casas. Há que recuperar, digamos assim, a saúde com medicamentos. Portanto há um rol de infinitas tarefas nesta recuperação das pessoas. Por isso pedimos esse apoio.

Solidariedade - Esse é um apoio humanitário, mas também o senhor está no Brasil pedindo apoio político. Qual é o apoio político que o Brasil pode dar e também qual é o apoio político que a população de Brasil pode dar ao Conselho Nacional de Reconstrução do Timor — CNRT.

Luís Cardoso Noronha - Primeiro que tudo, é necessário dizer ao governo brasileiro que, como o governo português já assinalou, o Conselho Nacional de Reconstrução do Timor, através do nosso líder Xanana Gusmão é que deveria fazer a administração do território, conjuntamente com as Nações Unidas. Julgo que para fazer, digamos assim, todo esse apoio ser canalizado tem que ser através do governo, quer do governo brasileiro quer das entidades civis, das organizações não governamentais. Esse apoio tem que ser feito através de uma entidade que represente o povo timorense, e, neste momento, a entidade que representa o povo timorense é o CNRT, e Xanana Gusmão. Portanto, eu julgo que para haver este apoio tem de haver, digamos assim, um parceiro e esse parceiro é o CNRT. Gostaríamos que o governo brasileiro reconhecesse que o CNRT é de fato a organização com que o governo brasileiro deveria celebrar uma parceria para fazer este trabalho de reconstrução tanto do território como de construção do novo Estado.

Solidariedade - Os timorenses conhecem bem o Brasil, na parte do futebol, as novelas e também da música popular. Agora a campanha da Caritas Brasileira SOS Timor Leste afirma que os timorenses precisam conhecer a solidariedade do povo do Timor...

Luís Cardoso Noronha - O que acontece é o seguinte: nós fomos tendo esse conhecimento sobre o Brasil. Nós conhecemos melhor o Brasil do que o Brasil a nós. Talvez seja porque nós, os pequenos, normalmente conhecemos melhor os grandes e os grandes muitas vezes estão na sua grandeza e esquecem-se dos pequenos. Talvez seja isso, mas acredito que o povo brasileiro, quando conhecer melhor o povo timorense, que lutou durante esse tempo todo pela sua dignidade... Um povo que, certamente, o brasileiro vai ter assim, digamos, muita vontade e até com uma certa presunção, os brasileiros vão ter uma certa sorte de conhecer um amigo, um irmão que esteve numa luta pela sobrevivência e que ganhou... Neste momento precisa do povo brasileiro para caminhar conjuntamente na sua reconstrução.

Solidariedade - Senhor Luís Carlos Noronha, foi um prazer conversar com o senhor, para o jornal Solidariedade, da Caritas Brasileira. Espero que, ao voltar ao Brasil, ao estar de novo aqui em território brasileiro a gente possa se encontrar e que o seu país já tenha vencido essa luta toda de resistência no Timor Leste.

Luís Cardoso Noronha - Nós é que agradecemos esta possibilidade e aproveitamos para imensamente, do fundo do coração, agradecer a generosidade dos brasileiros que está sendo manifestada nessa campanha da Caritas do Brasil. É bom saber que os brasileiros passaram a conhecer melhor este povo que ama o Brasil e esperamos que o Brasil também amem a nós através da sua solidariedade.